



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO – ECO
INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA – IBICT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – PPGCI

ANDRÉA FERREIRA GONÇALVES

**INTERNACIONALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA E MUDANÇAS NAS
PRÁTICAS EDITORIAIS:
UM ESTUDO SOBRE PERIÓDICOS DE CIÊNCIAS HUMANAS NO BRASIL E NA
ARGENTINA**

Tese de Doutorado
Novembro de 2025



ANDRÉA FERREIRA GONÇALVES

**INTERNACIONALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA E MUDANÇAS NAS PRÁTICAS
EDITORIAIS:
UM ESTUDO SOBRE PERIÓDICOS DE CIÊNCIAS HUMANAS NO BRASIL E NA
ARGENTINA**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do convênio entre o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e a Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Eco-UFRJ), como requisito parcial à obtenção do título de doutora em Ciência da Informação.

Orientadora: Profa. Dra. Sarita Albagli.

Rio de Janeiro

2025

CIP - Catalogação na Publicação

G635i Gonçalves, Andréa Ferreira
Internacionalização da produção científica e mudanças nas práticas editoriais: um estudo sobre periódicos de Ciências Humanas no Brasil e na Argentina / Andréa Ferreira Gonçalves. -- Rio de Janeiro, 2025.
170 f.

Orientadora: Sarita Albagli.
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola da Comunicação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2025.

1. Internacionalização da produção científica. 2. Periódicos acadêmicos latino-americanos. 3. Ciências Humanas. 4. Políticas e práticas editoriais. 5. Acesso aberto. I. Albagli, Sarita, orient. II. Título.

ANDRÉA FERREIRA GONÇALVES

**INTERNACIONALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA E MUDANÇAS NAS
PRÁTICAS EDITORIAIS:
UM ESTUDO SOBRE PERIÓDICOS DE CIÊNCIAS HUMANAS NO BRASIL E NA
ARGENTINA**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do convênio entre o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e a Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Eco-UFRJ), como requisito parcial à obtenção do título de doutora em Ciência da Informação.

Rio de Janeiro, 28 de setembro de 2025.

Profa. Dra. Sarita Albagli (Orientadora) PPGCI IBICT/ECO-UFRJ

Prof. Dr. Milton Shintaku (Membro interno) PPGCI IBICT/ECO-UFRJ

Prof. Dr. Washington L. R. de Carvalho Segundo (Membro interno) PPGCI IBICT/ECO-UFRJ

Prof. Dr. Maximiliano Salatino (Membro externo) UNCUIYO

Prof. Dr. Lúcia da Silveira (Membro externo) UFSC

Assinaturas dos membros da Banca Examinadora:

Professora Sarita Albagli (Presidente)



Documento assinado digitalmente
SARITA ALBAGLI
Data: 05/12/2025 11:08:06-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Professor Maximiliano Salatino

Professora Lúcia da Silveira



Documento assinado digitalmente
Lucia da Silveira
Data: 28/11/2025 13:37:19-0300
CPF: ***.892.889-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Professor Milton Shintaku



Documento assinado digitalmente
MILTON SHINTAKU
Data: 28/11/2025 16:35:12-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Professor Washington Luis Ribeiro de Carvalho Segundo



Documento assinado digitalmente
WASHINGTON LUIS RIBEIRO DE CARVALHO SEG
Data: 01/12/2025 13:29:33-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Aos meus pais, Ana Ferreira de Jesus (*in memoriam*) e
Antonio Gonçalves.

AGRADECIMENTOS

A conclusão desta tese não teria sido possível sem a combinação de desafios, aprendizados e pessoas incríveis que me acompanharam ao longo desta jornada. Não posso deixar de mencionar que essa trajetória foi marcada por algumas adversidades que atrasaram um pouco a chegada a este momento: a pandemia da Covid-19, alguns problemas de saúde, e duas mudanças de estado e de trabalho que testaram minha capacidade de adaptação e resiliência.

Mas, felizmente, a caminhada também trouxe inúmeras alegrias. Entre elas, destaco as interações com colegas e professores do PPGCI/IBICT, a contribuição acadêmica que senti ao longo do processo, e a oportunidade de realizar o doutorado-sanduiche na Universidad Nacional de Cuyo (UNCuyo), em Mendoza, Argentina, financiado pela Capes, que ampliou horizontes, conhecimentos e amizades.

Meu sincero agradecimento vai, primeiramente, à minha orientadora, **Profa. Dra. Sarita Albagli**, cujo acompanhamento atento em todas as etapas, o apoio tanto nas questões pessoais como institucionais, e as críticas construtivas e sugestões precisas para o desenvolvimento dessa pesquisa, foram essenciais. Sem falar no verdadeiro mecenato acadêmico e afetivo que ela exerce com todos os seus orientandos, e que torna o ambiente acadêmico muito mais acolhedor e menos solitário.

Agradeço também à **Profa. Dra. Fernanda Beigel** e a toda equipe do Centro de Estudios de la Circulación del Conocimiento (CECIC, UNCuyo), especialmente a **Oswaldo Gallardo** e a **Maximiliano Salatino**, por me receberem de braços abertos durante o doutorado-sanduiche, pelo aprendizado imenso, pelas contribuições metodológicas valiosas e pelo acesso aos dados da base OLIVA, que foram fundamentais para esta pesquisa.

Um agradecimento especial a **Adrián Mendez**, da biblioteca da UNCuyo, que se destacou como meu melhor anfitrião em Mendoza — pela paciência, ajuda e bom humor que tornaram a experiência ainda mais rica e agradável.

Registro minha gratidão a **Luciana Danielli** e **Claudete Fernandes Queiroz**, minhas ex-chefes no ICICT/Fiocruz, pelo apoio e flexibilidade que me permitiram frequentar as aulas nos primeiros semestres do doutorado, conciliando trabalho e estudo, de forma a manter minha sanidade mental.

À **Vania Garcia de Freitas**, minha colega no PPGCI/IBICT, agradeço pelos cafés, almoços, motivação e trocas constantes, que fizeram os momentos mais intensos do doutorado parecerem mais leves e divertidos.

Por fim, um profundo agradecimento ao meu filho **João**, pela compreensão silenciosa nos dias e noites que mamãe passou estudando, e por me lembrar que, apesar de toda a dedicação à pesquisa, a vida se constrói principalmente nos pequenos momentos compartilhados.

A todos vocês, meu sincero muito obrigado. Sem cada pessoa que esteve ao meu lado, esta tese certamente não teria saído do mundo das ideias. Àqueles que porventura esqueci de mencionar, peço desculpas; saibam que cada gesto de apoio, incentivo ou companhia, foi igualmente precioso e fez diferença nesta jornada.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

RESUMO

GONÇALVES, Andréa Ferreira. **Internacionalização da produção científica e mudanças nas práticas editoriais: um estudo sobre periódicos de Ciências Humanas no Brasil e na Argentina.** 2025. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia; Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025.

Entre as muitas demandas impostas aos periódicos acadêmicos latino-americanos, a internacionalização tem sido um dos seus desafios mais prementes, afetando de forma particular as publicações das Ciências Humanas, reflexo da posição pouco privilegiada que ocupam no sistema de produção científica global. Nesta pesquisa, investigo as implicações dos processos de internacionalização da produção científica sobre as políticas e práticas editoriais de periódicos científicos da área das Ciências Humanas no Brasil e na Argentina, e como se articulam com os movimentos contemporâneos de abertura da ciência. Para isso, analiso os discursos de editores científicos extraídos de fontes bibliográficas e documentais, além de dados empíricos coletados por meio de questionário, a fim de compreender quais são as demandas e desafios enfrentados por essas revistas no âmbito da internacionalização e identificar as estratégias adotadas para enfrentá-los. O recorte empírico adotado para esse estudo é composto pelos periódicos brasileiros e argentinos de Ciências Humanas indexados nas bases de dados Latindex Catálogo 2.0, Redalyc e SciELO. A pesquisa adotou uma abordagem mista, baseada na aplicação de um questionário online estruturado, composto por 23 perguntas, dirigido a editores-chefes de 450 periódicos das Ciências Humanas do Brasil e da Argentina, obtendo 98 respostas válidas. Os dados foram coletados por meio da plataforma KoboToolbox e tratados com procedimentos de verificação, padronização e organização em planilhas Excel, analisados por meio de estatística descritiva e codificação aberta das respostas qualitativas, e apresentados de forma combinada, com descrição narrativa, tabelas e gráficos. Os resultados mostram que a internacionalização é amplamente valorizada pelos editores e tem impulsionado mudanças significativas nas rotinas editoriais. A estratégia de internacionalização mais adotada em ambos os países é a colaboração com pesquisadores estrangeiros, seja como autores, avaliadores ou membros do comitê editorial. No Brasil, há destaque para a publicação de artigos em inglês ou em versão bilíngue, enquanto na Argentina, prevalece a adoção de boas práticas editoriais, como o uso de DOI, ORCID e verificação de plágio. Nos dois países, a indexação em bases de dados de acesso aberto é priorizada, enquanto a presença em bases de citação internacional ainda é limitada. A pesquisa também aponta obstáculos como escassez de financiamento e limitações estruturais. Apesar desses desafios, os periódicos demonstram capacidade de adaptação, muitas vezes conciliando objetivos de visibilidade

global com o compromisso com a circulação regional e o acesso aberto. Conclui-se que, a internacionalização dos periódicos das Ciências Humanas no Brasil e na Argentina depende não apenas de sua capacidade de atender aos critérios externos, mas sobretudo da construção de modelos sustentáveis, inclusivos e críticos, capazes de articular excelência científica, relevância social e compromisso regional.

Palavras-chave: Internacionalização da produção científica; Periódicos acadêmicos latino-americanos; Ciências Humanas; Políticas e práticas editoriais; Acesso aberto.

ABSTRACT

GONÇALVES, Andréa Ferreira. **Internacionalização da produção científica e mudanças nas práticas editoriais: um estudo sobre periódicos de Ciências Humanas no Brasil e na Argentina.** 2025. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia; Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025.

Among the many demands imposed on Latin American academic journals, internationalization has emerged as one of the most pressing challenges, particularly affecting publications in the Humanities, reflecting their relatively marginal position within the global system of scientific knowledge production. This study investigates the implications of the internationalization processes of scientific production for the editorial policies and practices of Humanities journals in Brazil and Argentina, and how these processes intersect with contemporary movements toward open science. To this end, the research analyzes the discourses of journal editors drawn from bibliographic and documentary sources, as well as empirical data collected through a questionnaire, in order to understand the demands and challenges these journals face in the context of internationalization and to identify the strategies adopted to address them. The empirical scope of the study comprises Brazilian and Argentine Humanities journals indexed in the Latindex Catalog 2.0, Redalyc, or SciELO databases. The research adopted a mixed-methods approach, based on the application of a structured online questionnaire consisting of 23 questions, addressed to editors-in-chief of 450 Humanities journals from Brazil and Argentina, yielding 98 valid responses. Data was collected using the KoboToolbox platform and treated through verification, standardization, and organization procedures in Excel spreadsheets, and analyzed using descriptive statistics and open coding of qualitative responses, being presented in a combined manner, through narrative description, tables, and graphs. The results show that internationalization is widely valued by editors and has driven significant changes in editorial routines. The most common internationalization strategy adopted in both countries is collaboration with foreign researchers, whether as authors, reviewers, or members of the editorial board. In Brazil, there is a strong emphasis on publishing articles in English or in bilingual versions, whereas in Argentina, the adoption of good editorial practices – such as the use of DOI, ORCID, and plagiarism checking – prevails. In both countries, indexing in open access databases is prioritized, while inclusion in international citation databases remains limited. The study also identifies obstacles such as lack of funding and structural constraints. Despite these challenges, the journals demonstrate adaptability, often reconciling global visibility goals with a commitment to regional circulation and open access. The study concludes that the internationalization of Humanities journals in Brazil and Argentina

depends not only on their ability to meet external criteria, but on the construction of sustainable, inclusive, and critical models capable of articulating scientific excellence, social relevance, and regional commitment.

Palavras-chave: Internationalization of scholarly output; Latin American scholarly journals; Humanities; Editorial policies and practices; Open access.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Área de conhecimento principal dos periódicos, por país (n=98).....	91
Gráfico 2 – Frequência de publicação dos periódicos, por país (n=98).....	92
Gráfico 3 - Plataforma priorizada para publicação de artigos, por país (n=98).....	92
Gráfico 4 - Principal motivo para escolha da plataforma de publicação (n=98)	93
Gráfico 5 – Principal fonte de financiamento do periódico, por país (n=98)	94
Gráfico 6 - Frequência e porcentagem de indexação em bases de dados, por país	95
Gráfico 7 – Indexações requeridas para subvenção institucional, por país (n=31)	96
Gráfico 8 – Práticas editoriais prioritárias para a internacionalização, por país (n=98).....	97
Gráfico 9 – Adoção de práticas editoriais para a internacionalização, por país (n=98)	99
Gráfico 10 – Mudanças na política editorial visando internacionalização, por país (n=98).....	102
Gráfico 11 – Mudanças na gestão editorial visando internacionalização, por país (n=98)	104
Gráfico 12 – Práticas editoriais prioritárias para a ciência aberta, por país.....	109
Gráfico 13 – Adoção de práticas editoriais para a ciência aberta, por país	110

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Total de periódicos por país e percentual em Ciências Humanas (CH)	22
Quadro 2 – Recomendações para internacionalização de periódicos.....	73

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Correlação das áreas do conhecimento entre a Tabela de Áreas da Capes/CNPq e as Disciplinas na base OLIVA.....	35
Tabela 2 – Correlação das áreas do conhecimento entre a Tabela de Áreas da Capes/CNPq e os Temas e Subtemas na base Latindex.....	36

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABA - Associação Brasileira de Antropologia
- ABCP - Associação Brasileira de Ciência Política
- ABEC - Associação Brasileira de Editores Científicos
- ALAE - Asociación Latinoamericana de Editores Científicos
- ANPOCS - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
- APC - Taxa de processamento de artigo (do inglês, *Article Processing Charge*)
- ASEUC - Asociación de Editoriales Universitarias de Colombia
- AURA - Asociación Uruguaya de Revistas Académicas
- BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
- BRAPCI - Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação
- C&T – Ciência e Tecnologia
- CAICYT - Centro Argentino de Información Científica y Tecnológica
- Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CECIC - Centro de Estudios de la Circulación del Conocimiento
- CLASE - Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades
- CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- CONCYTEC - Consejo Nacional de Ciencia, Tecnología e Innovación (Peru)
- CONICET - Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas
- DOAJ - Directory of Open Access Journals
- DOI - Digital Object Identifier
- ECO – Escola de Comunicação
- FAPEMIG - Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de Minas Gerais
- FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
- FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz
- FLACSO - Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales
- IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
- ISI - Institute for Scientific Information
- ISSN - International Standard Serial Number
- LATINDEX - Índice Latinoamericano de Publicaciones Científicas Seriadadas
- LatinREV - Red Latinoamericana de Revistas Académicas en Ciencias Sociales y Humanidades
- M/C - Grupo Modernidade/Colonialidade

MINCYT - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Argentina

NBRA - Núcleo Básico de Revistas Científicas Argentinas

OLIVA - Observatorio Latinoamericano de Indicadores de Evaluación de la Producción Publicada e Indexada

ORCID - Open Researcher and Contributor ID

PERIODICA - Índice de Revistas Latinoamericanas en Ciencias

PNPG - Plano Nacional de Pós-Graduação

PPGCI – Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação

Redalyc - Rede de Revistas Científicas da América Latina e Caribe, Espanha e Portugal

RICyT - Red Iberoamericana de Indicadores de Ciencia y Tecnologia

SBS - Sociedade Brasileira de Sociologia

SciELO - Scientific Electronic Library Online

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNAM - Universidad Nacional Autónoma de México

UNCuyo - Universidad Nacional de Cuyo

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	21
1.1	Objetivos	24
1.2	Justificativa	25
1.3	Referencial teórico	29
2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	32
2.1	Revisão da literatura	32
2.2	Definição e construção do corpus empírico.....	34
2.3	Coleta de dados por meio de questionário estruturado online	38
2.4	Descrição e análise dos dados coletados.....	40
3	CONSIDERAÇÕES SOBRE A CULTURA ACADÊMICA NA AMÉRICA LATINA	42
3.1	Estrutura geopolítica do conhecimento e subordinação acadêmica.....	42
3.2	A cultura acadêmica latino-americana e a internacionalização	48
3.3	Periódicos científicos e o acesso aberto	52
3.4	Ciência Aberta como acelerador da internacionalização	57
4	A INTERNACIONALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA LATINO-AMERICANA ...	64
4.1	Afinal, o que é internacionalização?	66
4.2	A perspectiva de pesquisadores e editores científicos das Ciências Humanas	70
4.3	Políticas institucionais no Brasil e na América Latina	79
4.4	Políticas das bases de dados regionais: SciELO, Redalyc e Latindex	86
5	PRÁTICAS EDITORIAIS RELACIONADAS À INTERNACIONALIZAÇÃO E À CIÊNCIA ABERTA.....	90
5.1	Caracterização dos periódicos da amostra	90
5.1.1	<i>Área do conhecimento</i>	90
5.1.2	<i>Periodicidade</i>	91
5.1.3	<i>Plataforma para publicação de artigos</i>	92

5.1.4	<i>Fontes de financiamento</i>	94
5.1.5	<i>Indexação em bases de dados</i>	94
5.2	Relações entre as práticas editoriais e a internacionalização.....	96
5.3	Relações entre as práticas editoriais e a ciência aberta.....	107
5.4	Convergências e divergências.....	114
6	CONCLUSÕES	116
	REFERÊNCIAS.....	126
	APÊNDICE A – LISTA DOS PERIÓDICOS NO CORPUS EMPÍRICO (N=450).....	144
	APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO	159
	Versão em português.....	159
	Versão em espanhol	165
	APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	171
	APÊNDICE D – CONVITE INICIAL ENVIADO POR CORREIO ELETRÔNICO.....	172
	APÊNDICE E – CONVITE DE SEGUIMENTO ENVIADO POR CORREIO ELETRÔNICO.....	173

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa investiga as implicações dos processos de internacionalização da produção científica sobre as práticas editoriais de periódicos científicos brasileiros e argentinos da área de Ciências Humanas¹.

Minha trajetória profissional e acadêmica nas últimas duas décadas esteve ligada aos estudos métricos e à avaliação de periódicos científicos, e o doutorado em Ciência da Informação me proporcionou a oportunidade de investigar questões que há tempos me inquietam, avançando e atualizando os conhecimentos e práticas adquiridos nesse longo percurso. Por um lado, me interessa coletar e investigar evidências dos impactos gerados pela internacionalização sobre as práticas editoriais dos periódicos das Ciências Humanas, ampliando o debate para além das discussões teóricas que vêm ocorrendo há décadas sobre os desafios da avaliação e da internacionalização de revistas das Ciências Humanas (Aguado-López; Becerril-García, 2016; Amado; Fávero; Garcia, 1993; Bonini, 2004; Borrego; Urbano, 2006; Santoro *et al.*, 2013; Santos; Caballero-Rivero; Sánchez-Tarragó, 2018; Yamamoto *et al.*, 2002). Por outro lado, acredito ser necessário incorporar a esse debate as novas propostas e mudanças que vêm sendo oferecidas pelos diversos movimentos em direção à ciência aberta, que envolvem direta ou indiretamente todos os atores e recursos da comunicação científica, incluindo os periódicos científicos e seus editores, que desempenham um papel essencial na adoção de políticas e práticas editoriais que podem viabilizar ou não determinadas mudanças.

O recorte temático das Ciências Humanas foi escolhido devido às especificidades das publicações da área, que apresentam características e comportamentos distintos do que é considerado como padrão pelos sistemas avaliadores baseados no paradigma de produção científica das ciências exatas e naturais. As características e comportamentos próprios das publicações das Ciências Humanas, bem como as singularidades de seus periódicos no circuito

¹ Para fins de sistematização do objeto, no decorrer do trabalho utilizarei como definição da área de “Ciências Humanas” a classificação de áreas de conhecimento adotada tanto pela Capes como pelo CNPq, segundo a qual a grande área de Ciências Humanas agrega as disciplinas de Antropologia, Arqueologia, Ciência Política, Educação, Filosofia, Geografia, História, Psicologia, Sociologia e Teologia. A Tabela de Áreas de Conhecimento da Capes está disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/instrumentos/documentos-de-apoio/tabela-de-areas-de-conhecimento-avaliacao> (acesso em 25 set. 2024) e a Tabela de Áreas do Conhecimento do CNPq encontra-se em: <http://lattes.cnpq.br/documents/11871/24930/TabeladeAreasdoConhecimento.pdf/d192ff6b-3e0a-4074-a74d-c280521bd5f7> (acesso em 13 dez. 2024).

editorial latino-americano, serão abordados no decorrer da tese. Como parte dessas singularidades, não se pode deixar de considerar o potencial de produção e circulação acadêmica das Ciências Humanas na América Latina, uma vez que os periódicos dessa área correspondem à quase metade do total de títulos ativos na região, sendo que a maioria dessas revistas é publicada em acesso aberto. Segundo dados do Diretório Latindex², em março de 2024, os periódicos classificados sob as disciplinas das Ciências Humanas tal como definidas no escopo desta pesquisa correspondem a aproximadamente 43% do total de periódicos publicados nos países da América Latina, sendo 83% deles publicados em acesso aberto. Na base de dados SciELO, os periódicos de Ciências Humanas correspondem a 30% do total de títulos indexados, considerando as coleções da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e México. Na base de dados Redalyc, 36% dos periódicos indexados são de disciplinas das Ciências Humanas.

No entanto, a socióloga e pesquisadora argentina Fernanda Beigel (2014) alerta que é possível que a predominância das Ciências Humanas registrada em portais regionais como Latindex e Redalyc se deva a um interesse das revistas da área em estar indexadas nessas plataformas, a fim de alcançar maior visibilidade regional, enquanto as revistas das ciências naturais e aplicadas editadas na América Latina visam principalmente a indexação em bases de dados internacionais. Segundo o pesquisador colombiano Diego Chavarro (2012), o surgimento de índices bibliográficos regionais foi amplamente motivado pela necessidade de dar visibilidade e certificar a qualidade da pesquisa que não é indexada pela Web of Science ou Scopus, o que contribuiu para facilitar a consulta, o acesso e a análise da produção bibliográfica da América Latina. Heilbron *et al.* (2017, p. 135) notam que a busca das revistas das Ciências Sociais e Humanas pela indexação é “de particular importância para a circulação internacional do conhecimento”, pois indica que esses periódicos possuem a ambição explícita de aumentarem sua visibilidade e se tornarem reconhecidos internacionalmente.

O escopo geográfico da pesquisa, delimitado aos periódicos do Brasil e da Argentina, apoia-se no volume e na relevância da sua contribuição acadêmica para as Ciências Humanas, por tratar-se dos dois países latino-americanos que publicam o maior número de revistas, e

² Latindex é uma rede de informações sobre periódicos científicos publicados na América Latina, Caribe, Portugal e Espanha, que oferece três serviços de informação: 1) Diretório, com informações bibliográficas e de contato de periódicos impressos e online cadastrados. 2) Catálogo 2.0, composto por periódicos online que atendem aos seus critérios de qualidade. 3) Descobridor de Artigos, que fornece acesso ao texto completo de documentos publicados em periódicos incluídos no Catálogo 2.0. Disponível em: <https://www.latindex.org>. Acesso em: 10 jan. 2026.

possuem também o maior percentual de publicações na área de Ciências Humanas. Segundo dados do Diretório Latindex em novembro de 2025, o Brasil possui um total de 5.525 revistas cadastradas, e a Argentina conta com 3.406 títulos. Em terceiro lugar, está o México, com 1.940 revistas, seguido pelo Chile, com 1.753 títulos. A Espanha conta com 3.845 revistas no Diretório Latindex, porém, para essa pesquisa, considerou-se apenas a produção de países latino-americanos. Esses números incluem a produção científica em todas as áreas do conhecimento, porém, os periódicos de Ciências Humanas representam uma porcentagem significativa dessa produção, conforme mostrado no Quadro 1.

Quadro 1 – Total de periódicos por país e percentual em Ciências Humanas (CH)

País	Total Periódicos	Periódicos CH	% Periódicos CH
Brasil	5525	2799	50,66%
Argentina	3406	1553	45,60%
México	1940	731	37,68%
Chile	1753	753	42,95%

Fonte: Diretório Latindex

Além disso, nos países estudados, a publicação de artigos na área das Ciências Humanas se destaca em relação a outras áreas do conhecimento. De acordo com um estudo de Beigel e Digiampietri (2022), 73% da produção científica em Ciências Humanas no Brasil é publicado em revistas brasileiras, enquanto na Argentina, o total de publicações dessas áreas em revistas argentinas é de 40%, o que, apesar de ser menor do que no Brasil, representa uma parcela elevada quando comparada a outras áreas do conhecimento.

A escolha dos dois países também permite contrastar suas práticas editoriais e as particularidades de suas culturas avaliativas e das políticas públicas de internacionalização da produção científica e de ciência aberta adotadas (ou não) pelas instituições governamentais e acadêmicas. Também foi determinante o fato de ambos os países possuírem sistemas de avaliação acadêmica baseados na produtividade, aqui entendida como o volume e a qualidade das publicações científicas em determinado período, além de fortemente internacionalizados, privilegiando os indicadores de impacto das revistas e a publicação em inglês como critérios para a avaliação de pesquisadores e de periódicos (Beigel; Digiampietri, 2022; Salatino, 2019). Apesar disso, os sistemas dos dois países apresentam características que os diferenciam: no caso do Brasil, existe uma maior intervenção do Estado sobre as políticas universitárias; na

Argentina, as universidades possuem maior autonomia, resultando em processos de avaliação mais limitados e heterogêneos (Unzué, 2013).

A base empírica do estudo é formada pelos periódicos brasileiros e argentinos de Ciências Humanas indexados nas bases de dados Latindex Catálogo 2.0, Redalyc ou SciELO, e inclui tanto títulos de acesso aberto como de acesso restrito por assinatura. Segundo Beigel (2014), esses três grandes portais regionais trouxeram contribuições importantes para aumentar a visibilidade da pesquisa científica realizada na América Latina e – juntamente com as bases de dados referenciais CLASE e PERIODICA – constituem o que poderia ser chamado de “circuito editorial latino-americano”, formado por publicações que passaram por um processo de certificação de qualidade, amparados por critérios de avaliação de seu conteúdo acadêmico e de boas práticas de edição (Beigel *et al.*, 2023). A identificação dos periódicos nas três bases de dados selecionadas permitiu reunir informações básicas, como título da publicação, responsável editorial, ISSN, ano de início, área do conhecimento e status da publicação, a partir dos quais foi possível realizar o contato com os editores responsáveis para a coleta de dados por meio de questionário.

Embora o tema da pesquisa tangencie aspectos comerciais da publicação de periódicos, como o acesso aberto híbrido, o custo das taxas de processamento de artigo (APC) e os acordos transformativos para publicação em acesso aberto, devo esclarecer que optei por não aprofundar tais aspectos no trabalho, a fim de evitar ou minimizar possíveis conflitos de interesse devido à minha presente atuação profissional em uma editora acadêmica comercial.

1.1 Objetivos

A partir do problema apresentado, a pesquisa parte de uma pergunta central: Como as demandas da internacionalização influenciam as políticas e as práticas editoriais dos periódicos de Ciências Humanas na América Latina?

O objetivo geral desta pesquisa é investigar as implicações da internacionalização da produção científica sobre as políticas e práticas editoriais dos periódicos brasileiros e argentinos das Ciências Humanas.

Para isso, se vincula aos seguintes objetivos específicos:

- a) Situar histórica e criticamente o debate sobre o fenômeno da internacionalização na cultura acadêmica latino-americana a partir da década de 1950, e sua articulação com os sistemas de avaliação acadêmica e com a ciência aberta;

- b) Mapear e caracterizar a influência da internacionalização nas políticas e práticas editoriais de periódicos científicos brasileiros e argentinos da área de Ciências Humanas indexados em Latindex Catálogo 2.0, Redalyc e SciELO;
- c) Identificar os desafios e tendências nas políticas e práticas editoriais dos periódicos estudados, destacando como os processos de internacionalização e o movimento pela abertura da ciência influenciam as estratégias editoriais adotadas.

A pesquisa parte da hipótese de que a internacionalização dos periódicos latino-americanos das Ciências Humanas é orientada prioritariamente pelos critérios exigidos para sua indexação em bases de dados internacionais. A segunda hipótese é que as políticas e critérios definidos pelas bases de dados indexadoras, e legitimados por organismos de avaliação e financiamento, funcionam como indutores de mudanças concretas nas práticas editoriais – tais como a adoção do inglês como língua de publicação, o reforço de métricas de impacto e a padronização de formatos e processos editoriais.

1.2 Justificativa

O debate sobre a internacionalização da produção científica não é algo novo na tradição intelectual da América Latina (Beigel, 2014), estando presente pelo menos desde a década de 1950, com a chegada de projetos de desenvolvimento e intercâmbio acadêmico para a região, patrocinados por organismos internacionais como o Banco Mundial e as Fundações Ford e Rockefeller (Cueto, 1994, 1996; Heilbron *et al.*, 2017; Kelly, 2013; Leher, 1999, 2001). Porém, a partir da década de 1980, o conceito de internacionalização da ciência construído a partir da perspectiva dos países da corrente principal passou a ter maior relevância na comunidade científica latino-americana, gerando críticas por parte de diversos atores da comunicação científica (Bourdieu; Wacquant, 1999; Vessuri; Guédon; Cetto, 2014).

No Brasil, esse período coincide, por um lado, com o incremento e a descentralização dos programas de pós-graduação, e por outro, com as crescentes exigências na avaliação dos programas por parte da Capes. No Brasil, a internacionalização passou a ser um dos critérios mais relevantes para a avaliação da produção científica dos pesquisadores (Fiorin, 2007), e a pressão por resultados levou as agências e programas de apoio à pesquisa a introduzir este componente na avaliação de desempenho dos periódicos nacionais (Nassi-Calò, 2017).

No contexto latino-americano, o *Manual de Indicadores de Internacionalización de la Ciencia y la Tecnología – Manual de Santiago*, publicado pela *Red Iberoamericana de*

Indicadores de Ciencia y Tecnologia (RICyT), destaca que a internacionalização é vista como essencial para o desenvolvimento científico em um mundo interconectado, melhorando a qualidade das atividades científicas, a formação de recursos humanos, a circulação de informação, a criação de capacidades, a projeção de resultados e a cooperação internacional (Manual de Santiago, 2007).

Os desafios da internacionalização da produção científica se apresentam de modo diferente de acordo com aspectos específicos de cada país, de cada área do conhecimento e de suas diversas culturas de publicação (Fiorin, 2007; Santin; Vanz; Stumpf, 2016). Porém, independente da região ou idioma de publicação, os periódicos das Ciências Humanas se encontram em uma posição particularmente vulnerável nessa arena (Benchimol; Cerqueira; Papi, 2014; Kulczycki *et al.*, 2018; Baranger; Silveira; Benedet; Santillán-Aldana, 2018; Vasen; Lujano Vilchis, 2017). Diversos autores (Fiorin, 2007; Jokić; Sirotić, 2015; Sivertsen, 2016) questionam se é possível internacionalizar a produção dos periódicos de Ciências Humanas da mesma forma que em outras áreas do conhecimento, apontando duas características da área que representam um desafio aos critérios homogeneizantes das políticas de internacionalização: a cultura de publicação das Ciências Humanas, que tem o livro – e não o artigo científico – como formato de publicação privilegiado; e a natureza do seu objeto de estudo, que tende a se debruçar sobre temas orientados para uma audiência nacional ou regional e ter seus resultados publicados no idioma local.

Os periódicos de Ciências Humanas também são menos privilegiados quando o assunto é a adoção de critérios e indicadores de avaliação, geralmente baseados nos padrões das ciências duras, e que não atendem às especificidades da área, como coloca a socióloga Anete Ivo:

A universalidade do uso de um indicador para validar o que é distinto, por natureza, consolida um processo de hegemonia das ciências exatas e da natureza no sistema de C&T que, sob a alegação de uniformidade de critérios objetivos de internacionalização, interfere na autonomia da área das ciências sociais (Ivo, 2020, p. 9).

Tais questões sobre a viabilidade da internacionalização e as desvantagens nos processos de avaliação, devido a características diferenciadas das Ciências Humanas foram pontuadas por editores científicos da área em diversos fóruns e publicações, frequentemente junto a estatísticas sobre a presença (ou ausência) de publicações nacionais da área em bases de dados internacionais ou alardeando seu fator de impacto (Dias, 2021; Freitas; Heymann, 2013; Macambira, 2015; Marziale, 2010; Peci, 2021; Pinto, 2009; Santos, 2012). Mas os comentários feitos por esses editores raramente são acompanhados de uma reflexão mais elaborada sobre os

caminhos e percalços para chegar à indexação em bases de dados internacionais, e menos ainda questionando a necessidade e o valor epistêmico de trilhar a rota da internacionalização. Tampouco entra em discussão se a internacionalização é um caminho natural para todos os periódicos, considerando seu objetivo, escopo, público-alvo e circulação.

A América Latina vive um contexto próprio em relação ao fenômeno da internacionalização, que vem ligado a uma crença na dependência intelectual dos pesquisadores latino-americanos ao conhecimento produzido nos países da corrente principal da ciência, como se a ciência produzida na América Latina fosse passivamente gerada apenas a partir do conhecimento originado na América do Norte ou na Europa. Dessa forma, a “internacionalização” da produção científica latino-americana corresponderia à adoção de normas e critérios adotados por essas regiões da corrente principal da ciência, que definem o que é uma boa pesquisa acadêmica, o que são artigos científicos de qualidade e o que realmente deve ser publicado, criando uma espécie de mímica do sistema acadêmico chamado “global” (Alcadipani, 2017).

Essa ideia é contestada por autores contemporâneos, como Fernanda Beigel (2016) e Marcos Cueto (2014). Para este último, a ciência latino-americana precisa ser entendida “como uma arena contestada por uma ampla variedade de indivíduos, instituições e atores e por meio de complexos processos locais de recepção, rejeição, adaptação e hibridação” (Cueto, 2014, p. vii, tradução própria). Beigel (2016) chama a atenção, por exemplo, para tendências contraditórias, como o fato de que alguns “centros periféricos” da região, como Brasil, Argentina e México, têm um papel dominante na produção científica regional, especialmente nas Ciências Sociais, mas “ocupam uma posição dominada em relação a outros espaços linguísticos e disciplinares”, sobretudo nas ciências exatas e biológicas, cujas publicações são majoritariamente em inglês (Beigel, 2016, p. 13), não chegando a alcançar a mesma consagração de pesquisadores afiliados a instituições tradicionais de países centrais. Especificamente em relação às revistas de Ciências Sociais e Humanas, Córdoba González (2014) destaca o seu potencial na América Latina não somente pelo volume considerável dessa área em relação ao total de publicações na região, como visto pelos números no Diretório Latindex, mas por sua importância como fontes de conhecimento autóctone e como instrumentos de desenvolvimento da pesquisa local e regional.

Relacionar a internacionalização dos periódicos científicos à ciência aberta é fundamental, pois ambos os processos estão profundamente imbricados nas transformações

contemporâneas da comunicação científica. Appel, Albagli e Maciel (2017) ressaltam que os modelos tradicionais de revistas, historicamente centrais desde a consolidação da chamada “ciência moderna”, vêm sendo tensionados por novos valores e práticas difundidos inicialmente pelo movimento de acesso aberto e, mais recentemente, pela ciência aberta, que ampliam o foco das revistas para além do simples acesso aos textos. Nesse contexto, a internacionalização deixa de se restringir ao atendimento de critérios externos de visibilidade e indexação e passa a envolver a adoção de práticas editoriais mais transparentes, colaborativas e inclusivas, como o uso de licenças abertas, políticas de compartilhamento de dados de pesquisa, novos formatos de publicação, processos de submissão e revisão mais abertos, ampliação da circulação e reutilização dos conteúdos e incorporação de métricas alternativas de avaliação. Assim, compreender como essas práticas emergentes influenciam o funcionamento das revistas é essencial para analisar de que maneira a ciência aberta redefine as estratégias de internacionalização, especialmente em contextos periféricos do sistema científico global, como o da América Latina.

A despeito da relevância do tema e da existência de um intenso debate sobre a internacionalização dos periódicos científicos latino-americanos, sobretudo entre os editores científicos, em levantamento bibliográfico preliminar realizado na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e na rede de repositórios de acesso aberto LA Referencia em agosto de 2019, no início dessa pesquisa, não foram encontradas teses ou dissertações publicadas, seja no Brasil ou em outros países da região, que abordassem especificamente os desafios e as implicações da internacionalização sobre as práticas editoriais dos periódicos científicos. As buscas na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) e no Google Acadêmico localizaram uma quantidade limitada de artigos originais sobre a temática da internacionalização de periódicos brasileiros, mas recuperaram um grupo significativo de resultados composto por editoriais de periódicos de diversas áreas do conhecimento externando seus desafios e conquistas frente às demandas da internacionalização.

Nesse sentido, minha pesquisa busca sistematizar os desafios encontrados pelos periódicos das Ciências Humanas no processo de internacionalização, em particular nos dois países estudados, identificar as mudanças em práticas editoriais decorrentes desse processo, e descobrir as estratégias editoriais utilizadas para lidar com essas demandas, incluindo possíveis relações com movimentos contemporâneos de abertura da ciência, que embora ainda estejam

em consolidação (Albagli, 2015), vêm se configurando como parte importante do paradigma em transição da ciência.

1.3 Referencial teórico

O conceito de *colonialidade do saber*, cunhado pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano (1992) se alinha à existência de uma resistência intelectual contra a perspectiva eurocêntrica de produção do conhecimento que, segundo o mesmo autor (Quijano, 2007, p. 287), “nunca esteve exatamente ausente, em particular na América Latina”.

É neste sentido que os estudos sobre o pensamento decolonial são inseridos nesta pesquisa como um marco teórico para pensar a localização marginal da América Latina em relação ao sistema-mundo moderno/colonial (Mignolo, 2002), e as possibilidades de contestar o paradigma hegemônico da ciência universal eurocêntrica que se impõe como a única forma possível de se fazer ciência (Castro, 2021). Reforçando a necessidade de incorporar diferentes tradições científicas e formas de saber, que hoje ecoa entre as agendas da ciência aberta, “o pensamento decolonial reivindica o “direito epistêmico” relativo aos povos colonizados de formular e aplicar projetos de futuro dissonantes dos pré-fabricados nas relações de dominação colonial/imperial”³ (Ferreira; Simim, 2017, p. 89, tradução própria).

Na América Latina, apesar das diferenças culturais e linguísticas entre o Brasil e os países de colonização espanhola, sob a perspectiva da colonialidade, compartilhamos a história colonial que deu forma à “ideia” de América Latina e todos e cada um dos países latino-americanos enfrentamos – ainda que com estratégias diversas – o que Walter Mignolo chama de “ferida colonial”, ou seja, esse “sentimento de inferioridade imposto aos seres humanos que não se encaixam no modelo predeterminado pelos relatos euroamericanos” (Mignolo, 2007, p. 17, tradução própria).

Essa proposta de referencial teórico, baseado na abordagem dos estudos decoloniais de autores latino-americanos, enquadra as relações dos periódicos científicos da região com o circuito principal de publicação e avaliação da produção científica, a fim de propor uma compreensão teórica sobre as implicações da colonialidade/modernidade na construção e

³ No original: “El pensamiento decolonial reclama el “derecho epistémico” relativo a los pueblos colonizados de formular y aplicar proyectos futuros disonantes de los prefabricados en las relaciones de dominación colonial/imperial.”

consolidação das relações de poder que resultaram na atual configuração geopolítica do conhecimento, e suas repercussões sobre as estratégias de internacionalização da produção científica. Ao se distanciar dos referenciais tradicionais do Norte global, centrados na ideia de dependência acadêmica⁴, esta perspectiva busca valorizar as experiências e culturas locais, oferecendo uma lente analítica mais coerente com a realidade da região.

Por fim, quero destacar ainda a originalidade da proposta em termos das fontes utilizadas. A escolha pelo uso de fontes de origem regional, como as bases de dados Latindex, Redalyc e SciELO, bem como da base OLIVA, além de dados coletados diretamente dos editores científicos de periódicos de Ciências Humanas, têm como propósito reafirmar o importante papel desses atores na linha de frente das publicações científicas, bem como a autonomia e o protagonismo da produção científica da América Latina.

Além desta introdução e do capítulo metodológico que a sucede, a estrutura da tese é composta por outros quatro capítulos.

O primeiro traz **considerações sobre a cultura acadêmica na América Latina**, abordando sua formação a partir da década de 1950 até o atual cenário do início da década de 2020. O capítulo apresenta um breve histórico da internacionalização como pauta dos órgãos de financiamento e avaliação acadêmica na América Latina, sob a influência de organizações responsáveis por formular e implementar políticas científicas em diversas partes do mundo, e seu impacto para os periódicos científicos da região, em particular para as Ciências Humanas. Também introduz as teorias baseadas nos estudos decoloniais latino-americanos como ponto de partida para problematizar as relações entre a produção científica, os periódicos científicos, a internacionalização e a ciência aberta.

O capítulo seguinte aborda a **internacionalização da produção científica latino-americana**, incluindo definições do conceito e das características da internacionalização de periódicos científicos, a partir de exemplos e análise da literatura acadêmica e de editoriais e outros textos assinados por editores científicos e associações de pesquisadores, além das políticas adotadas pelas bases de dados regionais, buscando identificar os pontos de vista, as convergências e divergências de seu significado por diferentes atores.

⁴ Para uma discussão teórica acerca do conceito de dependência acadêmica no campo da sociologia, tal como abordado na literatura recente, ver Braga Filho (2021).

O capítulo posterior apresenta as **práticas editoriais relacionadas à internacionalização e à ciência aberta**, onde se apresenta e discute os resultados do componente empírico da pesquisa, com base nos dados coletados por meio de questionário estruturado aplicado a editores de periódicos brasileiros e argentinos das Ciências Humanas indexados nas bases Latindex Catálogo 2.0, Redalyc e SciELO, compondo uma amostra representativa dos dois países.

No último capítulo, são apresentadas as **conclusões** sobre o resultado da pesquisa, relacionando os achados aos objetivos gerais e específicos do projeto, indicando os avanços obtidos com a elaboração da pesquisa, dificuldades e lacunas encontradas e sugestões de temas em aberto para novos estudos.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo apresenta os procedimentos metodológicos adotados para a realização da pesquisa, cujo objetivo é analisar as implicações dos processos de internacionalização sobre as políticas e práticas editoriais de revistas científicas latino-americanas.

Trata-se de um estudo de natureza quali-quantitativa, com caráter exploratório e descritivo, fundamentado em revisão bibliográfica e análise documental de políticas e diretrizes de bases de dados e agências de fomento que orientam a avaliação e a circulação da produção científica. Essa abordagem foi complementada pela construção de um corpus empírico de periódicos e posterior coleta de dados por meio da aplicação de um questionário estruturado aos editores, permitindo articular a literatura e os marcos normativos com as percepções e experiências dos atores diretamente envolvidos na gestão editorial.

O percurso metodológico da pesquisa desenvolveu-se nas seguintes etapas: realização da revisão de literatura; definição e construção da amostra empírica de periódicos; coleta de dados por meio da aplicação de questionário aos editores; e, por fim, a descrição e análise dos dados obtidos, conforme descrevo a seguir.

Ao longo do desenvolvimento do estudo, foram necessárias algumas adequações em relação ao planejamento inicialmente proposto, de modo a responder a circunstâncias imprevistas e às limitações de recursos disponíveis. Entre essas alterações, destacam-se a delimitação do recorte geográfico aos contextos do Brasil e da Argentina, em função da disponibilidade de dados para a composição da amostra, bem como a supressão de uma etapa previamente planejada de entrevistas com os editores, que não pôde ser realizada em razão dos prazos estabelecidos para a pesquisa.

2.1 Revisão da literatura

Para melhor compreender os atuais desafios dos periódicos científicos latino-americanos, é necessário apresentar o contexto que posicionou a internacionalização como um dos principais pontos da agenda de avaliação da ciência na região. Nesse sentido, a revisão de literatura apoiou: 1) a construção do cenário atual de internacionalização da produção científica e sua evolução histórica nas agendas de pesquisa dos órgãos de financiamento e avaliação acadêmica na América Latina; 2) considerações sobre o papel da internacionalização no

contexto da atual geopolítica do conhecimento e das relações de poder no fluxo da comunicação científica; 3) a construção de relações entre a internacionalização, as agendas do movimento pela ciência aberta e os sistemas de avaliação acadêmica.

Como afirma Echer (2001), a revisão de literatura se inicia desde antes da definição do tema de pesquisa, sem descartar qualquer texto relacionado ao assunto de interesse, até o ponto em que o pesquisador delinea o tema e o problema a ser estudado, e seja capaz de criticar, discriminar, aprofundar as buscas e selecionar os textos, de acordo com as intenções e limitações do seu projeto de pesquisa. Assim, a revisão de literatura foi conduzida de forma não sistematizada, utilizando uma bibliografia construída a partir de um arcabouço de estudos anteriores sobre a comunicação científica e o sistema de publicação e avaliação de periódicos, que venho acompanhando e para o qual tenho contribuído nos últimos 25 anos. A revisão bibliográfica não sistematizada, também conhecida como revisão narrativa, descreve amplamente o desenvolvimento de algum assunto, de modo rápido e não sistemático (Cavalcante; Oliveira, 2020). Em geral, caracteriza-se por empregar um procedimento mais simplificado de busca e seleção da literatura, baseando-se em uma abordagem qualitativa que conduz a um percurso metodológico não reproduzível, cujos limites são estabelecidos pelo próprio autor (Rodrigues; Neubert, 2023).

Essa bibliografia, composta de cerca de 450 documentos, entre artigos de periódicos, livros, capítulos de livros, relatórios, trabalhos apresentados em congressos, teses e dissertações, de fontes nacionais e internacionais, publicados entre 1992 e 2025, abrange diversos aspectos da comunicação científica, em particular sobre periódicos científicos, avaliação da pesquisa, internacionalização, ciência aberta e acesso aberto.

O levantamento bibliográfico foi complementado com editoriais publicados em revistas brasileiras e latino-americanas, além de outros textos coletivos assinados por grupos de editores, manifestando o seu ponto de vista sobre a internacionalização dos periódicos científicos, seja de forma geral ou em relação aos desafios e conquistas de alguma revista específica. Esse conteúdo se mostrou fundamental para nos aproximar da visão dos editores sobre o assunto e compreender de que forma os periódicos estão se posicionando em relação à internacionalização e outras tendências da comunicação científica, bem como encontrar pontos de contato e divergências entre as perspectivas de diferentes atores sobre a internacionalização da produção científica.

Também foi realizada a busca e recuperação de documentos relativos a políticas públicas e institucionais no âmbito da educação superior e da ciência e tecnologia, que guardem relação com os requisitos de internacionalização de periódicos, bem como os documentos de critérios de avaliação para indexação nas bases de dados Latindex, Redalyc e SciELO, considerando o papel proeminente dessas instâncias na pauta de discussões sobre o tema da internacionalização e da abertura da ciência na região e nesta pesquisa.

Outra frente temática contemplou o levantamento de literatura sobre o referencial teórico da pesquisa, baseado nos estudos da decolonialidade na América Latina, incluindo textos fundamentais de Aníbal Quijano, Enrique Dussel, Ramón Grosfoguel e Walter Dignolo, entre outros, que compõem a base do pensamento decolonial latino-americano, além de interpretações mais recentes das teorias e conceitos decoloniais aplicadas ao sistema de comunicação científica, em que se destacam autores do Sul Global como Homi Bhabha, Suresh Canagarajah, Fran Collyer e Raewyn Connell.

2.2 Definição e construção do corpus empírico

Em um primeiro momento, o objetivo dessa pesquisa era desenvolver um estudo amplo com todas as revistas de Ciências Humanas publicadas na América Latina, indexadas ou não em bases de dados nacionais, regionais ou internacionais. No entanto, levar a cabo tal tarefa de forma completa supõe um esforço considerável de coleta e manipulação de dados de diferentes fontes e com distintos níveis de qualidade, o que leva ao risco de tornar o resultado inviável, além de possivelmente incompleto, como ressalta o pesquisador argentino Maximiliano Salatino:

Uma dificuldade importante na hora de analisar as revistas como objeto de estudo é a impossibilidade de saber com precisão o total de revistas acadêmicas editadas na região. Apesar da existência de bases de dados regionais, internacionais e em alguns casos nacionais, ainda é complicado saber com certeza o número total em termos absolutos. A superposição entre diferentes listas e bases de dados é ampla e os erros nos registros são frequentes (Salatino, 2018, p. 278, tradução própria).⁵

⁵ No original: “Una dificultad importante a la hora de analizar las revistas como objeto de estudio es la imposibilidad de conocer con precisión el total de revistas académicas editadas en la región. Apesar de la existencia de bases de datos regionales, internacionales y en algunos casos nacionales, es aún complicado saber a ciencia cierta el número total en términos absolutos. La superposición entre diferentes listados y bases de datos es amplia y los errores en los registros son frecuentes.”

O caminho escolhido, neste caso, foi a limitação do escopo geográfico, incluindo somente dois países: Brasil e Argentina, por serem os países com maior representatividade tanto em volume de periódicos como em percentual de publicações na área de Ciências Humanas, conforme apresentado no Quadro 1. Além disso, foi considerada a maior disponibilidade de dados de qualidade sobre os dois países, permitindo a construção de um conjunto de dados customizado com informações sobre os periódicos argentinos e brasileiros das áreas de Ciências Humanas indexados nas bases de dados regionais Latindex Catálogo 2.0, Redalyc e SciELO.

Foram considerados para inclusão no corpus empírico da pesquisa os periódicos que atenderam a todos os seguintes critérios: a) estejam classificados pela base de dados Latindex Catálogo 2.0, Redalyc ou SciELO, ou se autotclassifiquem, em uma das 10 subáreas que compõem a grande área de Ciências Humanas, de acordo com a Tabela de Áreas de Conhecimento da Capes/CNPq; b) sejam publicados no Brasil ou na Argentina, ou por instituições sediadas nesses países; c) tenham publicação corrente.

Em relação às bases de dados escolhidas como fonte para a seleção dos periódicos, SciELO e Redalyc são portais de indexação e publicação em texto completo de periódicos de acesso aberto que se constituem como pilares do circuito editorial latino-americano, e juntamente com Latindex, formam um sistema de certificação de qualidade de periódicos com base em critérios de avaliação do conteúdo acadêmico (no caso de Redalyc e SciELO, que incluem o texto completo dos artigos) e de boas práticas editoriais (Beigel *et al.*, 2023). A base de dados Latindex Catálogo 2.0, que classifica os periódicos publicados na região com base em critérios de qualidade editorial, serve como uma fonte de referência e representa também um instrumento de controle e comparação para determinar o grau de cobertura das bases Redalyc e SciELO.

Embora as bases de dados sejam essenciais para analisar a produção científica de uma instituição, disciplina ou região, a análise de dados oriundos de diversas fontes apresenta uma série de problemas, devido a diversidade de suas estruturas e aos diferentes níveis de qualidade dos dados disponíveis, o que demanda uma série de etapas metodológicas para que o pesquisador possa extrair resultados representativos da realidade a ser mostrada e analisada. (Vuotto; Di Césare; Pallotta, 2020). A fim de contornar esse problema, os dados dos periódicos indexados nas bases de dados Redalyc e SciELO foram extraídos a partir dos registros previamente tratados e consolidados pelo projeto OLIVA (*Observatorio Latinoamericano de Indicadores de Evaluación de la Producción Publicada e Indexada*), desenvolvido pelo Centro

de Estudios de la Circulación del Conocimiento (CECIC), na Universidad Nacional de Cuyo (UNCuyo), Argentina.

O projeto OLIVA reúne e consolida um conjunto de metadados de periódicos e documentos publicados entre 1909 e 2019 em periódicos latino-americanos e caribenhos indexados nas plataformas SciELO e Redalyc, cujos registros foram desambiguados de forma inequívoca, formando um conjunto de dados inédito que reúne a produção científica indexada nessas duas bases de dados (Beigel *et al.*, 2023)⁶. O acesso ao conteúdo do projeto OLIVA foi possível através de bolsa do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE) concedida à autora pela Capes no período de novembro de 2021 a março de 2022, permitindo a realização da pesquisa *in loco*, em colaboração com a equipe do CECIC, UNCuyo, na Argentina.

A partir dos dados compilados em planilha Excel com os dados do projeto OLIVA, foram selecionados os periódicos brasileiros e argentinos indexados no SciELO e Redalyc, e que estivessem classificados sob as disciplinas correspondentes às subáreas das Ciências Humanas na Tabela de Áreas da Capes/CNPq, conforme a correlação de áreas mostrada na Tabela 1. Uma vez que há diferenças na forma de classificação das áreas de conhecimento – por exemplo, o conjunto de dados OLIVA não possui uma categoria específica para a disciplina de Arqueologia – e a fim de abarcar o maior número de revistas de Ciências Humanas presentes na base, também foram selecionadas aquelas classificadas na disciplina “Sociais e Humanas”, sob a grande área de “Multidisciplinares”. Ao final desse processo, foram identificados 216 títulos únicos de periódicos brasileiros e argentinos de Ciências Humanas indexados em SciELO e Redalyc.

Tabela 1- Correlação das áreas do conhecimento entre a Tabela de Áreas da Capes/CNPq e as Grandes Áreas e Disciplinas na base OLIVA

CIÊNCIAS HUMANAS – Capes/CNPq	GRANDE ÁREA - OLIVA	DISCIPLINA - OLIVA
Antropologia	Sociales	n/a
Arqueologia	Humanidades	Historia y Arqueología
Ciência Política	Sociales	Ciencia política
Educação	Sociales	Educación
Filosofia	Humanidades	Filosofía, ética y religión

⁶ O conjunto de dados com as tabelas de documentos e periódicos pode ser consultado em <https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/175850>, acompanhado do detalhamento da metodologia utilizada, tipos de dados e estrutura de metadados, bem como seus autores, colaboradores, instituições envolvidas e a citação recomendada.

Geografia	Sociales	Geografía económica y social
História	Humanidades	Historia y Arqueología
Psicologia	Sociales	Psicología
Sociologia	Sociales	Sociología
Teologia	Humanidades	Filosofía, ética y religión
n/a	Multidisciplinaria CSyH	Sociales y humanidades

Fonte: Elaborado pela própria autora.

A seleção dos periódicos indexados no Latindex Catálogo 2.0 foi realizada em dezembro de 2021, a partir da interface de Busca Avançada da plataforma, selecionando cada uma das subáreas das Ciências Humanas, filtrada por país, incluindo somente periódicos em situação vigente. Esse procedimento foi necessário pois a planilha de resultados exportada pela base de dados não inclui o campo que identifica o país de publicação. A Tabela 2 mostra a correlação utilizada entre as áreas do conhecimento da Tabela de Áreas da Capes/CNPq e os Temas e Subtemas da base Latindex para recuperação dos registros na base de dados.

Tabela 2 - Correlação das áreas do conhecimento entre a Tabela de Áreas da Capes/CNPq e os Temas e Subtemas na base Latindex Catálogo 2.0

CIÊNCIAS HUMANAS - Capes	TEMA - Latindex	SUBTEMA - Latindex
Antropologia	Ciencias Sociales	Antropología
Arqueologia	Ciencias Sociales	Arqueología
Ciência Política	Ciencias Sociales	Ciencia Política y Adm Pública
Educação	Ciencias Sociales	Educación
Filosofia	Artes y Humanidades	Filosofía
Geografia	Ciencias Sociales	Geografía
História	Ciencias Sociales	Historia
Psicologia	Ciencias Sociales	Psicología
Sociologia	Ciencias Sociales	Sociología
Teologia	Ciencias Sociales	Religión

Fonte: Elaborado pela autora.

Os resultados de cada área do conhecimento do Latindex Catálogo 2.0 foram exportados em formato Excel e consolidados em uma única planilha. Posteriormente, foi feito um cruzamento manual dos dados, utilizando o ISSN e título para desambiguação das revistas, que em alguns casos apresentavam mais de um ISSN impresso e online, chegando a um total de 307 títulos únicos de periódicos brasileiros e argentinos de Ciências Humanas indexados no Latindex Catálogo 2.0.

Após o cruzamento manual dos dados entre as listas de periódicos recuperados do conjunto de dados OLIVA (correspondente às revistas indexadas em Redalyc e SciELO) e do Latindex Catálogo 2.0, e a eliminação de duplicidades de registros a partir de ISSN e título, foram identificados **450 títulos únicos** de periódicos, sendo 238 publicados no Brasil e 212 na Argentina. A tabela resultante foi revisada e enriquecida através de verificação dos dados no site web de cada revista, a fim de completar informações faltantes sobre cada publicação, como o e-mail de contato, corroborar a classificação por área do conhecimento e o status da publicação. Em outra etapa, foi verificado se cada periódico estava indexado nas bases de dados Directory of Open Access Journals (DOAJ), Scopus (Elsevier) e Web of Science (Clarivate), consultando diretamente a lista de periódicos indexados disponível no website de cada uma das bases de dados.

A planilha final com os dados de identificação dos periódicos que compõem o corpus empírico inclui as seguintes colunas: Título da revista, Editorial, ISSN, E-mail de contato, Ano de início, Área do conhecimento, País, Status de publicação, e indexação em Latindex Catálogo 2.0, Redalyc e SciELO. A lista dos 450 periódicos do corpus empírico, contendo título, ISSN e país de publicação, encontra-se no Apêndice A.

2.3 Coleta de dados por meio de questionário estruturado online

O questionário online, ou *web survey* (Bethlehem; Biffignandi, 2012; Frippiat; Marquis, 2010), é um método que permite obter dados personalizados que não estariam disponíveis de outra forma, com um amplo alcance geográfico e da amostra da população a ser estudada, oferecendo baixo custo, fácil implementação e economia de tempo de aplicação, além de agilizar a posterior tabulação e tratamento dos dados. Por outro lado, o método de *web survey* apresenta algumas limitações conhecidas, entre as quais se destacam a possível baixa representatividade e generalização dos resultados em grandes volumes de dados, a falta de interação com o entrevistado, controle limitado sobre as condições nas quais os indivíduos respondem às questões, ocorrência de variáveis comportamentais (*bias*) que podem influenciar o resultado da pesquisa e a dificuldade de acesso à internet por parte de determinados públicos. No caso de convites enviados por e-mail para responder ao *survey*, existe ainda o risco de a listagem de contatos conter endereços de e-mail desatualizados ou incompletos, ou de a mensagem ser classificada como spam e não chegar ao destinatário, ocasionando uma baixa

taxa de resposta. Outras possíveis limitações desse tipo de estudo são a possível falta de compreensão dos respondentes sobre o conteúdo das questões, e a baixa qualidade dos dados obtidos, ocasionando dificuldades para a tabulação e análise dos dados.

Buscando minimizar algumas dessas limitações e ampliar a compreensão sobre a qualidade dos dados coletados e reportados, foram seguidas as recomendações do *Checklist for Reporting Results of Internet E-Surveys* (Eysenbach; Street, 2004), que orienta sobre a melhor forma de descrever o desenho e a aplicação do questionário, a amostra que teve acesso ao instrumento, a taxa de resposta e a qualidade dos dados obtidos. O desenho do questionário e sua tradução para o idioma espanhol foram realizadas com apoio do pesquisador Oswaldo Gallardo, membro do grupo de pesquisa CECIC/UNCuyo, a quem agradeço pelas valiosas contribuições.

Foi realizado um teste piloto com um grupo de controle reduzido, a fim de verificar possíveis falhas de construção, estratégias de envio, fluxo de resposta e dificuldades de compreensão do questionário. O convite foi enviado a dois editores brasileiros e dois argentinos, sendo que apenas um brasileiro e um argentino responderam à solicitação. Os comentários recebidos de ambos coincidiram sobre uma falha no preenchimento de uma das questões e sobre uma inconsistência na nomenclatura do botão de envio. Ambos foram corrigidos antes do envio oficial do questionário.

A coleta de dados desta pesquisa foi realizada por meio de um questionário estruturado, composto por 23 perguntas divididas em quatro seções (Apêndice B). O questionário foi disponibilizado em português e espanhol, de modo que os respondentes pudessem optar pelo idioma de sua preferência. Para acessar o questionário, o respondente deveria declarar estar de acordo com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice C) apresentado na página inicial.

A primeira seção do questionário coletou dados de identificação do periódico, como título, ISSN, país de publicação, área do conhecimento, periodicidade, plataforma de publicação, indexação em bases de dados e fontes de financiamento. A segunda seção, denominada “Internacionalização e Ciência Aberta”, focou na percepção dos editores sobre a importância de determinadas práticas editoriais relacionadas a esses dois aspectos e o estágio de adoção dessas práticas pela revista. Na terceira seção, intitulada “Práticas editoriais”, buscou-se identificar mudanças recentes implementadas na política ou na gestão editorial com o objetivo de promover a internacionalização e quais fatores motivaram essa decisão. Por fim,

a quarta seção permitiu aos editores fornecer seus dados de contato para eventual participação em entrevistas ou recebimento de resultados parciais, sendo essa resposta opcional. Todas as demais perguntas do questionário exigiam resposta obrigatória.

Esta pesquisa não foi submetida à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa por se enquadrar nas disposições do Art. 1º da Resolução CNS nº 510/2016. Trata-se de um estudo realizado exclusivamente por meio da aplicação de questionário a editores de periódicos científicos, com foco em aspectos profissionais e institucionais relacionados à prática editorial, sem abordar dados sensíveis, comportamentos individuais ou situações de vulnerabilidade. Os participantes foram convidados formalmente, informados sobre os objetivos da pesquisa e sua participação foi voluntária e com garantia de anonimato, o que caracteriza mínimo risco conforme os critérios éticos vigentes para pesquisas nas Ciências Humanas e Sociais.

O convite inicial para participar da pesquisa (Apêndice D) foi enviado por correio eletrônico em 21 de junho de 2022, a 562 contatos identificados como editores-chefe dos 450 periódicos que compõem o universo da pesquisa, informando sobre o objetivo da pesquisa e indicando o link para responder ao questionário online. Nos casos em que não foi possível encontrar os dados de contato do editor-chefe, o e-mail foi enviado para o endereço de contato da revista. Uma mensagem de seguimento (Apêndice E) foi enviada no dia 10 de julho de 2022 aos contatos que ainda não haviam respondido ao questionário, lembrando-os sobre o convite e o prazo para responder à pesquisa.

A coleta de dados ocorreu no período de 21 de junho a 17 de julho de 2022, utilizando a ferramenta online KoboToolbox⁷. Ao final desse período, foram registradas 99 respostas ao questionário.

2.4 Descrição e análise dos dados coletados

Os dados obtidos foram exportados da ferramenta KoboToolBox em formato Excel e passaram por um tratamento preliminar, que incluiu verificação de consistência, remoção de duplicatas, padronização de elementos semelhantes, renomeação das colunas e exclusão de valores em branco. Após o tratamento inicial, foi observado que a amostra válida de respondentes, ou seja, editores e revistas existentes e com dados reais, correspondia a **n=98**,

⁷ Disponível em: <https://www.kobotoolbox.org/>. Acesso em: 17 jul. 2022.

alcançando uma taxa de resposta de 26,3%, sendo esse valor, para fins do presente estudo, considerado equivalente a 100% da amostra.

A análise dos dados seguiu abordagens quantitativas e qualitativas. As respostas correspondentes a cada questão foram copiadas e coladas em uma nova aba da planilha para facilitar a análise individual. Para as perguntas fechadas, foi utilizado o método de estatística descritiva para organizar, descrever e apresentar os resultados em gráficos, utilizando valores absolutos e porcentagens. Os gráficos foram organizados por questão, de acordo com as seções do questionário, e gerados diretamente no Excel.

Para as respostas abertas, foi adotado método de codificação aberta, entendido como a fase inicial e indutiva da análise de dados qualitativos, na qual o texto é decomposto linha a linha para identificar conceitos, temas e categorias emergentes. As respostas foram agrupadas por tema, sem numeração ou categorização, e analisadas individualmente pela autora. A ordem de apresentação dos resultados se baseia na estrutura de variáveis consideradas pelas questões constantes no questionário elaborado para a pesquisa.

A partir dos dados coletados no questionário, o conjunto de periódicos foi caracterizado de acordo com as seguintes variáveis, detalhadas por país de publicação:

- a) Área do conhecimento
- b) Periodicidade
- c) Plataforma para publicação de artigos
- d) Fontes de financiamento
- e) Indexação em bases de dados

Os demais dados coletados através do questionário incluem informações sobre a percepção e adoção de políticas e práticas editoriais relacionadas à internacionalização e a ciência aberta, como fontes de financiamento, composição do corpo editorial, idiomas de publicação, licenças de uso, atividade em redes sociais e adoção de métricas alternativas, entre outros, cujos resultados são apresentados em detalhe no capítulo 5.

Embora a análise quantitativa e qualitativa tenha sido realizada predominantemente de forma separada, a apresentação dos resultados combinou descrição narrativa, tabelas e gráficos, sendo estes últimos gerados diretamente no Excel.

Os dados da pesquisa foram armazenados em computador pessoal da autora e não estão disponíveis em repositório público, podendo ser acessados mediante solicitação, respeitando a confidencialidade dos respondentes.

3 CONSIDERAÇÕES SOBRE A CULTURA ACADÊMICA NA AMÉRICA LATINA

O objetivo deste capítulo é problematizar as relações entre a produção científica, os periódicos científicos, a internacionalização e a ciência aberta, a partir das teorias baseadas nos estudos decoloniais latino-americanos, como forma de nos distanciar dos entendimentos mais comuns no Norte global baseadas na ideia de dependência acadêmica e proporcionar uma perspectiva de análise mais coerente com a experiência e a cultura locais.

Este capítulo inclui também um breve histórico sobre a formação recente da cultura acadêmica latino-americana e a introdução do fenômeno da internacionalização na agenda dos órgãos de financiamento e avaliação acadêmica na América Latina, a partir da década de 1950, com a atuação de organismos internacionais, como a UNESCO e as Fundações Ford e Rockefeller, em projetos de desenvolvimento e de intercâmbio acadêmico na região.

3.1 Estrutura geopolítica do conhecimento e subordinação acadêmica

A colonialidade, um conceito introduzido pelo sociólogo peruano Anibal Quijano (1992), se dá a partir da perpetuação das estruturas de poder do colonizador, mesmo após a descolonização histórica de territórios. Segundo o autor, na sociedade contemporânea, a colonialidade ainda se manifesta de diversas formas: na cultura, nas estruturas sociais, na dependência econômica e política, nos hábitos de consumo, mas também nas formas de produção e circulação de conhecimento, incluindo o conhecimento acadêmico.

Diversos autores do Sul Global, como Fernanda Beigel (2014), Homi Bhabha (1994), Suresh Canagarajah (2008), Fran Collyer (2018) e Raewyn Connell (2012, 2017) teorizaram sobre a questão da estrutura geopolítica do conhecimento. Segundo esses autores, a subordinação acadêmica ao ideário eurocêntrico nos aprisiona aos padrões de produção e avaliação da chamada corrente principal da ciência, ou *mainstream*, reforçados pela pressão mercadológica dos grandes grupos editoriais acadêmicos e legitimados pelos próprios sistemas de avaliação nacionais e pela comunidade acadêmica. Cabe destacar, contudo, que não existe uma única corrente principal, mas sim múltiplos circuitos de publicação que atuam além das dinâmicas geográficas. Beigel (2014) traz como exemplo que uma revista chilena indexada na *Web of Science* pode ser vista como “*mainstream*” entre pesquisadores no Chile, mas ainda assim permanecer à margem de outras revistas norte-americanas de maior prestígio. Como

coloca a autora, “entrar nos circuitos da corrente principal não garante necessariamente a consagração "internacional", embora certamente proporcione reconhecimento local” (Beigel, 2014, p. 3).

No mundo acadêmico, vemos reproduzida a estrutura global de centro (colonizador) e periferia (colonizados), onde o núcleo representa o que é apresentado como a vanguarda do desenvolvimento socioeconômico e tecnológico, enquanto a periferia é vista como a fornecedora de recursos primários e mão-de-obra operacional. O conceito de periferia na ciência se manifesta pela noção de que novas ideias são geradas predominantemente no centro e depois imitadas na periferia, refletindo-se tanto na produção acadêmica em si, como também nos padrões adotados pelas comunidades acadêmicas (Sutz, 1983; Schott, 1993). A relação centro-periferia também se reflete na adesão a doutrinas determinadas pelas políticas científicas dos países da corrente principal da ciência (Schott, 1993). Não é incomum que os pesquisadores escolham suas áreas de estudo de acordo com a percepção de sua probabilidade em publicar um artigo e receber citações, sacrificando temas de pesquisa que poderiam ser muito mais úteis, mas menos “lucrativos” em termos de citações, muitas vezes colocando em risco também a qualidade da pesquisa (Pagliaro, 2021).

Ainda sobre o conceito de ciência periférica, Cueto (1989) defende o uso do termo *ciência na periferia*, de forma a enfatizar que nem toda a ciência produzida na periferia é marginal ao estoque de conhecimento mundial e que o trabalho científico local tem suas próprias necessidades e especificidades, que devem ser entendidas como parte de sua cultura e das interações com a ciência internacional. Nesse sentido, outros autores reforçam a importância do papel da ciência produzida na periferia para a produção de conhecimento de uso local, o desenvolvimento de nichos especializados por área e sua importância no intercâmbio de ideias com o centro (Canagarajah, 2008; Collyer, 2014; Connell, 2017).

Outro autor que analisou a problemática da subordinação acadêmica utilizando teorias pós-colonialistas foi o filósofo e teórico crítico indiano Homi K. Bhabha, que explorou os conceitos epistemológicos de *hibridismo* e *mímica*. O conceito de *hibridismo* em Bhabha (1994) elabora as relações entre o centro e a periferia com base na dinâmica entre autoridade e resistência, e na ambivalência dos discursos dominantes, que, a partir da construção de identidades discriminatórias, dá lugar a uma terceira cultura, híbrida, que não é a sua nem a do outro. Já o conceito de *mímica* proposto pelo filósofo indiano explora o desejo de identificação do colonizado com o outro colonizador, e a criação de um sujeito que é *quase o mesmo, mas*

não exatamente, que adota uma repetição *parcial* dos valores colonizadores. No contexto da ciência, como coloca Alcadipani (2017), isso seria “uma tentativa das pessoas dos países do Sul de copiar as lógicas de funcionamento dos países do Norte sem ter a mesma base social, cultural e econômica”. Por isso, segundo Bhabha, as práticas e ideias geradas nos países tidos como centrais tendem a assumir novos significados nos países periféricos. Um exemplo dessa repetição parcial da lógica de operação da comunicação científica dominante na América Latina seria sua transformação em uma dinâmica que gera somente o produtivismo acadêmico e o *gaming* dos rankings e indicadores internacionais, porém não reproduz a qualidade da ciência que é produzida nos países centrais.

Beigel (2014) reforça que o fato de que o conhecimento produzido na periferia gera escassas ‘exportações’ ao circuito principal não significa que as comunidades científicas periféricas sejam meramente passivas ou ‘importadoras’ massivas de conhecimento. De fato, apesar da posição periférica da América Latina no circuito acadêmico global, estamos longe de ser meros objetos de dominação ou importadores passivos do conhecimento e das ideias gerados pelos “centros de excelência” europeus e norte-americanos (Beigel, 2016; Cueto, 2014).

Assim como Walter Mignolo defende que o primeiro passo da crítica colonial seria o desvelamento da retórica da modernidade e de sua cumplicidade com a lógica do colonialismo, tendo como passo seguinte a reaprendizagem de um futuro global pluriversal (Ferreira; Simim, 2017), me parece coerente começar por ampliar o entendimento sobre as dinâmicas da *colonialidade do poder/saber* nos processos de produção acadêmica na América Latina, e em particular sobre a ideia de internacionalização, para então poder vislumbrar alternativas que permitam repensar as atuais relações de poder no tradicional fluxo da comunicação científica.

Na América Latina, a principal corrente de pensamento decolonial tem como origem o Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C), constituído por intelectuais latino-americanos que atuavam em diversas universidades na América do Sul e nos Estados Unidos, no final da década de 1990. O M/C teve como alguns dos seus principais membros o sociólogo peruano Aníbal Quijano, os argentinos Enrique Dussel e Walter Mignolo, o sociólogo americano Immanuel Wallerstein, o filósofo colombiano Santiago Castro-Gómez, o também filósofo Nelson Maldonado-Torres e o sociólogo Ramón Grosfoguel, ambos porto-riquenhos, e o sociólogo venezuelano Edgardo Lander, muitos dos quais desenvolveram teorias e conceitos originais importantes para a “identificação e a superação da colonialidade do poder, do saber e do ser” (Ballestrin, 2013, p. 90).

Aníbal Quijano desenvolveu o conceito de *colonialidade do poder* para expressar a continuidade das relações de poder e da dominação econômica e política entre colonizadores e colonizados, mesmo após o fim do colonialismo em termos históricos. De acordo com Quijano (1992, p. 12), a matriz colonial de poder “foi e ainda é o marco dentro do qual operam as outras relações sociais, de classe ou grupo social”, pois mais do que uma colonização da cultura, se trata de uma colonização do imaginário dos dominados. Segundo Quijano, a colonialidade do poder significou também um tipo de repressão

[...] sobre os modos de conhecer, de produzir conhecimento, de produzir perspectivas, imagens e sistemas de imagens, símbolos, modos de significação; sobre os recursos, padrões e instrumentos de expressão formalizada e objetiva, intelectual e visual [...] seguida pela imposição do uso dos próprios padrões de expressão dos dominantes, assim como de suas crenças e imagens [...] (Quijano, 1992, p. 12).

Mais além da perpetuação da dominação colonial no âmbito político, econômico e cultural, outro aspecto importante abarcado pelo conceito de *colonialidade do poder* é a divisão das populações com base em uma hierarquia de raça/classe social inventada pelos colonizadores e assimilada pelos colonizados, onde os povos europeus são apresentados como naturalmente superiores aos indivíduos das sociedades não-europeias.

A expressão “colonialidade do poder” designa um processo fundamental de estruturação do sistema-mundo moderno/colonial, que articula os lugares periféricos da divisão internacional do trabalho com a hierarquia étnico-racial global e com a inscrição de migrantes do Terceiro Mundo na hierarquia étnico-racial das cidades metropolitanas globais (Grosfoguel, 2008, p. 126).

Um dos desdobramentos desse conceito elaborado pelo grupo é a dimensão da *colonialidade do saber*, que designa o mecanismo pelo qual o paradigma racional europeu passou a ser assumido como o paradigma universal de conhecimento, ou seja, “um legado epistemológico do eurocentrismo que nos impede de compreender o mundo a partir do próprio mundo em que vivemos e das epistemes que lhes são próprias” (Porto-Gonçalves, 2005, p. 3).

O conceito de *colonialidade do saber* vem associado ao que Walter D. Mignolo chama de *diferença colonial*, que conforme o autor explica, consiste em:

[...] uma irreduzível diferença entre o centro e a periferia, entre a crítica Eurocêntrica do Eurocentrismo e a produção de conhecimento por aqueles que participaram da construção do mundo moderno/colonial, e aqueles que ficaram de fora da discussão (Mignolo, 2002, p. 63, tradução própria).

Quijano (1992, p.15) atenta para o fato de que o conhecimento, dentro da lógica racional europeia, seja pensado sob a mesma dinâmica da propriedade, ou seja, “como uma relação entre

um indivíduo e algo”, onde alguns – os dominadores – possuem o conhecimento e são “sujeitos” capazes de elaborá-lo, enquanto os outros – dominados – são parte de um universo de “objetos”, que apenas podem ser observados e estudados, de forma passiva. Segundo o autor, o primeiro passo para a superação da colonialidade é a descolonização epistemológica, que abra espaço a “uma nova comunicação intercultural, a um intercâmbio de experiências e de significados, como a base de uma outra racionalidade que possa pretender, com legitimidade, alguma universalidade” (Quijano, 1992, p. 19, tradução própria)⁸.

Walter D. Mignolo (2008) defende o pensamento decolonial como via de acesso a uma necessária pluri-versalidade como projeto universal, que reflita a amplitude e a diversidade da “consciência mestiça” dos diferentes povos afetados pelo colonialismo europeu, em contraponto à uni-versalidade dos conceitos na história da filosofia europeia.

E por que os conceitos que são elaborados nos projetos descoloniais e em processo de pensamento descolonial são pluritópicos e pluri-versais? Porque a ferida colonial foi diversificada, empregando linguagem de Wall Street, por todo o mundo: Índios da América, Austrália e Nova Zelândia; os negros da África subsaariana e das Américas; árabes e berberes da África do Norte e no Oriente Médio; indianos na pós-separação da Índia e até chineses, japoneses e russos e suas colônias tiveram que lidar, de uma forma ou de outra, com a cosmovisão mono-tópica da civilização ocidental encapsulada no grego e no latim, nas seis línguas modernas imperiais da Europa, e na subjetividade correspondente registrada na e através da expressão artística, na cultura popular, na comunicação de massa, etc. Eis porque a consciência mestiça é diversa e diversificada (Mignolo, 2008, p. 304).

Esse posicionamento dialoga com alguns dos movimentos contemporâneos de abertura da ciência, que envolvem o reconhecimento de outras epistemologias e narrativas, bem como as contribuições do chamado Sul Global, considerando “o amplo espectro de atores e espaços de produção de conhecimento e de formulação de diferentes questões” (Albagli, 2019a), como veremos mais adiante.

Conforme o próprio nome do grupo M/C revela, o conceito de colonialidade está diretamente ligado à modernidade. Ao contrário do conceito histórico estabelecido sobre a modernidade, que tende a situar suas origens na sequência do Renascimento, ancoradas no pensamento da Era da Razão do século XVII, do Iluminismo e da Revolução Industrial do século XVIII, sob a perspectiva da modernidade/colonialidade, a modernidade é uma narrativa

⁸ No original: “[...] una nueva comunicacion intercultural, a un intercambio de experiencias y de significaciones, como la base de una otra racionalidad que pueda pretender, con legitimidad, alguna universalidad.”

européia/ocidental que tem na colonialidade seu suporte e fundamento, sendo entendida como um modo de vida e um projeto civilizatório (Restrepo; Rojas, 2012). Walter Mignolo (2017) considera a colonialidade como o outro lado da modernidade, ou o lado oculto de uma moeda que tem duas faces. Assim, a colonialidade é constitutiva da modernidade, ou seja, sem colonialidade não há modernidade, daí a adoção da forma escrita “modernidade/colonialidade”, utilizando uma barra (/) que une e divide os dois termos.

Enrique Dussel (1994), outro filósofo participante do grupo M/C, sugere que haveria uma primeira e uma segunda modernidade. A segunda modernidade é o que normalmente se chama de modernidade, enquanto a primeira modernidade nasce com a chegada dos espanhóis e portugueses nas Américas, entre o século XV e XVI. Isso porque, é nesse momento que os europeus se confrontam com seu ego de colonizador, capaz de conquistar, controlar, violentar e vencer o ‘Outro’, ao qual tenta transformar nele mesmo.

[...], mais do que revelar o desconhecido ou o que havia por conhecer, o que predominou foi a tendência a encobrir em termos que eram familiares aos europeus, a domesticar a diferença em princípios de inteligibilidade existentes, a encaixá-la em sistemas classificatórios e hierarquias derivadas da cosmologia e da geografia cristãs da época (Restrepo; Rojas, 2012, p. 81, tradução própria)⁹.

Assim, o mito da modernidade consiste em mascarar a brutal violência da dominação europeia como um processo racional de caráter civilizatório. Em resumo, Dussel (2000) descreve o processo sob os seguintes termos: a civilização moderna se entende como mais desenvolvida e superior e, por isso, dotada de uma exigência moral que lhe obriga a desenvolver aos mais primitivos e atrasados sob os moldes ideológicos eurocêntricos. Uma vez que os povos colonizados se opõem ao processo civilizatório, é necessário o uso da violência para destruir os obstáculos da modernização, produzindo vítimas que são apresentadas como parte de um “sacrifício salvador”, já que elas mesmas são culpadas por se terem se oposto à modernização.

Já Mignolo (2017) classifica a modernidade em três fases cumulativas: a primeira é a fase ibérica e católica, liderada pela Espanha e Portugal (1500-1750), que introduziu a retórica da modernidade como salvação, focada em salvar almas pela conversão ao cristianismo; a segunda fase, europeia, liderada pela Inglaterra, França e Alemanha (1750-1945), apresentou a

⁹ No original: “Por tanto, antes que develar lo desconocido o lo por conocer, lo que predominó fue la tendencia a en-cubrir en términos que eran familiares para los europeos, a domesticar la diferencia en principios de inteligibilidad existentes, a encajarla en sistemas clasificatorios y jerarquías derivadas de la cosmología y geografía cristianas de la época.”

modernidade como missão civilizatória fora da Europa, em uma espécie de extensão da biopolítica de Foucault; e a terceira fase se desloca para a América do Norte (1945-2000), momento em que a lógica da modernidade/colonialidade é reorganizada sob o discurso liberal do “desenvolvimento”, liderado pelos EUA e mediado por agências internacionais como a Fundação Ford, a Fundação Rockefeller e a UNESCO.

Ainda que Mignolo situe essa terceira fase como estendendo-se até os dias de hoje, pode-se argumentar que o cenário global contemporâneo exige uma atualização ou reconfiguração dessa periodização. A partir dos anos 2000, observa-se uma rearticulação das dinâmicas de poder global, marcada, por um lado, pela emergência de novas potências (como China, Índia e o bloco dos BRICS) e, por outro, pela intensificação das crises do modelo ocidental-liberal, especialmente após eventos como o 11 de setembro, a crise financeira de 2008 e a pandemia de Covid-19 (Tello, 2023). Tais transformações indicam o possível surgimento de uma quarta fase da modernidade/colonialidade, na qual a dominação já não se exerce exclusivamente a partir de um centro hegemônico único, mas se fragmenta em múltiplos polos, com disputas simultâneas por legitimidade epistêmica, geopolítica e tecnológica (Pecequilo, 2023).

Essa possível nova fase também se caracteriza por um aprofundamento da colonialidade digital, pelo controle algorítmico de dados capitaneado pelas *big techs* e pelo desenvolvimento da inteligência artificial (Faustino; Lipold, 2023; Ricaurte, 2019; Tello, 2023), atualizando as formas contemporâneas de poder, de saber e de subjetivação. Trata-se, assim, de uma “colonialidade tecnológica do poder”, não mais imposta por países, mas por empresas que operam por meio de algoritmos preditivos baseados na extração massiva de dados pessoais e controlam a infraestrutura digital sobre a qual se desenvolvem grande parte das relações sociais e da produção científica (Tello, 2023).

3.2 A cultura acadêmica latino-americana e a internacionalização

A terceira fase da modernidade, como descrita por Mignolo (2017), coincide como o período que se convencionou chamar de Guerra Fria. A Guerra Fria pode ser descrita como uma ordem política global, vigente durante o período compreendido entre os primeiros anos pós-Segunda Guerra Mundial, até a queda do Muro de Berlim, em 1989, e concentrou intensos

conflitos geopolíticos, econômicos e ideológicos entre duas superpotências: os Estados Unidos e a então União Soviética (Solovey; Dayé, 2021).

No entanto, seu impacto se fez sentir em diversas partes do mundo, e como fenômeno global, a Guerra Fria teve uma profunda influência nas relações internacionais, na sociedade, na cultura e nas ciências, incluindo as ciências humanas e sociais.

[...] as ciências sociais, como muitas outras ciências, se envolveram em novos arranjos de clientelismo, agendas políticas, aspirações sociais, guerra ideológica e movimentos intelectuais que estavam conectados à rivalidade entre superpotências e sua expansão para todos os cantos do globo. Os envolvimento da Guerra Fria ajudaram a reconfigurar objetos de estudo das ciências sociais, métodos de investigação, estruturas teóricas, tendências disciplinares, movimentos interdisciplinares e subcampos disciplinares (Solovey; Dayé, 2021, tradução própria).¹⁰

Segundo Sutz (1983), é no período pós Segunda Guerra Mundial que se consolidam as relações entre a indústria privada, as universidades e os governos, com o fim de adequar as estruturas científico-técnicas às exigências da dinâmica econômica e política da época.

Nesse período, que Mignolo (2017) denomina como a fase desenvolvimentista da modernidade, se observa a atuação direta de agências de financiamento internacionais, como a Fundação Ford e a Fundação Rockefeller, por meio de projetos de construção nacional pós-colonial, em particular na América Latina. As atividades dessas duas fundações na América Latina durante os anos pós-Segunda Guerra Mundial se situam dentro de uma agenda de reforma global muito mais ampla promovida por organizações públicas e privadas nos Estados Unidos (Gallardo; Salatino; Quesada, 2021; Kelly, 2013; Leher, 2019), com o objetivo de exportar o *American Way of Life*, num sentido cultural, social e político (Calandra, 2015). Ambas, cada uma a sua maneira, assumiram a causa do desenvolvimento econômico como uma forma de neutralizar a influência do marxismo na região. Essas organizações tinham interesses não só em garantir a presença de investimentos capitalistas, mas também, sob influência do governo norte-americano, usavam seu poder financeiro para controlar o conhecimento que circulava dentro dos países, treinando pesquisadores com métodos, conceitos e técnicas produzidos pela academia norte-americana e oferecendo conhecimento especializado para a

¹⁰ No original: “[...] the social sciences, like many other sciences, became enmeshed in new patronage arrangements, political agendas, social aspirations, ideological warfare, and intellectual movements that were connected to the superpower rivalry and its expansion to all corners of the globe. Cold War entanglements helped to reconfigure social science objects of study, methods of inquiry, theoretical frameworks, disciplinary trends, interdisciplinary movements, and disciplinary subfields.”

política de desenvolvimento do estado, a fim de minimizar a potência da ideologia comunista (Cueto, 1996).

A estratégia da Fundação Rockefeller era transformar e construir instituições, especialmente promovendo mudanças nas universidades, enquanto a Fundação Ford se valeu principalmente do modelo de criação de *think tanks*, que lhe permitia exercer uma influência mais direta no debate público e na circulação das elites políticas entre a instituição e o Estado. (Turner, 2023).

Porém, não se pode diminuir a importância desses investimentos monetários nas instituições de ensino da América Latina apenas ao controle de uma ideologia em meio a Guerra Fria. O impacto do financiamento de pesquisas, bolsas de estudos, organização de bibliotecas e eventos foi fundamental para a institucionalização e fortalecimento das Ciências Sociais enquanto campo gerador de conhecimento científico na região.

No final da década de 1960, a escalada da Guerra do Vietnã acabou por deslocar o interesse dos Estados Unidos, que passou a optar por uma política externa marcada por ações de propaganda e de desestabilização, em detrimento da política de desenvolvimento e de combate à pobreza, ampliando o papel do Banco Mundial como financiador de projetos educacionais, a partir da década de 1970 (Leher, 2001). Já no final da década de 1980, a prioridade do Banco Mundial se volta ao ensino fundamental “minimalista”, com ênfase na formação técnica e profissional, “tidas como mais adequadas às necessidades (presumidas) dos países em desenvolvimento” (Leher, 2019, p. 8). No campo do ensino superior, as determinações do Banco Mundial para os países periféricos desde a década de 1990 têm sido no sentido de “diferenciar” o público a que se destina, priorizando a formação de uma elite econômico-intelectual e “diversificar” as fontes de financiamento institucional, distanciando-as do financiamento público (Leher 2001). Essas duas características – a privatização formal ou informal do ensino superior, e o "elitismo" das instituições públicas de ensino – foram comuns a muitos países, e continuam a ser marcadores importantes da investigação científica, ainda que atravessados por fortes assimetrias e com uma participação reduzida, porém crescente, dos setores socialmente menos favorecidos no ensino superior (Gallardo; Salatino; Quesada, 2021).

Em linha com as mudanças globais ocorridas após o fim da Guerra Fria, as universidades latino-americanas também viram surgir uma preocupação mais explícita com os processos de internacionalização. As iniciativas de cooperação e intercâmbio se multiplicaram tanto entre os

países da região quanto com os países do Norte global, embora uma circulação Sul-Sul seja ainda incipiente (Gallardo; Salatino; Quesada, 2021).

Beigel (2016, 2019) defende que o impulso de internacionalização que se verificou nas décadas de 1950-1960 não foi resultado do apoio financeiro das agências públicas e privadas dos países centrais. Segundo a autora, o circuito acadêmico regional é fruto do movimento latino-americanista, que desde o século XIX fomentava o independentismo e a autonomia acadêmica, e que a partir dos anos 1920 foi se consolidando com o surgimento de uma indústria editorial e da modernização das universidades. No entanto, a própria autora afirma que o surgimento de centros regionais de organismos internacionais, como a CEPAL (1948), FLACSO (1957), CELADE (1957), DESAL (1960), ILPES (1961), ILADES (1965) e CLACSO (1967), bem como as Comissões Nacionais da UNESCO, desempenharam um papel relevante para a circulação do conhecimento produzido na região, através da criação de Centros de Documentação, da distribuição de periódicos, da produção de listas de materiais e de boletins bibliográficos (Beigel, 2019).

A América Latina foi pioneira no desenvolvimento de uma infraestrutura de periódicos e repositórios nacionais e institucionais de acesso aberto não comercial, consolidando um espaço de troca intelectual importante para o avanço da pesquisa científica local e de um posicionamento crítico à corrente principal (Babini, 2019; Salatino, 2017). A partir da década de 1970, vemos o surgimento de um ecossistema de comunicação científica latino-americana, com a criação de sistemas de indexação como CLASE (1975) y PERIODICA (1978), pela Universidade Nacional Autónoma de México (UNAM), na contramão do circuito *mainstream*, que já se estabelecia pela dominância da base de dados do *Institute for Scientific Information* (ISI) como fonte de qualificação universal dos periódicos.

Nas décadas de 1980 e 1990, as instituições latino-americanas passaram a considerar a necessidade de contar com estruturas compartilhadas e colaborativas para acessar, circular e tornar o conhecimento científico da região mais visível (Salatino; Banzato, 2021), resultando no surgimento de iniciativas importantes para a região, como o diretório Latindex, no México (em 1994), o projeto SciELO, no Brasil (em 1998), e a base de dados Redalyc, também no México (em 2003), que posicionaram a América Latina como pioneiros e detentores de um dos sistemas de acesso aberto mais desenvolvidos no mundo.

Esse cenário é fruto das políticas públicas de Ciência e Tecnologia e de iniciativas regionais, motivadas tanto pelo reconhecimento da ciência como um bem público (Babini;

Rovelli, 2020; Velho, 2011), respaldada pelo fato de que praticamente toda a pesquisa local é produzida e financiada por organismos públicos – e seus resultados, portanto, devem estar disponíveis a toda a sociedade –, mas também pelo intuito de aumentar a presença e o impacto da produção científica da região, aproveitando-se das inéditas possibilidades trazidas pela internet (Vessuri; Guedón; Cetto, 2013), com destaque para o acesso aberto às publicações científicas.

3.3 Periódicos científicos e o acesso aberto

Desde sua origem, os periódicos científicos têm desempenhado um papel central como canal de comunicação formal da ciência, sustentados pelo princípio da validação do mérito e do método científico alcançado por meio da revisão por pares¹¹ (Gonçalves; Ramos; Castro, 2006). Contudo, ao longo do tempo, as revistas passaram a assumir também um papel estruturante na organização das comunidades acadêmicas, na atribuição de prestígio e poder e nos processos de avaliação científica, como resumem Juan Pablo Alperin e Cecilia Rozemblum (2017). Salatino (2017) ressalta ainda que, nas últimas décadas, as publicações científicas consolidaram-se como instrumentos de reconhecimento e consagração no campo acadêmico, extrapolando sua função primordial de comunicação científica.

Na América Latina, o sistema editorial científico consolidou-se a partir de uma tradição fortemente vinculada às universidades públicas e associada a uma concepção do conhecimento científico como bem comum, distinguindo-se do modelo comercial dominante no Norte Global (Babini, 2019; Cetto, 2015; Salatino, 2017).

Alperin e Rozemblum (2017) contextualizam o histórico dos periódicos latino-americanos em três etapas: começando pela emergente (1985-1995), na qual os periódicos começam a adaptar-se às mudanças causadas pela era digital; depois, a etapa de consolidação (1995–2015), marcada pela criação dos sistemas de informação regionais, como Latindex, SciELO e Redalyc, e pelo crescimento do apoio institucional às revistas; e por último, a etapa de “internacionalização” (2015-presente), com o surgimento de iniciativas baseadas no modelo científico dos países centrais, desprezando o modelo que vinha sendo construído na região, com

¹¹ Para um maior detalhamento sobre a evolução histórica dos periódicos, suas características, funções e critérios de avaliação, ver Gonçalves, Ramos e Castro (2006).

foco no acesso aberto e na ciência como bem comum. Segundo esses mesmos autores, nas duas primeiras etapas do desenvolvimento dos periódicos científicos na América Latina, os principais objetivos eram aumentar a qualidade e a visibilidade da ciência latino-americana, por meio de critérios rigorosos de qualidade editorial. No entanto, na terceira etapa, vemos a adoção de políticas que substituem os critérios estabelecidos nas décadas anteriores por indicadores baseados em contagem de citações nas bases de dados comerciais Web of Science e Scopus.

Paralelamente, Salatino (2017) apresenta a constituição do espaço latino-americano de revistas científicas em diferentes etapas históricas: o “associacionismo editorial” (1772–1964), marcado pela criação de periódicos científicos por associações e academias nacionais; a etapa de “documentação e profissionalização” (1950–1980), onde ocorreu a formulação de referenciais para o desenvolvimento científico e tecnológico e surgiram os estudos sobre a circulação das revistas; a etapa de “regionalização” (1971–2002), caracterizada pela consolidação de uma tradição crítica em torno da edição e circulação das publicações, impulsionada pela digitalização e pelas tecnologias de informação, com o acesso aberto emergindo como eixo central; e, por fim, a etapa da “quantificação da avaliação” (1999-presente), em que se intensificam processos de avaliação da produção científica por indicadores quantitativos, complementados por iniciativas regionais de bases e diretórios, como Latindex, SciELO e Redalyc, que ampliaram o acesso e a visibilidade do conhecimento científico na região.

No final dos anos 1990, surgiu mundialmente o movimento pelo Acesso Aberto (AA), inicialmente como reação ao aumento expressivo nos custos de assinatura das revistas científicas, que restringiram o acesso dos pesquisadores aos resultados de pesquisa produzidos por eles próprios e muitas vezes financiados com recursos públicos (Cetto, 2015). A consolidação do movimento foi marcada pela assinatura da Declaração de Budapeste¹², em 2002, seguida pelas declarações de Berlim¹³, em 2003, e de Bethesda¹⁴, em 2005. Esses documentos defendem que pesquisas financiadas publicamente devem estar livres de barreiras de acesso, podendo ser utilizadas, compartilhadas, distribuídas e modificadas, desde que

¹² Disponível em: <https://www.budapestopenaccessinitiative.org/boai10/portuguese-brazilian-translation/>. Acesso em: 10 jan. 2026.

¹³ Disponível em: <https://openaccess.mpg.de/Berlin-Declaration>. Acesso em: 10 jan. 2026.

¹⁴ Disponível em: <https://www.standupforscience.net/bethesda-declaration>. Acesso em: 10 jan. 2026.

mantenham a atribuição de autoria e sejam utilizadas para propósitos responsáveis (Silveira, 2023).

O acesso aberto abrange vários modelos de publicação, que permitem não apenas a ampla disseminação do conhecimento científico, como também asseguram aos pesquisadores a manutenção de seus direitos autorais. Inicialmente, foram propostos dois modelos de acesso aberto: a Via Verde, baseada no auto arquivamento de artigos de periódicos em repositórios institucionais, e a Via Dourada, que corresponde à publicação do artigo em revistas de acesso gratuito com licenças abertas (Harnad, 2008). Em 2012, começou a popularizar-se uma variação da Via Dourada, como alternativa para viabilizar a sustentabilidade do acesso aberto, especialmente para as grandes editoras comerciais (Weitzel, 2014). Nesse modelo híbrido, as revistas continuam publicando artigos sob o modelo de assinatura, porém oferecem aos autores a opção de publicar seus artigos em acesso aberto mediante o pagamento de uma taxa de processamento de artigo (conhecida como APC, do inglês *Article Processing Charge*) (Appel; Albagli; Maciel, 2017). Na Via Diamante, o artigo é publicado em um periódico de acesso aberto, sem custos tanto para os autores como para os leitores. Já a Via Bronze disponibiliza os artigos de forma gratuita, porém sem o uso de licenças abertas (Piwowar et al., 2018). Atualmente, a maioria das revistas científicas latino-americanas são financiadas e apoiadas por universidades ou centros de pesquisa sob o modelo de acesso aberto Diamante (Dias; del Rio Grande; Lujano Vilchis, 2026).

Na América Latina, o acesso aberto tem raízes anteriores à consolidação formal do movimento AA. Iniciativas regionais como Latindex, SciELO e Redalyc surgiram de forma independente, com caráter estritamente local, e não buscavam imitar nenhum modelo europeu ou norte-americano (Cetto, 2015). Essas plataformas foram fundamentais para fortalecer a circulação, visibilidade e organização das revistas científicas latino-americanas, consolidando uma tradição regional de publicação científica em acesso aberto que se expandiu ao longo das últimas décadas e passou a ser reconhecida como referência internacional (Alperin; Rozemblum, 2017; Delgado Troncoso, 2012; Salatino, 2017; Sánchez-Tarragó *et al.*, 2016).

A base de dados Latindex: Índice Latinoamericano de Publicaciones Científicas Seriadas surgiu para preencher a lacuna de um sistema de informação bibliográfica dedicado aos periódicos científicos produzidos na América Latina e no Caribe, permitindo mapear a realidade das revistas da região e formar uma base para a implementação de normas de qualidade, além de dar apoio aos editores na melhoria de seus periódicos (Cetto, 2015). Desde

o seu início, o Latindex foi concebido para gerar de forma cooperativa e descentralizada um diretório de periódicos científicos latino-americanos que atendessem a determinadas características formais e de boas práticas editoriais¹⁵. A institucionalização do projeto Latindex pela UNAM, em 1994, serviu como uma ponte para a circulação do conhecimento científico na América Latina, uma vez que a criação de centros nacionais responsáveis por avaliar e selecionar os periódicos a serem indexados gerou diversas conexões que permitiram o progresso de futuros acordos de colaboração e cooperação na região (Salatino; Banzato, 2021).

O projeto SciELO, inaugurado em 1998, deu o primeiro passo em direção à publicação eletrônica de revistas científicas em acesso aberto na América Latina, apostando na qualidade dos resultados de pesquisa produzidos nesses países e apoiando-se em um processo de seleção que assegurasse a qualidade editorial e de conteúdo das publicações. Brasil, Chile e México foram os países pioneiros na adoção e disseminação do acesso aberto para seus resultados de pesquisa utilizando a plataforma SciELO (Nascimento, 2021). Cabe mencionar que, tendo esta autora atuado como Coordenadora de Publicação Eletrônica na SciELO no período de 2001 a 2004, pude presenciar o grande esforço de convencimento necessário para que os editores aceitassem que a adoção do acesso aberto online não impactaria o modelo de negócio das revistas (então baseado na venda de assinaturas) ou o seu desempenho em avaliações institucionais. Além disso, os editores temiam que a livre circulação do conteúdo dos artigos seria um convite à cópia indiscriminada e ao plágio, e não uma oportunidade de aumentar a visibilidade e internacionalização das revistas, ao possibilitar que os artigos fossem descobertos, lidos e citados por autores de outros países.

O surgimento da SciELO representou um marco no desenvolvimento do ecossistema de publicação científica no Brasil e nos demais países da América Latina, ao apresentar um modelo de acreditação e disseminação da ciência produzida e publicada na região com base em critérios sólidos e amplamente aceitos de validação de qualidade (Nascimento, 2021; Mugnaini; Sales, 2011). Ao mesmo tempo, institucionalizou o acesso aberto aos resultados de pesquisa em boa parte do Sul Global, expandindo-se do Brasil para os demais países da América Latina, e avançando a colaboração com Portugal, Espanha e a África do Sul.

Outra iniciativa dedicada a promover o acesso aberto e a visibilidade da produção científica latino-americana foi o projeto Redalyc, que iniciou em 2003. Desde o seu surgimento,

¹⁵ Disponível em: <https://www.latindex.org/latindex/nosotros/antecedentes>. Acesso em: 10 jan. 2026.

Redalyc se destacou não somente pela publicação de uma quantidade expressiva de artigos em texto completo de periódicos de diversas áreas do conhecimento, publicados em mais de 20 países, mas também por sua atuação na promoção e defesa do acesso aberto. Em conjunto, vemos que essas iniciativas compartilham valores e posicionamentos políticos que buscam promover a visão tradicionalmente constituída no cenário latino-americano de que a comunicação científica é um bem público que pertence a toda a sociedade (Babini, 2019; Beigel, 2019; Nascimento, 2021).

A expansão do acesso aberto na América Latina também foi impulsionada pela disseminação do *Open Journal System* (OJS), um sistema de código aberto para publicação e gestão de periódicos, especialmente por meio da iniciativa do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) de traduzir o programa para o português e capacitar os editores científicos para seu uso. Desenvolvido pelo *Public Knowledge Project* (PKP), nos Estados Unidos, o OJS foi rapidamente incorporado ao cotidiano dos editores latino-americanos (Nascimento, 2021). Dados do PKP indicam que, em 2023, 8.437 revistas da América Latina publicaram cinco ou mais artigos utilizando o sistema OJS (Public Knowledge Project, 2024).

Nas últimas décadas, o movimento global de acesso aberto expandiu-se, porém incorporando uma lógica mercantilista, na qual as editoras comerciais passaram a adotar um modelo que transfere os custos de publicação para os autores ou suas instituições, por meio da cobrança de APC ou da assinatura de acordos transformativos¹⁶. Esse modelo, cujo custo é frequentemente proibitivo para pesquisadores de países periféricos, gerou críticas por parte da comunidade acadêmica e levou à atualização das recomendações de Budapeste, que questionam o uso de APCs e de acordos “transformativos” e reafirmam a necessidade de eliminar barreiras ao acesso, mantendo o acesso aberto como um princípio central para a disseminação do conhecimento científico (Silveira, 2023).

Embora o ecossistema de periódicos científicos na América Latina seja predominantemente composto por títulos de acesso aberto Diamante, estudos de Alperin (2022) e Córdoba González (2024) indicam um crescimento no número de revistas que cobram taxas de publicação. Uma análise do conjunto de periódicos latino-americanos incluídos no DOAJ que cobram APC mostra que os periódicos de medicina e agricultura lideram esse modelo na

¹⁶ Para mais detalhes sobre a expansão do acesso aberto na Europa e as estratégias de publicação em acesso aberto das editoras comerciais, ver Alencar e Barbosa (2022).

região (Dias; del Rio Grande; Lujano Vilchis, 2026). As mesmas autoras afirmam que os periódicos latino-americanos parecem usar as taxas de publicação como uma fonte de renda suplementar, e não como um mecanismo de lucro, como acontece nos modelos de negócios das editoras comerciais.

Apesar do grande crescimento no número de artigos científicos disponíveis em acesso aberto, na América Latina e globalmente, Salatino e Banzato (2021) afirmam que ainda estamos longe de alcançar o acesso universal proposto pelo movimento de ciência aberta.

3.4 Ciência Aberta como acelerador da internacionalização

Assim como, nos anos 1990, a internet surgiu como uma promessa revolucionária para as publicações acadêmicas de países em desenvolvimento, em termos de velocidade de publicação, expansão de fronteiras geográficas, acessibilidade, visibilidade e acesso aberto (Chan; Costa, 2005), nos últimos anos o movimento pela ciência aberta se assomou como uma nova promessa das necessárias transformações de natureza técnica ou político-econômica no cenário da comunicação científica, com foco em aspectos como colaboração, transparência, diversidade, modelos alternativos de avaliação e infraestruturas de pesquisa (Fecher; Friesike, 2014).

O surgimento do termo “ciência aberta” e dos movimentos a ela relacionados está intrinsecamente ligado às novas formas de produção de conhecimento, na economia baseada no conhecimento, e nas oportunidades oferecidas pelas tecnologias baseadas na web, sendo parcialmente impulsionada por uma agenda de políticas de C&T, mas também por interesses da comunidade acadêmica (Bornmann *et al.*, 2021).

Segundo a “Recomendação da UNESCO sobre Ciência Aberta”¹⁷, a ciência aberta é definida como “um construto inclusivo que combina vários movimentos e práticas que têm o objetivo de disponibilizar abertamente conhecimento científico multilíngue, torná-lo acessível e reutilizável para todos, aumentar as colaborações científicas e o compartilhamento de informações para o benefício da ciência e da sociedade, e abrir os processos de criação, avaliação e comunicação do conhecimento científico a atores da sociedade, além da comunidade científica tradicional.”. Com o objetivo de consolidar uma

¹⁷ Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000379949_por. Acesso em: 10 jan. 2026.

definição abrangente de ciência aberta, Vicente-Sáez e Martínez-Fuentes (2018) conduziram uma revisão sistemática da produção científica internacional disponível nas bases Scopus e Web of Science. A partir dos conceitos identificados, os autores definem a ciência aberta como “um conhecimento transparente e acessível, que é compartilhado e desenvolvido por meio de redes colaborativas” (Vicente-Sáez; Martínez-Fuentes, 2018, p. 434). Em outra revisão sistemática da literatura realizada por esta autora e Sarita Albagli (2019), analisando os termos empregados por autores brasileiros para conceituar a ciência aberta, concluímos, de acordo com a literatura analisada, que a ciência aberta pode ser definida como “um movimento colaborativo e aberto, com foco no uso da tecnologia para compartilhar e acessar a pesquisa” (Nascimento; Albagli, 2019, p. 7).

Em linhas gerais, os movimentos pela ciência aberta incluem o acesso aberto a publicações científicas, o compartilhamento e abertura de dados de pesquisa, o comprometimento com práticas de pesquisa reprodutíveis, um sistema de revisão por pares aberta, a adoção e promoção de métricas alternativas, entre outros componentes de suporte como as políticas de ciência aberta, ferramentas e serviços abertos para infraestrutura científica, softwares de código aberto e uso de licenças abertas (Appel; Albagli, 2018; Foster, 2018; Silva; Silveira, 2019). Uma taxonomia expandida e revisada da ciência aberta (Silveira *et al.*, 2023) inclui ainda a ciência cidadã aberta e participativa, e o diálogo aberto com outros sistemas de conhecimento.

Apesar de a América Latina ter conquistado grandes avanços em termos de políticas e infraestruturas de promoção do acesso aberto a suas publicações, os esforços voltados para outras frentes dos movimentos pela abertura da ciência, como os dados abertos, a revisão por pares aberta e modelos de avaliação para a ciência aberta, ainda têm sido incipientes em termos de políticas e marcos legais (Rezende; Abadal, 2020) ou para gerar mudanças substantivas no sistema global de produção e circulação do conhecimento (De Filippo; D’Onofrio, 2019; Silva; Silveira, 2019). Em anos recentes, ao menos cinco documentos foram gerados para apoiar e promover a ciência aberta na região: o Manifesto de Ciência Aberta e Colaborativa da Rede de Ciência Aberta e Colaborativa para o Desenvolvimento (OCSDNet)¹⁸, em 2015; a Declaração do Panamá para a ciência aberta reproduzível e replicável¹⁹, em 2018; o Manifesto bibliotecário

¹⁸ <https://ocsdnet.org/manifesto/open-science-manifesto/>

¹⁹ <https://forocilac.org/declaracion-de-panama-sobre-ciencia-abierta/>

pela ciência aberta na América Latina²⁰, em 2019, a Declaração em Apoio à Ciência Aberta com IDEIA: Impacto, Diversidade, Equidade, Inclusão e Acessibilidade²¹, assinado pelos 16 países da Rede SciELO em 2023, e o Manifesto de Bogotá: rumo a uma ciência aberta, democrática e socialmente relevante na América Latina e Caribe²², em 2025.

Não existe uma maneira única ou correta de se fazer ciência aberta (Clinio, 2019; OCSD, 2017), e embora exista uma corrente mais prática ou utilitarista, voltada para as práticas de pesquisa abertas, a reprodutibilidade da pesquisa, os programas de código aberto e as licenças abertas, focando em obter maior eficácia, produtividade e competitividade no fazer científico (Clinio, 2019), observamos que alguns de seus princípios e valores apontam para orientações e experiências mais inclusivas, que “promovem novas formas de produção de conhecimento ‘entre todos’ e ‘para todos’” (Clinio, 2019). Segundo Albagli (2015, p. 14), o movimento pela ciência aberta reflete “novos modos de pensar e de exercer a cientificidade, com repercussões diretas sobre os compromissos, normas e arcabouços institucionais que interferem diretamente na prática científica e nas suas relações com a sociedade”.

Embora o debate sobre a ciência aberta gire em torno de três aspectos que envolvem essencialmente o acesso aberto ao conhecimento produzido, a transparência nos processos de pesquisa e a replicação e reprodutibilidade de pesquisas anteriores (Bispo, 2022), é importante para esta pesquisa ressaltar que o movimento pela ciência aberta não se limita a essa dimensão tecno-política e econômica da ciência, mas inclui entre suas agendas um olhar para a dimensão social, que busca uma “maior porosidade e interlocução da ciência com outros segmentos sociais e outros tipos de saberes, no amplo espectro de possibilidades e espaços de produção do conhecimento” (Albagli, 2015, p. 10), propondo novos valores e princípios fundamentais, entre os quais a promoção do bem comum, a integração de diferentes tradições científicas e formas de saber, a promoção de colaboração entre pesquisadores profissionais e comunidades, a consideração das necessidades sociais e ambientais das comunidades nas agendas de pesquisa, e a questão do poder e da desigualdade estrutural na produção e distribuição do conhecimento (OCSD, 2017).

²⁰ Disponível em: <https://www.comecso.com/observatorio/manifiesto-bibliotecario-ciencia-abierta>. Acesso em: 10 jan. 2026.

²¹ Disponível em: <https://wp.scielo.org/wp-content/uploads/Declaracao-em-Apoio-a-Ciencia-Aberta-com-IDEIA.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2026.

²² Disponível em: <https://www.clacso.org/manifiesto-de-bogota/>. Acesso em: 10 jan. 2026.

Diversos organismos de política científica, instituições de ensino e pesquisa e outras organizações acadêmicas latino-americanas têm avançado em iniciativas e propostas para promover o conceito de ciência aberta e disseminar boas práticas, onde se sobressai a abordagem do conhecimento como um bem público (Babini; Rovelli, 2020; Velho, 2011), em contraponto à visão utilitarista da ciência aberta adotada por alguns países, que tem como foco obter maior eficácia, produtividade e competitividade (Clinio, 2019).

Segundo Albagli (2017), a ciência aberta deve ser compreendida em uma dupla perspectiva: por um lado, como uma estratégia para ampliar o acesso, a visibilidade e a velocidade de circulação do conhecimento científico; por outro, como uma proposta de ampliar a base social da ciência, promovendo maior diálogo com outros saberes e agentes cognitivos. Assim, argumenta-se que não basta uma abordagem pragmática voltada apenas à eficiência científica — é necessário adotar uma perspectiva democrática que incorpore diferentes atores e espaços de produção de conhecimento. Essa também é a visão da UNESCO (2019), que no documento de recomendações para a ciência aberta, destaca como seus pilares o “conhecimento científico aberto, infraestruturas científicas abertas, comunicação científica, envolvimento aberto de atores sociais e diálogo aberto com outros sistemas de conhecimento”.

Entendida como um “movimento de movimentos” (Albagli, 2017), a ciência aberta abrange e conecta outros debates de interesse para o desenvolvimento desta pesquisa, como a ampliação de saberes e epistemologias no fazer científico, e a expansão dos movimentos pela bibliodiversidade e pelo multilinguismo.

É nesse sentido que parte do movimento pela ciência aberta se aproxima das abordagens decoloniais, ao propor uma ciência pluriversal, colaborativa e sensível às necessidades locais. Um exemplo é o "Manifesto da Ciência Aberta e Colaborativa" da OCSD (2017), resultado de uma ampla consulta a comunidades científicas do Sul Global, que propõe valores que incluem a promoção do conhecimento como bem comum; a valorização de diferentes tradições científicas e formas de saber; o enfrentamento das desigualdades estruturais na produção e circulação do conhecimento; o incentivo à colaboração entre pesquisadores e comunidades; e a consideração das necessidades sociais e ambientais nas agendas de pesquisa. Na mesma linha, Chan e outros autores (2020) defendem uma abertura que vá além dos dados e publicações, incorporando formas de conhecimento historicamente marginalizadas e promovendo um diálogo verdadeiramente inclusivo com a sociedade.

Entretanto, embora a ciência aberta carregue em seu cerne esse potencial transformador, ela não está isenta de ambivalências. O discurso da abertura tem sido, cada vez mais, apropriado por grandes editoras comerciais, que desenvolveram novos modelos de negócio que, na prática, ajudam a manter as estruturas de poder e as dinâmicas excludentes do sistema tradicional (Appel, 2019). Essas editoras, que historicamente concentram o controle sobre os fluxos de publicação e avaliação científica, agora também se apropriam das políticas de ciência aberta e internacionalização, transformando-as em instrumentos de rentabilidade e dominação simbólica.

Esse processo evidencia que o potencial de democratização da ciência aberta pode ser neutralizado se ela for instrumentalizada por lógicas de mercado. Como adverte Gatto (2017), nem todos têm o privilégio de publicar seus resultados de pesquisa de forma aberta, especialmente quando a abertura implica o pagamento de taxas de publicação elevadas e proibitivas para grande parte dos pesquisadores e instituições do Sul Global. Por isso, Denisse Albornoz (2018) chama atenção para o caráter político da ciência aberta, que tanto pode servir para democratizar o conhecimento quanto para manter estruturas de dominação e exclusão herdadas do colonialismo.

A adesão a práticas abertas também é tensionada por um modelo de internacionalização que associa visibilidade e qualidade à publicação em periódicos internacionais indexados em bases de dados comerciais. Diversos estudos mostram que, mesmo com maior conscientização sobre os benefícios do acesso aberto, muitos pesquisadores continuam priorizando a publicação em periódicos de alto fator de impacto e acesso restrito, o que perpetua uma lógica de validação centrada em prestígio e exclusão (Chan *et al.*, 2020). Como observam Gallardo, Salatino e Quesada (2021), nas últimas décadas, a pesquisa científica na América Latina seguiu subordinada às dinâmicas de um sistema acadêmico global que transformou o impacto e a indexação em sinônimos universais de qualidade. Essa lógica consolidou um sistema de classificação da produção científica dominado por um número reduzido de grandes editoras do Norte global, reforçando a dinâmica da colonialidade do saber.

Essa colonialidade opera apagando epistemologias locais e impondo formas hegemônicas de produção científica, dificultando o reconhecimento da produção científica publicada em periódicos da região e colocando-os em uma posição subalterna. Como argumentam Appel e Albagli (2019), ainda que tenhamos desenvolvido autonomia em diversos

aspectos da comunicação científica, seguimos adotando metodologias de avaliação e internacionalização baseadas em indicadores externos e controlados por agentes comerciais. As agências de financiamento também desempenham um papel central na promoção da ciência aberta, estabelecendo mandatos e requisitos a serem seguidos pelos beneficiários das bolsas de pesquisa. Algumas agências já possuem políticas nesse sentido, como, por exemplo, exigindo a publicação dos resultados de pesquisa em acesso aberto ou tornando mandatório o depósito dos dados de pesquisa. Porém, conforme apontado por Gatto (2017) e Chan *et al.* (2020), não somente as agências de financiamento, mas também as universidades e institutos de pesquisa deveriam apoiar estratégias e sistemas inclusivos para comunidades historicamente marginalizadas ou excluídas, priorizar o financiamento de iniciativas de publicação não anglófonas, pequenas, locais e endógenas em detrimento das indústrias editoriais internacionais, incluindo a tradução e publicação em acesso aberto de trabalhos científicos de pesquisadores não-anglófonos do Sul Global.

Nesse cenário, os periódicos científicos de todas as áreas, incluindo as Ciências Humanas, enfrentam o desafio de repensar suas práticas editoriais, critérios de avaliação e formatos de publicação. Isso envolve a incorporação de aspectos como o acesso aberto aos dados, a revisão por pares aberta, a valorização de diferentes formas de contribuição autoral – inclusive de cientistas cidadãos – e a adoção de infraestruturas abertas e interoperáveis (Albagli, 2019a), exigindo não apenas mudanças operacionais, mas também uma transformação cultural. Luana Sales e Milton Shintaku (2019) afirmam que a ciência aberta também amplia a possibilidade de inovação na forma de comunicar a ciência, possibilitando considerar novos formatos de periódicos, métodos de avaliação e formas de apresentação dos resultados de investigação. Para muitos editores, sobretudo os que estão no início de sua trajetória com práticas de ciência aberta, esse desafio pode ser significativo, devido à ausência de diretrizes claras e ao excesso de possibilidades (Silverstein *et al.*, 2024).

Diante disso, os movimentos pela abertura da ciência podem — e devem — ser mobilizados como instrumentos de resistência e reconfiguração. É possível pensar que os movimentos por uma ciência aberta plural, inclusiva e socialmente comprometida oferecem alternativas para reivindicar o protagonismo da comunidade acadêmica latino-americana e repensar, com mais autonomia, os rumos da internacionalização.

4 A INTERNACIONALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA LATINO-AMERICANA

A partir da década de 1980, as políticas públicas de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) de diversos países latino-americanos passaram a ser fortemente orientadas pelas agendas de pesquisa ditadas pela ciência *mainstream* internacional, criando uma falsa noção de internacionalização da produção científica (Velho, 2004; Vessuri; Guédon; Cetto, 2014). Segundo Dominique Babini e Laura Rovelli (2020), pesquisadoras vinculadas ao Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO), nas últimas duas décadas, a atividade científica nas universidades e instituições de pesquisa ibero-americanas foi fortemente transformada pela globalização acadêmica, sofrendo ainda mais a pressão das desigualdades existentes na produção e circulação internacional do conhecimento. A internacionalização passou a ser um importante indicador de relevância do conhecimento produzido, e se consolidou como um dos principais critérios de avaliação dos programas de pós-graduação por parte de agências financiadoras e normatizadoras da pós-graduação, tanto no Brasil (Costa; Costa; Yamamoto, 2021; Feijó; Trindade, 2021; Fiorin, 2007), como na Argentina (Baranger; Beigel, 2023), reforçando uma lógica de competição que impõe pressões e critérios homogeneizantes às diversas áreas do conhecimento.

No Brasil, essa tendência aparece sobretudo a partir do Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020, que destaca diversas ações de internacionalização, como o aumento da quantidade de alunos estrangeiros nas universidades brasileiras, o apoio à realização de doutorado-sanduíche e doutorado completo no exterior, e o incentivo à participação de pesquisadores brasileiros em congressos e eventos internacionais e se reflete na criação de programas como o Ciência sem Fronteiras (CsF), iniciativa conjunta da Capes e do CNPq lançada em 2011, para promover o intercâmbio e a mobilidade internacional de alunos da graduação e pós-graduação através de bolsas de estágio no exterior, e o Programa Institucional de Internacionalização (PrInt/Capes), lançado em 2017, com o objetivo de apoiar a implementação de planos estratégicos de internacionalização das instituições de pesquisa e ensino superior contempladas pelo programa, com ênfase na pós-graduação (Vogel; Kobashi, 2015).

Considerando que um dos propósitos da internacionalização é promover a visibilidade das pesquisas nacionais, muitas das quais são publicadas nos periódicos locais, tais políticas

afetam também os periódicos científicos, uma vez que sua sustentabilidade acadêmica e econômica, bem como o acesso a canais de financiamento, em geral, estão ligados aos resultados dos sistemas nacionais de avaliação acadêmica (Santillán-Aldana, 2014). Assim, para boa parte dos periódicos da América Latina, a internacionalização se apresenta mais como uma exigência a fim de garantir sua subsistência e atender políticas institucionais orientadas por critérios exógenos, do que uma estratégia eletiva para alcançar um melhor posicionamento no cenário global.

Relatos de editores científicos de periódicos de diversas áreas do conhecimento (Carvalho; Sasseron, 2014; Diniz, 2011; Duarte, 2016; Maheirie; Seibel, 2014; Mascarenhas; Lazzarotti Filho; Vianna, 2018; Padilha *et al.*, 2014; Peci, 2016, 2021; Santoro *et al.*, 2013) revelam uma situação na qual as pressões institucionais e acadêmicas os forçam a se enquadrarem em critérios que, muitas vezes, não se alinham à missão e objetivos da revista, acumulando imensos desafios – como custos adicionais com a tradução de artigos para o idioma inglês, mudanças na política e no comitê editorial, necessidade de obter a indexação da revista em determinadas bases de dados – com resultados nem sempre satisfatórios, quase sempre apresentados na forma de escassez de citações recebidas e um constante questionamento a respeito do aumento da visibilidade internacional.

As pressões identificadas por periódicos de grande parte das áreas do conhecimento têm se mostrado ainda maiores para as Ciências Humanas que, como já apontava Meadows (1999), são tradicionalmente menos privilegiadas e pressionadas a seguir os caminhos legitimados pelas Ciências Naturais, uma concepção que se estende à comunicação científica e aos padrões de produtividade acadêmica.

Diversos autores apontam que a formulação de políticas de avaliação e fomento de publicações científicas por parte de agentes externos, como financiadores e indexadores, não leva em consideração as características específicas da produção e circulação de conhecimento dos periódicos das Ciências Humanas (Silveira; Benedet; Santillán-Aldana, 2018; Vasen; Lujano Vilchis, 2017), uma vez que os critérios e instrumentos adotados para medir e avaliar o desempenho acadêmico estão calcados no paradigma epistemológico das Ciências Exatas e Naturais (Santos; Noronha, 2013), desconsiderando a especificidade da produção e veiculação de conhecimento de outras áreas, podendo inclusive causar efeitos contraproducentes sobre a qualidade, diversidade, custo e a própria internacionalização dos periódicos das Ciências Sociais e Humanas (ANPOCS *et al.*, 2015).

Uma análise do perfil dos periódicos brasileiros de Ciências Humanas e Sociais indexados na base de dados SciELO, realizada por Solange Santos (2010), concluiu que esse grupo de periódicos não difere significativamente dos padrões de outras áreas com maior tradição de publicação científica, tanto em termos de suas características formais, como em relação ao seu desempenho em programas de avaliação de periódicos e presença em bases de dados internacionais. O resultado encontrado talvez se justifique por se tratar de um conjunto de periódicos que necessariamente já atendem aos critérios de seleção da base de dados, que segundo a própria autora afirma em outro trabalho (Santos; Noronha, 2013), obedecem à lógica epistêmica das ciências clássicas, privilegiando o uso de critérios de avaliação baseados na contagem de citações.

Em um estudo sobre os critérios utilizados na avaliação da produção científica pelo Qualis Periódicos da Capes, Michely Vogel (2017) verificou o uso de indicadores bibliométricos para a avaliação de periódicos científicos pelas 49 áreas do conhecimento e identificou, além de uma grande diversidade de critérios entre as áreas, que a grande área das Ciências Humanas é a que menos adotou o uso de indicadores bibliométricos – em particular, o Fator de Impacto – como quesito de avaliação, preferindo o uso de outros critérios, como a indexação em determinadas bases de dados e critérios editoriais. Apesar disso, houve um crescimento no uso de indicadores bibliométricos pelas áreas das Ciências Humanas entre o ciclo avaliativo de 2010-2012 e o ciclo quadrienal de 2013-2016. Segundo a autora, não é claro se o aumento no uso de indicadores bibliométricos pelas áreas das Humanidades deriva “da aceitação de um modelo imposto por forças políticas ou de um reconhecimento da eficácia de tais artifícios” (Vogel, 2017, p. 8), sendo a segunda alternativa cada vez mais contestada pela comunidade acadêmica internacional, como demonstrado na Declaração de São Francisco sobre Avaliação da Pesquisa²³ e em diversas outras declarações sobre avaliação da ciência (Chan *et al.*, 2020).

4.1 Afinal, o que é internacionalização?

²³ A Declaração de São Francisco sobre Avaliação da Pesquisa (DORA) foi assinada por um grupo de editores de periódicos acadêmicos durante o Encontro Anual da Sociedade Americana de Biologia Celular (American Society for Cell Biology – ASCB) em São Francisco e contém uma série de recomendações direcionadas a agências de financiamento, instituições acadêmicas, editores de periódicos, organizações que fornecem métricas e pesquisadores sobre o uso responsável de métricas como indicadores de importância e impacto, incluindo melhores práticas na avaliação de pesquisas científicas (DORA, 2012)

Nesta seção, busco esclarecer o significado do termo “internacionalização” na visão de pesquisadores que publicaram sobre o assunto nas últimas décadas, dos editores de periódicos científicos, sujeitos aos efeitos colaterais desse fenômeno em seu cotidiano editorial, e das instituições de financiamento e avaliação da pesquisa. Minha intenção é analisar se os diferentes atores observados percebem a internacionalização da mesma forma e quais aspectos se destacam para cada grupo.

Um dos pontos positivos da cultura avaliativa acadêmica latino-americana é a ativa participação dos pares em diferentes instâncias e processos de avaliação. Nesse sentido, é importante ressaltar que, como parte do sistema da comunicação científica, os mesmos atores podem assumir diferentes papéis a cada momento, ou seja, os membros das comunidades científicas são pesquisadores que podem também atuar como editores científicos, ou ainda participar das instâncias consultivas e decisórias das agências responsáveis por traçar as políticas de avaliação acadêmica. Os próprios pesquisadores escolhem outros pesquisadores para atuar como avaliadores do desempenho de membros do corpo docente e de programas de pós-graduação (Café; Ribeiro; Ponczek, 2018).

Nem toda avaliação acadêmica está vinculada ao propósito de internacionalização. Porém, esse tem sido o instrumento pelo qual as agências de fomento e a comunidade científica têm buscado mensurar – e exigir – os níveis de circulação internacional de pesquisadores, instituições e publicações científicas.

Logo, creio ser necessário esclarecer de qual internacionalização estamos falando. Durante a pesquisa, me deparei com documentos que abordam a internacionalização de diferentes segmentos do ecossistema da comunicação científica, ou seja, focados na ciência de modo geral, no ensino superior, na pesquisa científica ou nos periódicos científicos. Textos que trazem discussões mais amplas tendem a levantar aspectos que impactam também a produção científica e editorial. É possível, e muitas vezes desejável, que esses aspectos se entrelacem, porém essa não é uma regra, e nem sempre resta claro sobre qual segmento se está falando.

O objeto principal dessa pesquisa são os periódicos científicos, por isso procurei focar em textos que tratassem especificamente desse aspecto. Porém, encontrei dificuldades nessa tarefa, pois tanto na literatura acadêmica como, sobretudo, nas políticas institucionais, a questão da internacionalização das publicações aparece de forma marginal ou superficial, inserido em um debate mais amplo sobre a internacionalização da pesquisa e/ou do ensino superior. A maior

parte da literatura específica encontrada se trata de editoriais assinados por editores científicos ou grupos de pesquisadores/editores que discutem, questionam e relatam suas experiências, problemas e avanços ao lidar com o tema.

De um modo geral, as opiniões – e muitas das análises acadêmicas – se situam num espectro favorável, até mesmo elogioso, à internacionalização, reproduzindo o que foi expresso pela UNESCO, em 1995:

A crescente internacionalização do ensino superior é, antes de tudo, um reflexo da natureza global da aprendizagem e da pesquisa. Essa natureza global está sendo fortalecida pelos atuais processos de integração econômica e política, pela crescente necessidade de compreensão intercultural e pela natureza global das comunicações modernas, dos mercados de consumo atuais, etc. O aumento contínuo do número de estudantes, professores e pesquisadores que estudam, ensinam, pesquisam, vivem e se comunicam em um contexto internacional é um bom exemplo dessa nova e, sob todos os aspectos, benéfica situação geral (UNESCO, 1995, p. 42, *apud* Barbosa; Neves, 2020, tradução própria).²⁴

No entanto, no campo das ciências sociais, se acumulam críticas e questionamentos sobre a internacionalização, sobretudo relacionadas às dificuldades das sociedades periféricas em acompanhar esse processo (Almeida, 2020).

Parte da literatura indica que as políticas de internacionalização têm tido como objetivo ampliar a inserção e a visibilidade da produção científica dos países da região no circuito principal de produção da ciência (Alperin; Rozemblum, 2017; Antunes; Barros; Minayo, 2019; Pereira; Lobão; Lucas, 2017). Há, por outro lado, estudos que mostram que esses resultados não só não tem se concretizado (Vessuri; Guedón; Cetto, 2014), como ainda colocam em risco outras conquistas importantes e estratégicas da ciência local no contexto da comunicação científica, como o reconhecimento da ciência como um bem comum e a necessidade de fomentar o acesso aberto aos resultados de pesquisas locais produzidas com recursos públicos

²⁴ No original: “(l)a internacionalización cada vez mayor de la educación superior es en primer lugar, y, ante todo, el reflejo del carácter mundial del aprendizaje y la investigación. Ese carácter mundial se va fortaleciendo gracias a los procesos actuales de integración económica y política, por la necesidad cada vez mayor de comprensión intercultural y por la naturaleza mundial de las comunicaciones modernas, los mercados de consumidores actuales, etc. El incremento permanente del número de estudiantes, profesores e investigadores que estudian, dan cursos, investigan, viven y comunican en un marco internacional es buena muestra de esta nueva situación general, a todas luces benéfica”.

(Silveira; Benedet; Santillán-Aldana, 2018), trazendo consequências “anômalas”²⁵, para todos os envolvidos no fluxo da pesquisa científica.

O conceito de internacionalização tampouco é consensual nos países da América Latina ou em outras regiões, havendo uma percepção territorial diferente do que constitui ser internacional. Como pontua o pesquisador Jean-Claude Guédon:

Quando dizemos que alguns periódicos têm cobertura em escala internacional ou mesmo global, enquanto outros continuam um trabalho estritamente nacional, estamos falando de uma gradação e não de categorias estagnadas. A passagem de um nível nacional para outro internacional, ou mesmo global, é uma transição importante na publicação científica, mas não deve ser interpretada como um limiar. A forma como a natureza gradual da classificação do periódico foi substituída por um discurso baseado na divisão constitui parte da transformação da natureza do poder científico (Guédon, 2011, p. 140, tradução própria).²⁶

Ou seja, o escopo geográfico de um periódico, bem como sua visibilidade, autoridade e prestígio não são qualidades intrínsecas, e sim variáveis que podem oscilar dentro de uma escala e de acordo com o referencial adotado.

Jane Knight (2003) pontua que o desafio de desenvolver uma definição para a internacionalização é garantir que o significado seja apropriado para uma ampla gama de contextos, países, culturas e sistemas educacionais diferentes. A autora define internacionalização como “o processo de integrar uma dimensão internacional, intercultural ou global ao propósito, funções ou prestação da educação superior” (Knight, 2003, p. 2, tradução própria)²⁷. Em outro texto, Knight (2012) lembra que a internacionalização é um processo ou um meio para se atingir um objetivo, e não uma finalidade em si mesma.

Uma suposição muito comum e enganosa da internacionalização é como substituta para a qualidade (Knight, 2011). Outro mito comum é que os benefícios ou o grau de internacionalização podem ser medidos quantitativamente — o número de estudantes

²⁵ Sobre anomalia da Política de Ciência e Tecnologia, ver Dagnino (2014). Um exemplo de anomalia é descrito por Silveira, Benedet e Santillán-Aldana (2018, p. 95), onde “como parte do processo de internacionalização da ciência, as agências incentivaram os pesquisadores a publicar em periódicos da corrente principal, mesmo que isso fosse prejudicial para as revistas científicas locais que estão fora daquele perfil”.

²⁶ No original: “Cuando decimos que unas revistas poseen una cobertura a escala internacional o incluso global, mientras que otras continúan una labor estrictamente nacional, estamos hablando de una gradación y no de categorías estancas. Pasar de un nivel nacional a otro internacional, o incluso global, es una transición importante en la publicación científica, pero no debe interpretarse como un umbral. Cómo la naturaleza gradual de la clasificación de revistas fue sustituida por un discurso basado en la división constituye la parte de la transformación de la naturaleza del poder científico.”

²⁷ No original: “The process of integrating an international, intercultural, or global dimension into the purpose, functions or delivery of postsecondary education.”

internacionais, corpo docente estrangeiro, acordos institucionais, programas educacionais transfronteiriços, projetos de pesquisa, creditações estrangeiras, campi filiais e assim por diante. Embora tentar quantificar resultados como indicadores-chave de desempenho possa atender aos requisitos de responsabilização, eles não capturam os principais desempenhos intangíveis humanos de estudantes, corpo docente, pesquisadores e da comunidade que trazem benefícios significativos da internacionalização.

4.2 A perspectiva de pesquisadores e editores científicos das Ciências Humanas

O debate sobre a internacionalização das publicações acadêmicas das Ciências Humanas sob os moldes do pensamento dos Estados Unidos (Bourdieu; Wacquant, 1999) não é algo novo na América Latina (Beigel, 2014) e tem sido tema de constante discussão na comunidade científica da região, particularmente desde a década de 1980 (Vessuri; Guédon; Cetto, 2014). Esse debate se intensificou nos últimos anos, em um momento em que a sobrevivência das publicações acadêmicas vem sendo desafiada tanto por fatores econômicos e estruturais, como também pelo estabelecimento de políticas nacionais que geram alto grau de competição entre as publicações, e assumindo um viés ainda mais questionador com o surgimento de iniciativas de fortalecimento das redes de comunicação científica regional sob a perspectiva da ciência aberta, como AmeliCA²⁸ e LA Referencia²⁹.

Os desafios da internacionalização são ainda mais complexos para os periódicos das Ciências Humanas, uma vez que os critérios e instrumentos criados para medir e avaliar a produção científica estão tradicionalmente calcados no paradigma epistemológico das ciências exatas e naturais (Santos; Noronha, 2013) e não consideram as características específicas da produção e circulação de conhecimento dos periódicos das Ciências Humanas (Silveira; Benedet, Santillán-Aldana, 2018; Vasen; Lujano Vilchis, 2017). No entanto, a fim de adequar-se a esses critérios e garantir sua sobrevivência e a sustentabilidade, os periódicos das Ciências Humanas são pressionados a adotar políticas e práticas editoriais que, em muitos casos, não se

²⁸ AmeliCA é uma iniciativa multilateral e cooperativa que visa fortalecer o modelo de publicação sem fins lucrativos, a fim de conservar a natureza acadêmica e aberta da comunicação científica. Disponível em: <http://amelica.org/>. Acesso em: 10 jan. 2026.

²⁹ LA Referencia é uma rede de repositórios de acesso aberto que promove o acesso aberto à produção científica de instituições de ensino e pesquisa na América Latina. Disponível em: <http://www.lareferencia.info/>. Acesso em: 10 jan. 2026.

alinham à sua própria natureza, missão e objetivos, inclusive impondo novas regras de produção aos pesquisadores que neles desejam publicar.

Na literatura consultada, são vários os caminhos apontados para a internacionalização de um periódico, porém, são poucas as definições encontradas. Essa frustração sobre “o que significa ser “internacional” no caso dos periódicos” é expressa por Rafael Fortes (2016, p. 173), na forma de diversos questionamentos sobre os possíveis entendimentos do que define o conceito:

a) sua circulação?; b) o(s) idioma(s) em que publica os textos?; c) a diversidade de países em que atuam os cientistas que nela publicam?; d) a diversidade de países em que nasceram os cientistas que nela publicam?; e) a diversidade de idiomas em que permite que se expressem os cientistas que nela publicam?; f) o idioma principal das chamadas de trabalhos? g) o uso exclusivo do inglês?; h) a presença e/ou classificação em indexadores estrangeiros feitos por multinacionais?; i) a presença em plataforma nacional financiada com dinheiro público (como SciELO)? j) ter palavra “internacional” no título? (Fortes, 2016, p. 173).

Nota-se que há inúmeras características que poderiam ser adotadas para definir ou justificar o grau de internacionalização de um periódico, seja individualmente ou combinadas entre si, o que gera confusão e questionamentos por parte dos editores.

A editora Regina Horta Duarte, em editorial da revista *Vária História*, complementa que “ninguém duvida que é preciso internacionalizar os periódicos publicados no Brasil”, porém o dilema sobre “como ser internacional” expressa duas dúvidas: “quais condições configuram internacionalização? Por quais meios a alcançaremos?” (Duarte, 2016, p.12). Essa indefinição também fica evidente no comentário de Lilian Nassi-Calò para o blog *SciELO em Perspectiva*, onde diz que “a despeito da noção geral do conceito de internacionalização dos periódicos ou da ciência como um todo, não está claro qual patamar deve ser atingido para caracterizar esta condição” (Nassi-Calò, 2017).

Entre as percepções encontradas, estão a dos editores da revista *Saúde Debate*, que entendem a internacionalização como o aumento da visibilidade das revistas brasileiras no exterior e defendem que “a imposição de critérios de avaliação dos periódicos pelo país de origem dos autores, revisores e editores parece querer induzir um desnecessário e indesejado efeito de ‘estrangeirização’ dos periódicos produzidos no País” (Antunes; Barros; Minayo, 2019, p. 880). Para os editores da revista *Psicologia, Reflexão e Crítica*, a internacionalização deve ser “uma proposta que valorize o intercâmbio com outros países e amplie as possibilidades de reconhecimento internacional da produção do conhecimento” (Bandeira *et al.*, 2012, p.iii).

Já para as pesquisadoras Danielle Pereira, Irajayna Lobão e Elaine Lucas (2017, p. 2302), o propósito da internacionalização dos periódicos científicos é “proporcionar visibilidade à pesquisa, de modo a aumentar a colaboração internacional”. A propósito, “visibilidade” é um termo utilizado com frequência quando se fala de internacionalização, e embora os conceitos ressoem entre si, tampouco se encontra uma definição precisa do que seria essa visibilidade almejada para os periódicos. No entanto, Babini (2019) chama a atenção para o fato de que raramente a visibilidade do periódico seja associada ao acesso aberto, sobretudo quando a América Latina foi pioneira na implementação de uma infraestrutura forte e consolidada de periódicos acadêmicos, bases de dados de indexação, repositórios institucionais e redes de colaboração em torno do acesso aberto.

Outro ponto que aparece com frequência nos estudos e discursos sobre internacionalização, e um dos que mais causam polêmica, é a publicação de artigos em inglês. Embora essa seja uma das características desejadas e avaliadas, é fundamental ressaltar que a internacionalização de um periódico científico não se limita somente a esse aspecto. O idioma de publicação é somente uma das variáveis que compõem o ideal de internacionalização das publicações científicas latino-americanas, e sua efetividade é bastante questionada, sobretudo na área das Ciências Humanas (Fradkin, 2017).

Autores como Salomão de Farias (2017) e Rafael Alcadipani (2017), ambos da área da Administração, consideram que a publicação em inglês é um dos requisitos principais para a internacionalização das revistas brasileiras, e diversos periódicos têm adotado a publicação simultânea em inglês e português, apesar do aumento no fluxo de trabalho editorial e dos custos adicionais de tradução e revisão (Alcadipani, 2017; Antunes; Barros; Minayo, 2019; Benchimol; Cerqueira; Papi, 2014; Marques; Guirro, 2013; Martins; Mourão, 2021), que em alguns casos pode acabar sendo repassado aos autores. A publicação de textos escritos originalmente em inglês por autores não-anglófonos também pode se tornar um problema, já que nem todos os autores dominam o idioma a ponto de escrever um artigo em linguagem científica, de modo que a baixa qualidade da redação pode colocar em xeque tanto a credibilidade do artigo e de seus resultados, como do próprio periódico onde ele é publicado. Em um estudo bibliométrico sobre a presença de elementos ligados a internacionalização em periódicos da área de Psicologia, observou-se a importância de publicar artigos em inglês para a disseminação da produção científica brasileira, porém o autor ressalta que os periódicos

brasileiros ainda deixam a desejar “em termos da qualidade e legibilidade de seu inglês” (Fradkin, 2017, p. 12).

Por outro lado, Fortes (2016) lembra que a perspectiva hegemônica de internacionalização faz com que uma revista que publique somente em inglês seja considerada mais *internacional* do que outra que aceite quatro idiomas, por exemplo, português, espanhol, francês e inglês, uma vez que o inglês continua sendo visto como o idioma “universal” da ciência. Essa colocação, porém, é fruto da nossa construção social e histórica, reflexo de “uma hierarquia linguística entre as línguas europeias e não-europeias que privilegia a comunicação e a produção de conhecimento e de teorias por parte das primeiras, e que subalterniza as últimas exclusivamente como produtoras de folclore ou cultura, mas não de conhecimento/teoria” (Mignolo, 2000 *apud* Grosfoguel, 2008, p. 123).”

Jean-Claude Guedón lembra que as dimensões linguísticas da internacionalização também mudam com o tempo. Por exemplo, o predomínio do alemão, do francês e do inglês na comunicação científica até a Segunda Guerra Mundial “correspondeu a uma forma histórica específica do poder científico que não desapareceu totalmente” (Guedón, 2011, p. 141).

Em carta aberta à comunidade, a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), a Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) e a Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) defendem que a publicação de artigos em outros idiomas além do inglês deve ser uma decisão editorial, “cuja importância depende não apenas do perfil do periódico em questão, mas de sua posição específica em uma ecologia editorial mais ampla” (ANPOCS *et al.*, 2015). A definição de uma política de publicação bilingue também pode ser defendida como um modelo de “combate na luta contra o empobrecimento da língua”, que proporcione maior diversidade e inclusão (Martins; Mourão, 2021, p. 9).

Não somente a adoção do inglês como idioma de publicação, mas todas as demais exigências e recomendações por parte de órgãos de avaliação e financiamento devem ser analisadas com cautela pelo corpo editorial do periódico, que é responsável por decidir pela adoção ou não de estratégias relativas ao rumo da publicação, tendo em vista sua missão, objetivos e público-alvo. As ações para a internacionalização de um periódico exigem planejamento e recursos e, apesar das pressões institucionais e acadêmicas para se internacionalizar, cabe ressaltar que nem todos os periódicos científicos possuem uma missão e objetivos compatíveis com essa meta.

No Quadro 2, são apresentadas as recomendações encontradas na literatura para os periódicos que buscam a internacionalização.

Quadro 2 - Recomendações para internacionalização de periódicos

Autores	Recomendações
Alencar e Oliveira (2017)	Idioma de publicação; País de origem do editor; País de afiliação do autor.
Antunes, Barros e Minayo (2019)	Publicação dos artigos em inglês; Indexação dos periódicos nas principais bases de dados internacionais (PubMed, Scopus, Web of Science); Inclusão das revistas nos repositórios on-line internacionais (SciELO, PMC); Adoção de sistema de gestão editorial em inglês; Adoção de licença de direitos de cópia.
Babini e Rovelli (2020)	Publicação em idioma local e em inglês quando a pesquisa seja de interesse internacional. ³⁰
Borini e Ferreira (2015)	Hospedagem das revistas nacionais em <i>publishers</i> internacionais; Enquadrar os periódicos nas bases de dados de acesso aberto, como SciELO e Redalyc; Indexação em bases internacionais, como Web of Science e Scopus; Inserção internacional em seu conselho editorial, comitê editorial e científico, pareceristas e autores.
Benchimol, Cerqueira e Papi (2014)	Indexação em bases de dados internacionais; Publicação de artigos em inglês; Mobilizar revisores estrangeiros; Divulgação em redes sociais.
Fradkin (2017)	Instituição do autor principal de um país nativo de língua inglesa; Publicação de artigos empíricos; Membros do conselho editorial nativos de um país de língua inglesa.
Pereira, Lobão e Lucas (2017)	Admissão e permanência de periódicos; Avaliação de manuscritos; Idioma; Afiliação de autores; Marketing e divulgação; Avaliação de formato, representatividade e distribuição institucional, temática e geográfica.
Ferreira Júnior (2019)	Garantir a qualidade dos artigos; Trabalho profissionalizado de gestão editorial; Ações de divulgação para aumentar a visibilidade dos artigos publicados.
Heilbron <i>et al</i> (2017)	Política editorial que explicita o propósito de internacionalização; Estrutura geográfica do corpo editorial; localização da editora; Fator de Impacto; Distribuição geográfica dos autores; Colaboração e coautoria transnacional; Análise dos temas, métodos e estudos de caso publicados no periódico.

Fonte: Elaborado pela própria autora

Entre as recomendações listadas, destaca-se a indexação em bases de dados regionais e, principalmente, internacionais, sendo as bases de dados Web of Science e Scopus as mais

³⁰ No original: “Publicación en idioma local y en inglés cuando la investigación sea de interés internacional” (BABINI; ROVELLI, 2020, p. 144, tradução própria).

ambicionadas, pelo fato de proverem indicadores bibliométricos que são utilizados não somente para avaliar o desempenho do periódico, mas que também constituem um critério de ranqueamento em diversos sistemas de avaliação nacionais e institucionais. As bases de dados SciELO e Redalyc também são mencionadas, embora com menor frequência, como referência de internacionalização das revistas latino-americanas.

Outro grupo de critérios engloba a presença de pesquisadores estrangeiros ou afiliados a instituições estrangeiras no processo editorial, seja como membros do conselho editorial ou no comitê científico, em porcentagem de artigos submetidos e aceitos por pesquisadores estrangeiros, ou por meio da sua convocação como pareceristas. É geralmente aceito que a presença de especialistas internacionais em conselhos editoriais representa um certo nível de qualidade e reconhecimento para o periódico, pois aponta para o fato de que os pares internacionais “reconhecem o periódico como estabelecido o suficiente para reservar seu tempo para revisar manuscritos e ter seu nome vinculado à tarefa que realizam para a revista” (Jokić; Sirotić, 2015, p. 7, tradução própria³¹), mesmo que em muitos casos os membros internacionais não realizem tarefa alguma.

Para Benchimol, Cerqueira e Papi (2014), mobilizar revisores estrangeiros é uma maneira de “forçar a sintonia de seus autores com o estado internacional da arte” e elevar o reconhecimento no exterior. Duarte (2016) concorda que a busca de autores e pareceristas estrangeiros pode realmente elevar o prestígio e a qualidade do periódico, pois cria a possibilidade de diálogo entre experiências diversas e não significa uma atitude colonizada ou de submissão acadêmica. Já Antunes, Barros e Minayo (2019) afirmam que os periódicos da área de Saúde Coletiva rechaçam os critérios baseados em nacionalidade dos pesquisadores, pois isso fere a autonomia do processo editorial. Na visão desses autores, os artigos não devem ser priorizados em função de sua origem, bem como os revisores e membros do conselho editorial devem ser selecionados com base em seu conhecimento e competência, e não por estarem sediados em instituições de outros países. Em todo caso, os editores da Revista Texto & Contexto Enfermagem (Padilha *et al.*, 2014) pontuam que atrair autores estrangeiros que se interessem em publicar seus manuscritos nos periódicos brasileiros é o maior desafio.

³¹ No original: “[...] recognize the journal as established enough to set aside their time to review manuscripts and to have their name linked to the task they perform for the journal”.

Quanto ao uso de sistemas administrativos para controle da gestão editorial, Antunes, Barros e Minayo (2019) sugerem a adoção de um sistema com interface em inglês, a fim de permitir a comunicação entre autores, editores e revisores de diferentes países – tendo como premissa o inglês como idioma “universal” da ciência e a proficiência dos pesquisadores neste idioma –, e ressaltam outras funções importantes desses sistemas para a gestão da revista, como a produção de estatísticas sobre o processo editorial e o controle de plágio do texto. Ferreira Júnior (2019) propõe ainda a profissionalização da gestão editorial, por meio da capacitação dos editores e outros membros do corpo editorial para assumir as tarefas editoriais da revista. Nesse quesito, se destaca a atuação da Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC Brasil)³², que desde 1985 organiza anualmente o Curso de Editoração Científica, além de outros cursos de atualização mediados por especialistas e em parceria com instituições nacionais e internacionais, com o objetivo de capacitar os editores e aumentar o nível de profissionalização das equipes editoriais (Barraviera, 2011; Shintaku *et al.*, 2018). No âmbito da América Latina, em 2017 foi criada a Red Latinoamericana de Revistas Académicas en Ciencias Sociales y Humanidades (LatinREV)³³, pela Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO), para assessorar, capacitar e discutir temas relacionados à sustentabilidade das publicações. Em 2021, foi lançada a Asociación Latinoamericana de Editores Científicos (ALAE), com a participação da ABEC Brasil, da Asociación de Editoriales Universitarias de Colombia (ASEUC) e da Asociación Uruguaya de Revistas Académicas (AURA), que por ocasião do anúncio sobre a nova entidade, assinaram o “Manifiesto da ALAE para o uso responsável de métricas em avaliações científicas realizadas na América Latina e no Caribe”³⁴.

Benchimol, Cerqueira e Papi (2014) também mencionam a importância da divulgação do periódico por meio de redes sociais, um aspecto de grande valia para promover os resultados de pesquisa publicados e disseminar o trabalho do periódico junto ao seu público-alvo. Para o pesquisador Ronaldo Araújo (2015), a construção e manutenção de uma presença online por meio do uso de redes sociais visa aumentar a visibilidade do periódico dentro e fora dos círculos acadêmicos. A experiência do periódico História, Ciência e Saúde: Manguinhos, relatada por

³² Disponível em: <http://www.abecbrasil.org.br>. Acesso em: 10 jan. 2026.

³³ Disponível em: <https://www.flacso.org.ar/latinrev/>. Acesso em: 10 jan. 2026.

³⁴ “Manifiesto ALAE por el uso responsable de métricas en las evaluaciones de la ciencia realizadas en América Latina y en el Caribe”. Disponível em: <https://www.clacso.org/editores-ras-firman-manifiesto-sobre-evaluacion-de-las-revistas-en-america-latina-y-crean-la-asociacion-latinoamericana-de-editores-cientificos-alaec/>. Acesso em: 10 jan. 2026.

seus editores (Benchimol; Cerqueira; Papi, 2014) mostra que um investimento consistente na promoção e divulgação de conteúdos relacionados aos trabalhos publicados no periódico em redes sociais e blogs, apesar de ser uma tarefa complexa que interfere nas demandas de trabalho da revista, resulta em significativo aumento no número de visualizações e atrai um público mais diversificado do que aquele que efetivamente lê e cita os artigos publicados pela revista.

Entre os editores científicos, nota-se uma visão dispersa e fragmentada tanto do conceito como da forma de implementação da internacionalização, muitas vezes associando-a a elementos específicos do processo editorial, como a publicação de artigos em inglês, ou a diferentes fórmulas para aumentar a visibilidade do periódico no exterior.

Como exemplo, a área de Administração é uma das pioneiras em estabelecer práticas de internacionalização de seus periódicos. A Revista de Administração de Empresas (RAE), desde 1998, decidiu circular suas edições entre todas as escolas internacionais conveniadas com a instituição, incentivando os docentes dessas escolas a submeter artigos à revista (Venosa, 1998). Os editores da RAE também realizam fóruns internacionais com a participação de editores estrangeiros, desde 2011, como forma de garantir “a incorporação mais orgânica de membros estrangeiros ao comitê do que a simples indicação de seu nome numa lista para ‘inglês ver’”, o que permitiu que, em 2015, a revista publicasse sua primeira edição totalmente em inglês (Diniz, 2015, p. 611). O *Brazilian Administrative Review* (BAR) adotou a política de receber artigos somente em inglês desde 2004 (Farias, 2017). Já a Revista de Administração Pública (RAP) elaborou uma política de internacionalização em 2016, a fim de aumentar o número de submissões em inglês de pesquisadores nacionais e estrangeiros e melhorar as interfaces de comunicação da revista com os seus autores e leitores de língua inglesa (Peci, 2016).

Na área da Educação, os editores da revista Educação & Sociedade destacam, dentro de seu processo “lento, mas cauteloso” de internacionalização, iniciativas como a ampliação do conselho editorial internacional e a criação de uma edição portuguesa da revista, em parceria com pesquisadores de Portugal (Educação & Sociedade, 2003).

Segundo Mara Lago, editora da Revista Estudos Feministas (REF), uma das primeiras revistas da área de Ciências Humanas a ser indexada pela base de dados SciELO, a internacionalização é a mais dura das imposições feitas ao periódico, um processo a que denominam “anglicização” da revista, não apenas pela incorporação hegemônica do inglês como idioma padrão, mas pela “imposição de valores/costumes/culturas/tradições que apequenam nossas origens e nossos continentes nesse mundo globalizado (tradições que são

também parte de nós, constituídos que fomos como povos nacionais em processos de colonizações europeias imperialistas)” (Lago, 2018, p. 3).

As editoras da Revista Estudos Feministas entendem que a revista sempre esteve imersa em uma perspectiva transnacional, por meio dos debates feministas e de gênero publicados em suas páginas, oriundos da América Latina, da África de língua portuguesa e de outros países de idioma português e espanhol, do contato constante com pesquisadoras do Cone Sul e pela publicação de pelo menos 20% dos textos da revista em idioma espanhol. Porém, esses indicadores não são considerados pelos indexadores de periódicos científicos (Veiga, 2019).

Talvez o maior desafio colocado pelas exigências mais recentes, por parte dos indexadores, seja justamente o de conciliar essa visão editorial da REF, que é ao mesmo tempo politizada, localizada, inclusiva, mas também voltada para a sobrevivência dentro do escopo editorial científico, cujos ônus gerados se referem ao cumprimento de uma agenda ou de uma pauta internacionalizada, que trata os mais diversos ramos científicos de modo similar, aproximando os seres humanos (e as ciências que a eles se referem) às máquinas, aos chips ou aos cálculos (VEIGA, 2019).

De acordo com Marília Carvalho e Lúcia Sasseron (2014), em editorial da revista Educação e Pesquisa, o intercâmbio de ideias e o reconhecimento acadêmico no âmbito da América Latina e de outros países de língua portuguesa ou espanhola é visto como insuficiente, pois “a verdadeira internacionalização seria a publicação em inglês e o reconhecimento nos países capitalistas centrais, por meio de leitores, autores e citações”. Dentro de um posicionamento mais crítico de debate, que contempla propostas atuais de abertura e compartilhamento da ciência, os editores da revista Psicologia & Sociedade (Kind *et al.*, 2018, p. 1) analisam que a internacionalização “como meta editorial, é também negociar com uma perspectiva situada de produção de conhecimento: com quem e para quem”.

As pesquisadoras Sueli Goulart e Cristina Carvalho (2008) convergem na opinião de que as revistas aderem a práticas e políticas de internacionalização movidas pela necessidade de sobrevivência no sistema acadêmico, sem espaço para questionar as regras às quais estão submetidas e que acabam por distanciar o fluxo da comunicação científica de sua dimensão política. E complementam, ressaltando que é necessário:

[...] refletir sobre o caráter geopolítico do processo de internacionalização, recusando-nos a reduzir nossos debates à discussão de formas de adaptação a padrões e a cânones teóricos e metodológicos que, ao invés de aguçar nossa capacidade criativa, nos levam a aprimorar nosso talento para imitar, adotar modismos, reproduzir, enfim, subordinar-se ao que é externamente ditado [...] pois internacionalização é movimento em direção ao, mas especialmente trânsito no campo e, para tal, requer canais de fluxo de múltiplas direções e

posicionamento nos jogos que ali são disputados (Goulart; Carvalho, 2008, p. 837, grifo do autor).

Esse argumento reverbera no posicionamento do Fórum de Editores Científicos da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), de que as políticas de pesquisa deveriam focar em ações de fortalecimento da colaboração internacional entre pesquisadores, e não em exigências para que os pesquisadores nacionais sejam os responsáveis por entregar esse resultado.

Consideramos que a internacionalização é obtida não por meio de regulamentos e políticas imediatistas, mas como parte de um processo multifacetado no qual coexistem diversas políticas editoriais, o que demanda políticas e investimentos públicos de médio e longo prazos (Fiocruz, 2014, p. 2).

Percebe-se que a internacionalização é compreendida e materializada de diversas formas pelas revistas brasileiras (Rosa e Romani-Dias, 2019), reconhecendo que não existe um único caminho e diversas estratégias de internacionalização são possíveis (ANPOCS *et al.*, 2015).

4.3 Políticas institucionais no Brasil e na América Latina

Em levantamento preliminar de políticas oficiais que visam orientar a internacionalização da produção científica brasileira, não foi possível localizar documentos voltados especificamente para a internacionalização de periódicos e outras publicações acadêmicas. No Brasil, o levantamento documental de políticas foi realizado nos sites da Capes e do CNPq e complementadas com aportes da literatura especializada e de editoriais publicados em periódicos brasileiros. A análise presente nesta seção se limita aos direcionamentos mais recentes dessas instituições em relação a seus programas de avaliação e possíveis conexões com a internacionalização dos periódicos.

O modelo avaliativo da Capes para os cursos de pós-graduação, desde o seu início, em 1976, seguia um caráter “nacionalista”, centrado na qualidade do ensino superior, sobretudo na pós-graduação, voltada à formação de professores para atender ao crescente sistema universitário brasileiro. As mudanças implementadas pela Capes no modelo de avaliação da pós-graduação brasileira no âmbito do IV PNPG, no biênio 1996-1997, e consolidadas nos triênios subsequentes, passam a priorizar fundamentalmente a produção científica e as atividades de pesquisa e de formação de pesquisadores, com a integração da pós-graduação ao sistema de ciência e tecnologia (Café; Ribeiro; Ponczek, 2018; Kuenzer; Moraes, 2005). Essas

mudanças incluem a inserção internacional como parâmetro para definição dos cursos de excelência.

Kuenzer e Moraes (2005) destacam o papel indutor do Estado no redirecionamento da pós-graduação, uma vez que esse deslocamento da centralidade do modelo de avaliação da docência para a pesquisa acompanha as diretrizes do I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República, que tinha como meta a conquista da autonomia nacional através da capacitação científica e tecnológica, como forma de assegurar a independência econômica.

A partir dessas mudanças, que colocam a pesquisa como elemento central do modelo de avaliação, a ênfase na mensuração da produção científica gerou “um verdadeiro surto produtivista em que o que conta é publicar” (Kuenzer; Moraes, 2005, p. 1348). Segundo Horta e Moraes (2005), no modelo de avaliação introduzido em 1998, a Capes indica que todos os programas devem ser avaliados em uma escala de 1 a 7, sendo o nível 5 a qualificação de excelência nacional e nível máximo a ser alcançado por um programa que possuísse apenas curso de mestrado. Somente os programas de nível 5 com curso de doutorado poderiam alcançar os níveis 6 ou 7, a partir de critérios referenciados em padrões internacionais de excelência. Segundo os autores, no triênio 1998-2000, “os níveis 6 e 7 foram definidos exclusivamente a partir de um único parâmetro, qual seja, o da produção científica internacional, e basicamente em periódicos estrangeiros” (Horta; Moraes, 2005, p. 96), ofuscando os demais indicadores de excelência, como o de competitividade em nível de qualidade similar a programas no exterior dos melhores programas internacionais de cada área, isto é, “que apresentasse bibliografias expressando o estado atual da arte, um corpo discente com participação em congressos e seminários no exterior e, finalmente, um fluxo expressivo e constante de estágios-sanduiche no exterior” (Horta; Moraes, 2005, p.106), bem como a evidência de liderança e representatividade do corpo docente entre os pares de sua comunidade.

No triênio 1998-2001, “a análise [para classificação dos programas com conceitos 6 e 7] pautou-se exclusivamente na verificação da “inserção internacional do programa”, para o que se criou, às pressas, um indicador específico para ser aplicado na análise dos conceitos da grande área, baseado na proporção entre produção intelectual internacional e produção total do programa”, que “tinha um caráter perverso, punindo os programas que, mesmo apresentando produção internacional, apresentassem também significativa produção nacional”, causando o rebaixamento de todos os programas com conceitos 6 e 7 das áreas de educação e geografia. (Horta; Moraes, 2005, p. 99). Esse tipo de critério de avaliação compromete seriamente o

fortalecimento dos periódicos nacionais, ao priorizar a publicação em veículos estrangeiros. Os autores evidenciam ainda a disputa de espaço na área de excelência, reservado aos programas com conceito 6 e 7, onde se concentram o financiamento e prestígio, indicando que, para a Capes, a internacionalização é uma questão que está diretamente ligada aos recursos financeiros.

A partir do triênio 2001-2003, a criação do Qualis Periódicos serviu como instrumento para qualificar a produção das áreas, com base na classificação e abrangência dos veículos onde a pesquisa é publicada. Note-se que, em um primeiro momento, o Qualis tem uma forte ênfase nos periódicos científicos como canal de publicação, sendo que no decorrer da sua existência, campos como as Ciências Humanas foram responsáveis por reivindicar a inclusão de outros canais de difusão, como livros e obras artísticas (Café; Ribeiro; Ponczek, 2018).

Na Proposta de Aprimoramento do Modelo de Avaliação da PG, publicada pela Capes em 2018, a internacionalização aparece diretamente vinculada à excelência da pós-graduação, e reflete que “a internacionalização não deve ser um fim em si, mas, sim, um meio para o continuado enriquecimento dos programas e de seus integrantes e estabelecimento de um número cada vez maior de projetos e colaborações internacionais” (BRASIL, 2018, p. 13) visando a melhoria dos resultados da avaliação e impacto dos PPG. Nesse documento, são elencadas outras ações esperadas além da mobilidade internacional, que incluem a participação de docentes no corpo editorial de revistas internacionais indexadas.

Atualmente, uma das principais políticas de internacionalização da Capes para os programas de pós-graduação é o Programa Institucional de Internacionalização (Capes-PrInt), cujo foco é a construção, implementação e consolidação de planos estratégicos de internacionalização para as Instituições de Ensino Superior brasileiras. Voltado principalmente para o auxílio a missões de trabalho no exterior, manutenção de projetos institucionais de internacionalização e provimento de bolsas para pesquisadores brasileiros no exterior e pesquisadores estrangeiros visitantes, o Programa Capes-PrInt não contempla diretamente aspectos relacionados à publicação e a gestão editorial de periódicos.

No “Guia para Aceleração da Internacionalização Institucional: *Stricto Sensu*”, documento lançado em 2020 para dar apoio à gestão dos projetos das instituições contempladas no âmbito do Capes-PrInt, a internacionalização institucional é entendida como “a incorporação de padrões internacionais de excelência em educação, pesquisa e extensão e sua integração nas rotinas básicas da IES, visando sua assertividade institucional no cenário global”, sendo um dos

objetivos “ampliar as possibilidades de envolvimento e de financiamento internacional de pesquisas, as possibilidades de publicação, citação e as de patenteamento internacional de produtos, ideias e desenhos” (Capes, 2020, p. 7). Porém, não há maiores detalhes sobre como esse objetivo será implementado, ficando a cargo das instituições contempladas pelo programa propor linhas de ação específicas para a consecução desse objetivo, uma vez que o guia “pretende ser meramente sugestivo” (Capes, 2020, p. 10).

As ações de internacionalização também cumprem um papel de mecanismo de acesso a financiamentos, frequentemente atrelado ao desenvolvimento de tecnologias e inovação em áreas estratégicas, o que afeta de forma negativa especialmente as Ciências Humanas (Costa; Costa; Yamamoto, 2021).

Onde se nota maior aproximação da Capes com os periódicos científicos é através do Qualis Periódicos, sistema concebido para subsidiar os processos de avaliação dos programas de pós-graduação e que consiste na classificação dos periódicos utilizados pelos programas de pós-graduação para a divulgação da sua produção acadêmica. A classificação é realizada pelos Comitês de Área, seguindo critérios definidos por cada área de avaliação que procuram refletir a importância dos diferentes periódicos para a área em questão, porém exclusivamente baseados em indicadores bibliométricos provenientes das bases de dados Web of Science, Scopus e Google Acadêmico.

De acordo com a Portaria no. 145 de 10 de setembro de 2021, a Capes estabelece que:

O Qualis Periódicos é o conjunto de procedimentos de classificação de periódicos *a partir de fatores de impacto* relacionados à produção intelectual dos programas de pós-graduação stricto sensu no Brasil, com a finalidade exclusiva de fornecer subsídios para sua avaliação (Brasil, 2021, grifo nosso).

Apesar de não estar diretamente relacionado aos processos de internacionalização, o novo Qualis Periódicos indica claramente uma submissão ao uso de indicadores gerados por plataformas comerciais produzidas por empresas baseadas em países da corrente principal da ciência, ignorando totalmente o esforço regional que vem sendo feito há décadas para a construção de um ecossistema próprio de circulação e produção de indicadores mais adequados à realidade brasileira, por meio de diversas iniciativas como as bases de dados SciELO e Redalyc, o diretório Latindex e o sistema de repositórios LA Referencia.

De 2006 a 2018, a Capes também contribuiu com o financiamento de revistas científicas, por meio de edital conjunto com o CNPq, direcionado à editoração e publicação de periódicos

científicos brasileiros especializados, em todas as áreas de conhecimento, porém essa parceria não se manteve no edital mais recente do CNPq, lançado em 2021.

O Programa Editorial do CNPq busca apoiar e incentivar a editoração e a publicação de periódicos científicos brasileiros em todas as áreas de conhecimento, dando prioridade à publicação de revista online em acesso aberto. Os editais de financiamento de periódicos do CNPq tem sido tradicionalmente uma das principais fontes de recursos para um grupo seletivo de revistas que atendem aos requisitos do programa, que incluem:

a) ser mantido e editado por instituição, associação ou sociedade científica brasileira sem fins lucrativos; b) apresentar periodicidade de pelo menos 2 (dois) fascículos por ano; c) ser disponibilizado obrigatoriamente sob o formato eletrônico. Não serão apoiadas revistas apenas em formato impresso; d) ter sido disponibilizado de forma regular nos 2 (dois) anos imediatamente anteriores à data da solicitação (2016/2017); e) estar, obrigatoriamente, indexado em pelos menos 2 (duas) bases de dados entre as nominadas a seguir: SciELO, SCOPUS, Web of Science (Todas as bases), PubMed e RedALyC (CNPq; Capes, 2018, p. 2).

Em 2021, a lista de critérios de elegibilidade passou a incluir também:

f) possuir abrangência nacional ou internacional quanto à procedência institucional dos autores e do corpo editorial; g) estar classificado no Qualis na área de escopo da revista; h) adotar política editorial estrita de revisão por pares; e i) ter mais de 80% de artigos científicos e/ou técnico-científicos gerados a partir de pesquisas originais, não divulgadas em outras revistas (CNPq, 2021, p. 2–3).

Embora os recursos do CNPq sejam de suma importância para a manutenção dos periódicos contemplados³⁵, o edital do Programa Editorial veda a realização de despesas com um dos itens considerado pelos editores como um dos mais importantes para as ações de internacionalização dos periódicos: a tradução de textos submetidos para publicação.

Em nível estadual, podemos destacar a atuação da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), que manteve o desenvolvimento e operação do programa SciELO, desde o início do projeto, em 1997, sendo essa sua principal contribuição para a editoração de periódicos. Segundo Rogério Meneghini, um dos coordenadores do projeto, “a FAPESP provê 90% dos recursos necessários, enquanto a Capes e o CNPq contribuem com os

³⁵ Essa posição é reforçada pelo Manifesto sobre a situação dos periódicos científicos brasileiros, assinado em 2021 pela Academia Brasileira de Ciências (ABC), Academia Brasileira de Letras (ABL), Academia Nacional de Medicina (ANM) e Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), cujo texto está disponível em: <https://www.adufrj.org.br/index.php/pt-br/noticias/arquivo/80-atual/3827-falta-de-verbas-abala-periodicos-cientificos>. Acesso em: 25 jan. 2025.

restantes 10%” (Oliveira, 2018). Os critérios e política de internacionalização da base de dados SciELO serão apresentados no próximo item desse capítulo.

Outra instituição estadual que demonstra estar investindo no desenvolvimento de periódicos é a Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de Minas Gerais (Fapemig), que em 2017 lançou a Política de Periódicos para Minas Gerais, com o apoio da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Uma das ações de implementação da Política é o incentivo à atuação de editores como agentes no processo de internacionalização da produção científica, por meio de recomendações que incluem: a criação de sites com interface multilíngue, o uso de redes sociais para divulgação do periódico, a participação de pesquisadores estrangeiros no corpo editorial e como pareceristas, a publicação de artigos em inglês e o intercâmbio de informações com periódicos internacionais (Fapemig, 2017).

A partir do levantamento bibliográfico e documental, e corroborado por outros autores (Pereira; Lobão; Lucas, 2017; Silveira; Benedet; Santillán-Aldana, 2018), evidencia-se que tanto a Capes como o CNPq e outros órgãos governamentais no Brasil não possuem, dentro de suas estratégias para a internacionalização da produção científica, uma política clara e explícita voltada para os periódicos científicos nacionais, de forma que as políticas de avaliação acadêmica são as que indiretamente direcionam esse processo, funcionando como instrumentos de pressão.

No caso da Argentina, o Centro Argentino de Información Científica y Tecnológica (CAICYT), vinculado ao Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET), é a instituição governamental que dá apoio à edição e difusão de revistas científicas, além de ser responsável por prestar assistência técnica, assessoria e capacitação orientadas para a editoração científica a bibliotecários e editores. O CAICYT também é responsável pela manutenção do Núcleo Básico de Revistas Científicas Argentinas (NBRA), que agrupa um conjunto de publicações acadêmicas argentinas de excelência. Algo notável, no entanto, é que apesar de avaliar revistas em todas as áreas disciplinares, quase 78% das revistas que atualmente integram o Núcleo Básico correspondem à área de Ciências Sociais e Humanas, de acordo com a classificação do CAICYT.

Ainda em relação ao panorama regional, Vasen e Lujano-Vilches (2017) analisaram os sistemas nacionais de avaliação de revistas na Argentina, Colômbia e México. Segundo os autores, o atual sistema de avaliação de revistas na Argentina tem como um dos principais avanços adotar critérios para a hierarquização da produção científica da região, sendo o país

cujas normas estão menos alinhadas com a tendência internacional, ao abdicar do uso excessivo de indicadores bibliométricos, porém apoiando-se na indexação das revistas em bases de dados de escopo regional ou internacional. Destaca-se ainda a ausência de referências a elementos relacionados ao acesso aberto, considerando que a Argentina é um dos poucos países da região que contam com um marco legal sobre acesso aberto a dados e publicações científicas, por meio da Lei 26.899, de Criação de Repósitorios Digitais Institucionais de Acesso Aberto, de 2013 e da Resolução 753- E/2016 MINCYT - Regulamento operativo para a aplicação da lei N° 26.899, de 2016 (Argentina, 2013, 2016).

No México, o sistema nacional de avaliação de periódicos adota o modelo de estratificação a partir de indicadores extraídos das bases de dados bibliométricas Scopus e Web of Science, o que fatalmente leva a uma desvantagem para todas as revistas que não se encontram indexadas nessas plataformas e, segundo os autores, “reforça a ideia de que há somente uma única forma de consagração para as publicações” (Vasen; Lujano Vilchis, 2017, p. 210).

Ainda no mesmo estudo, mostra-se que a política adotada pela Colômbia, também baseada principalmente em indicadores bibliométricos, é a única que expressa claramente a preocupação com a visibilidade e internacionalização das revistas acadêmicas, embora algumas de suas propostas, como a que sugere a fusão de periódicos, supostamente a fim de melhorar sua classificação e impacto internacional, tenham causado controvérsia entre a comunidade científica local. Cabe notar que tanto a Colômbia como o México contaram com a assessoria do grupo de pesquisa SCIMAGO, que utiliza dados da base Scopus, para a elaboração mais recente de seus sistemas de avaliação de revistas, evidenciando mais uma vez a influência e o alcance das grandes corporações que atuam no setor no desenvolvimento de políticas nacionais de avaliação acadêmica (Vasen; Lujano Vilchis, 2017).

No Perú, se destaca o edital de *Publicación de Revistas Científicas Peruanas Indizadas*, lançado pelo CONCYTEC em 2015, com o objetivo de "fortalecer e elevar a qualidade editorial das revistas científicas e tecnológicas peruanas indexadas, para que consigam sua inclusão em bases bibliográficas internacionais" (Santillán-Aldana *et al.*, 2017, p. 8)³⁶.

³⁶ No original: “fortalecer y elevar la calidad editorial de las revistas científicas y tecnológicas peruanas indizadas, para que logren su inserción en bases de datos bibliográficas internacionales”.

Ao analisar os dados referentes aos sistemas nacionais de avaliação de periódicos, deve-se ter o cuidado de não confundir “critérios de avaliação” com “critérios de internacionalização”, uma vez que ambos denotam objetivos distintos e um periódico melhor classificado em um determinado sistema de ranqueamento, seja ele baseado ou não em indicadores bibliométricos, não necessariamente significa que este seja mais “internacional” do que aqueles enquadrados em outra categoria.

4.4 Políticas das bases de dados regionais: SciELO, Redalyc e Latindex

No âmbito da América Latina, temos a forte presença das bases de dados regionais SciELO, Redalyc e Latindex, cujos critérios para indexação serão também analisados neste capítulo, considerando o papel proeminente dessas instâncias na pauta de discussões sobre os temas da internacionalização e do acesso aberto na região. A influência destes três portais regionais como critério de avaliação nacional varia de acordo com o país. Em alguns países, existe um vínculo oficial entre os critérios do site SciELO local e as políticas públicas, enquanto em outros os critérios Latindex são usados como padrão (Beigel, 2014).

O SciELO é uma base de dados que indexa e publica em acesso aberto coleções nacionais de periódicos científicos latino-americanos de todas as áreas do conhecimento, selecionados de acordo com critérios que variam ligeiramente em cada país, com o objetivo de aumentar a visibilidade, acessibilidade, qualidade, uso e impacto dos periódicos indexados (FAPESP, 2019). De acordo com seu site principal³⁷, em dezembro de 2025, a Rede SciELO é formada por 12 coleções nacionais em países latino-americanos (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, México, Paraguai e Perú), além de 3 países fora da América Latina (África do Sul, Portugal e Espanha).

A base de dados SciELO estabelece uma série de critérios que devem ser observados pelos periódicos para a sua seleção e permanência na coleção. A partir de 2020, a SciELO passou a enfatizar a adoção progressiva de práticas para a ciência aberta, como a adoção de licenças *Creative Commons*, o aceite à submissão de *preprints*, a incorporação de dados de pesquisa aos artigos e a avaliação por pares aberta, justificando o alinhamento de seu sistema de avaliação às “políticas nacionais de avanço da pesquisa, as condições e prioridades das

³⁷ Disponível em: <https://www.scielo.org/pt-br/>. Acesso em: 02 dez. 2025.

comunidades de pesquisa e os padrões internacionais de indexação, publicação, interoperabilidade e de avaliação de desempenho de periódicos de qualidade” (SciELO, 2020).

Após uma mudança significativa em seus critérios para indexação de periódicos em 2014, o SciELO recebeu diversas críticas da comunidade científica, apontando que “a política de internacionalização do SciELO parece assumir que um único padrão de internacionalização, em gradações diversas, é adequado a todas as áreas e à pluralidade de periódicos que constituem o campo editorial de cada área.” (ANPOCS *et al.*, 2015). Em resposta, a atualização seguinte dos critérios SciELO incorporou o reconhecimento à bibliodiversidade e ao multilinguismo da produção científica nacional e a valorização das “contribuições culturais, sociais e econômicas dos periódicos”, embora continue relacionando a publicação de artigos em inglês à “visibilidade global das pesquisas” (SciELO, 2020). Em outro artigo, Abel Packer (2024) reitera que a introdução de políticas de internacionalização no SciELO – incluindo uma proporção mínima esperada de artigos em inglês, a afiliação internacional dos autores e a inclusão de pesquisadores estrangeiros no corpo editorial – surgiu como uma solução para aumentar o acesso e obter mais citações. Para Benchimol, Cerqueira e Papi (2014), a base de dados SciELO “tem sido agente decisivo da internacionalização dos periódicos brasileiros”.

Dentro das linhas prioritárias de ação do SciELO, os critérios referentes à internacionalização incluem: ampliar o número de editores com afiliação estrangeira no corpo editorial, maximizar o número de artigos originais e de revisão no idioma inglês e/ou espanhol, e aumentar o número de pareceristas e autores estrangeiros. Diferente de outras políticas de avaliação, os critérios SciELO vêm acompanhados de metas a serem cumpridas pelas revistas, como porcentagens mínimas de membros do corpo editorial com afiliação estrangeira, de artigos originais e de revisão no idioma inglês, de pareceristas com afiliação institucional no exterior, e de autores com afiliação institucional no exterior. O nível das porcentagens exigidas para cada critério varia de acordo com a grande área do conhecimento no qual a revista é classificada. Por exemplo, na versão mais recente do documento de critérios para a admissão e permanência de periódicos na coleção Brasil, de setembro de 2024, a SciELO determina que, para serem admitidos na coleção, os periódicos da área de Ciências Humanas devem publicar, em média, 36 artigos por ano, sendo 40% desse total em inglês e/ou espanhol. Os periódicos de Ciências Humanas também deverão publicar 25% de seus artigos com afiliação estrangeira, sendo que essa porcentagem deve ser igual ou maior que a porcentagem aferida no ano anterior.

Ainda a fim de maximizar a internacionalização do corpo editorial, o SciELO também determina que, os periódicos devem atender à porcentagem mínima de 25% e recomendada de 35% de editores associados com afiliação institucional estrangeira, independente da área de conhecimento. Já em relação a revisão por pares, os critérios exigem que um mínimo de 15%, sendo recomendável 25% dos manuscritos, sejam avaliados por pareceristas estrangeiros, também aplicável a todas as áreas do conhecimento (SciELO, 2024).

A base de dados Redalyc apresenta um discurso mais flexível a respeito dos critérios de avaliação para indexação dos periódicos, reforçando seu alinhamento à valorização da produção científica e das redes de cooperação regionais, ao se posicionar “a favor do acesso aberto, sem cobrança de taxas de processamento (APC), não-comercial, gerido pela comunidade acadêmica, colaborativo e sustentável, que fortaleça ao editor como figura central do processo de comunicação científica” (Redalyc, 2019). Segundo informações disponíveis no site³⁸, a metodologia de avaliação Redalyc foi elaborada com foco no conteúdo das revistas e de sua cientificidade, e não nos aspectos formais de editoração, que são relativamente fáceis de serem reproduzidos, mas insuficientes para determinar a qualidade de uma revista e sua inclusão em um indexador.

O sistema de avaliação Redalyc possui 9 critérios básicos de admissão, incluindo a ausência de cobrança de APC e a existência de uma política de acesso aberto, 38 critérios de alto valor, sendo quase todos de aspecto formal, e 7 critérios desejáveis, entre os quais a adoção de um código de ética, além de outros de caráter formal, porém não menciona qualquer critério diretamente relacionado à internacionalização das revistas (Redalyc, 2018).

Já a base de dados Latindex é considerada como a que possui maior cobertura de revistas científicas latino-americanas (Miguel, 2011; Santillán-Aldana *et al.*, 2017) e está composta por dois conjuntos de dados, denominados Diretório e Catálogo 2.0. O Diretório Latindex, disponível desde 1997, registra dados básicos de identificação de revistas acadêmicas publicadas nos países da região, como título, ano de início, frequência de publicação, instituição editora, país, disciplina de especialização, idiomas de publicação e informações de contato. A partir de 2018, foi lançado o Catálogo 2.0, um serviço de referência especializado que indexa apenas os periódicos online que atendam a determinadas características de qualidade estabelecidas na metodologia Latindex (Latindex, 2018), que muitas agências de avaliação e

³⁸ Disponível em: <https://www.redalyc.org/>. Acesso em: 20 nov. 2022.

financiamento nacionais adotaram como base para a criação de índices nacionais de periódicos e para a avaliação externa de instituições (Beigel, 2014).

Atualmente, o Latindex Catálogo 2.0 inclui mais de 3930 revistas de 30 países, incluindo Espanha e Portugal, além de revistas ibero-americanistas publicadas fora da América Latina e títulos publicados por organizações internacionais.

A Metodologia Latindex conta com uma lista de 38 requisitos que são avaliados, divididos em 7 características básicas, 7 características formais de apresentação, 8 de gestão e política editorial, 8 de conteúdo e 8 referentes à publicação online. Além do cumprimento obrigatório das características básicas – que incluem ter um responsável editorial, ISSN e uma instituição editora, atualidade do conteúdo, identificação de autoria dos documentos, instruções para submissão de artigos e contar com um sistema de arbitragem externo – para ser indexada no Catálogo, o periódico deve atender a pelo menos 23 entre as demais, somando no mínimo 30 requisitos. As revistas são avaliadas pelo centro nacional cooperante, geralmente um organismo nacional vinculado às instâncias de C&T do país³⁹.

Nenhum dos requisitos da Metodologia Latindex visa especificamente a internacionalização das revistas, já que a intenção principal do Catálogo é oferecer um conjunto de boas práticas editoriais que possa contribuir com a profissionalização das equipes editoriais institucionais e a construção de revistas digitais com autonomia para operar suas próprias políticas editoriais (Abejón Peña *et al.*, 2019).

Ainda assim, a base de dados Latindex pode ser considerada um instrumento estratégico para a promoção e a qualificação da comunicação científica na América, pois a inclusão de um periódico nessa base contribui para o aumento da sua visibilidade e reconhecimento junto à comunidade científica. Além disso, a indexação no Latindex Catálogo 2.0 equivale a um selo de qualidade editorial, ao atestar o cumprimento de critérios que fortalecem as práticas editoriais e validam a qualidade do trabalho desenvolvido por editores e pesquisadores da região.

³⁹ A lista completa de instituições associadas como Centro Nacional Latindex está disponível em: <https://www.latindex.org/latindex/insasoc>. Acesso em: 02 dez. 2025.

5 PRÁTICAS EDITORIAIS RELACIONADAS À INTERNACIONALIZAÇÃO E À CIÊNCIA ABERTA

Este capítulo apresenta e discute os resultados obtidos a partir dos dados coletados por meio do questionário estruturado aplicado aos editores de periódicos científicos, com o objetivo de conhecer as práticas editoriais relacionadas aos processos de internacionalização e à ciência aberta.

A análise dos dados empíricos é articulada com os achados da literatura revisada, permitindo contextualizar as práticas observadas à luz dos debates teóricos e das políticas que orientam a comunicação científica contemporânea. Busca-se, assim, compreender como as demandas associadas à internacionalização e à abertura da ciência se materializam no cotidiano editorial das revistas, bem como identificar convergências, tensões e especificidades no contexto latino-americano.

5.1 Caracterização dos periódicos da amostra

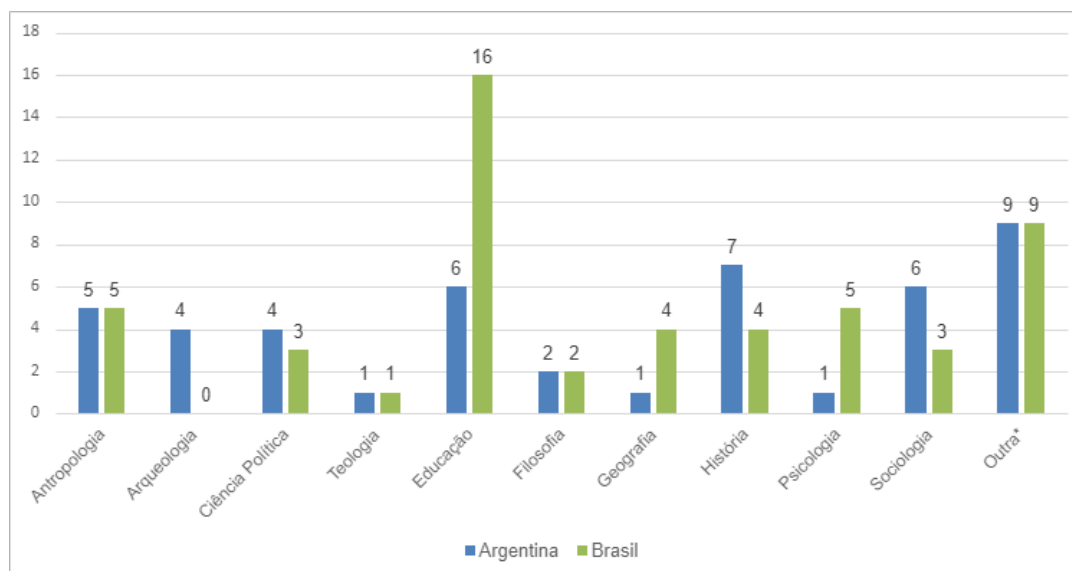
A pesquisa partiu de um universo composto por 450 títulos únicos de periódicos indexados nas bases de dados regionais Latindex Catálogo 2.0, Redalyc e SciELO (**N = 450**), dos quais 238 são publicados no Brasil e 212 na Argentina. A aplicação de um questionário estruturado online aos editores-chefes desses periódicos resultou em **n = 98** respostas válidas, correspondendo a uma taxa de resposta de 26,3%. A distribuição dos periódicos da amostra por país revelou um relativo equilíbrio entre os respondentes, com 52 revistas brasileiras (53%) e 46 argentinas (47%). A caracterização da amostra e algumas das implicações da internacionalização sobre as práticas editoriais foi apresentada em estudo anterior publicado por esta autora e colegas (Gonçalves, Alves, Albagli, 2025), e se apresenta de forma expandida a seguir.

5.1.1 *Área do conhecimento*

Entre as áreas de conhecimento principal declaradas pelos respondentes (Gráfico 1), a Educação é a que apresenta o maior número de revistas, com 16 periódicos do Brasil e 6 da

Argentina. Em segundo lugar, está a área de História, com 7 revistas argentinas e 4 brasileiras, seguida pela Antropologia, com 5 revistas de cada país.

Gráfico 1 - Área de conhecimento principal dos periódicos, por país (n=98)



Fonte: elaborado pela própria autora

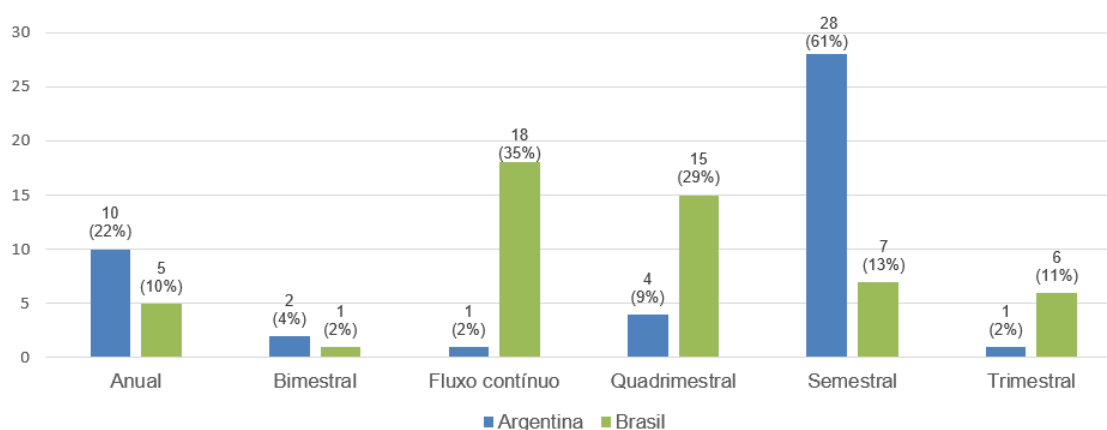
Apesar de todas as revistas da amostra estarem indexadas nas bases de dados consultadas sob uma das áreas classificadas como ciências humanas, 9 revistas de cada país selecionaram a opção “Outra” como principal área do conhecimento, indicando uma ou mais das seguintes áreas como principal: Avaliação, Ciências Sociais, Estudos Clássicos, Etno-história, [Ensino de] Física, Humanidades, Multidisciplinar, Restauração, Conservação e História da Arte.

5.1.2 Periodicidade

Em relação à periodicidade ou frequência de publicação (Gráfico 2), 61% dos periódicos argentinos são semestrais, sendo a categoria com o maior número de revistas. A Argentina também conta com uma presença significativa de revistas anuais (22%), o que significa que a maior parte dos títulos argentinos (83%) publica somente 1 ou 2 números por ano. No Brasil, a frequência de publicação mais comum é o fluxo contínuo (35%), seguido por quadrimestral (29%), semestral (13%) e trimestral (11%). É possível que a maior aderência ao fluxo contínuo

de publicação no Brasil ocorra por influência das políticas de indexação da SciELO, que tornou obrigatório a partir de 2024 que todos os periódicos publiquem os artigos de forma contínua ao longo do ano. A publicação contínua também é uma exigência para a indexação de novos periódicos (SciELO, 2024). Dos 18 periódicos que indicaram ter publicação em fluxo contínuo, 15 indicaram que a adotaram nos últimos 3 anos com o objetivo de promover a sua internacionalização.

Gráfico 2 – Frequência de publicação dos periódicos, por país (n=98)

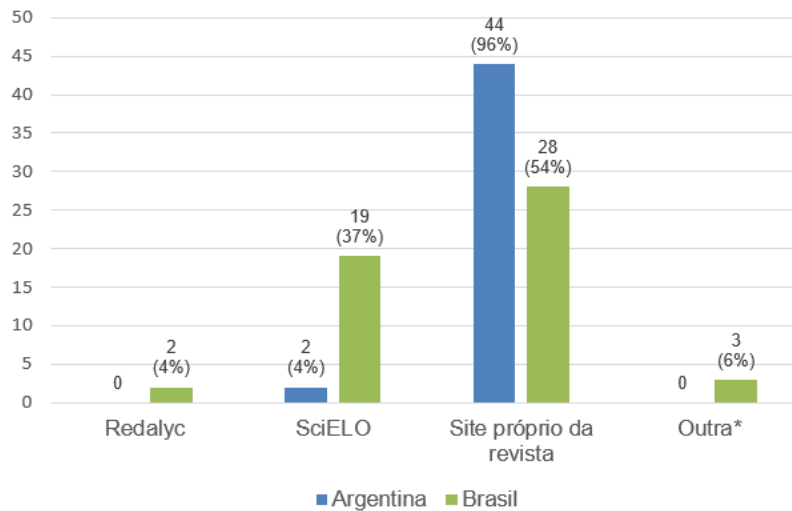


Fonte: Elaborado pela própria autora

5.1.3 Plataforma para publicação de artigos

Quanto à plataforma utilizada para a publicação dos artigos (Gráfico 3), a maior parte dos periódicos priorizam a publicação em site próprio da revista, particularmente na Argentina, onde 96% declararam essa opção. No Brasil, 54% estão nessa mesma categoria, e a plataforma SciELO foi indicada como opção preferencial por 37% das revistas. Na opção “Outra”, indicada somente por 6% das revistas brasileiras, foram mencionadas as plataformas de publicação PePSIC e Open Edition. Nenhuma revista selecionou a opção de publicação em “Site de editora comercial”, embora estivesse disponível no questionário.

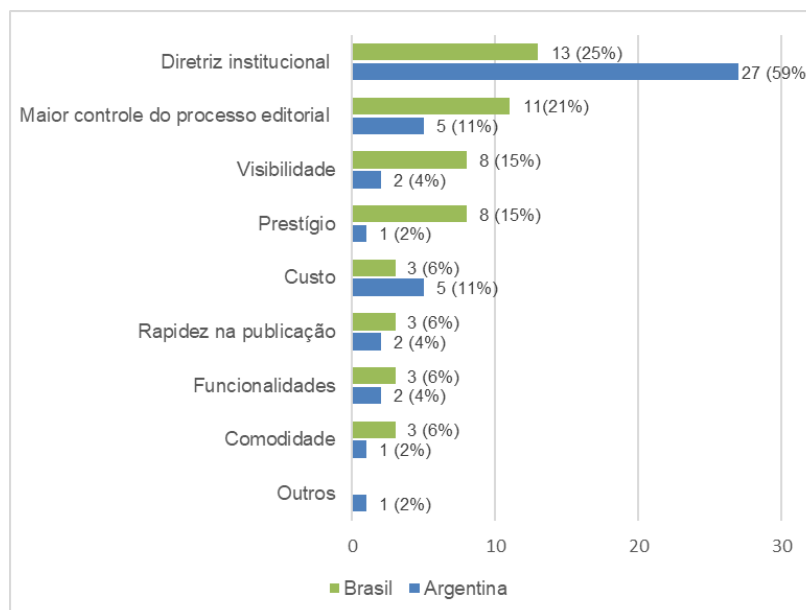
Gráfico 3 - Plataforma priorizada para publicação de artigos, por país (n=98)



Fonte: Elaborado pela própria autora

O atendimento a diretrizes institucionais foi apontado por 59% dos periódicos argentinos e 25% dos brasileiros como o principal motivo para a escolha da plataforma de publicação (Gráfico 4). O maior controle do processo editorial foi apontado por 21% dos editores brasileiros como principal fator para a escolha da plataforma de publicação, seguido pela visibilidade (15%) e prestígio (15%). Na Argentina, o controle do processo editorial aparece com a mesma frequência que o custo (11%).

Gráfico 4 - Principal motivo para escolha da plataforma de publicação (n=98)



Fonte: Elaborado pela própria autora

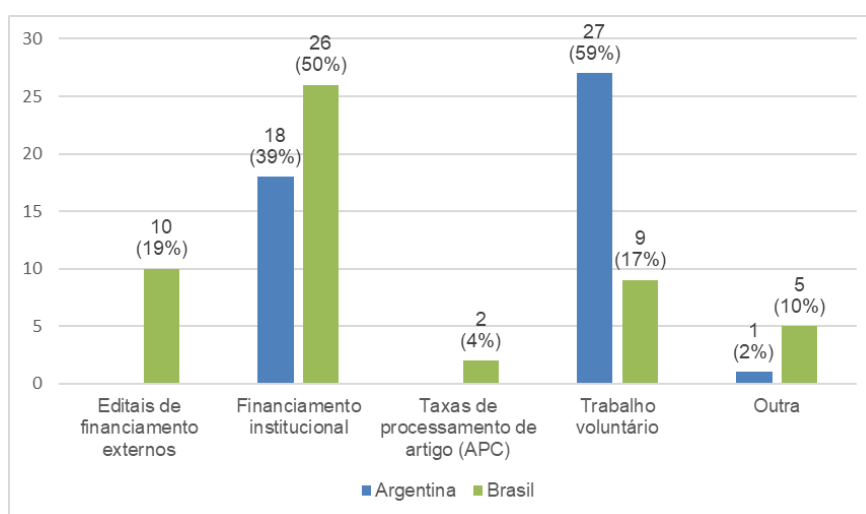
5.1.4 Fontes de financiamento

Quando perguntados a respeito das fontes de recursos financeiros (Gráfico 5), 59% dos periódicos argentinos e 17% dos brasileiros afirmam se manter com trabalho voluntário, ou seja, sem qualquer tipo de financiamento. A maioria das revistas brasileiras (69%) e 39% das argentinas recebem algum tipo de financiamento, seja institucional ou através de edital externo.

A cobrança de taxas de processamento de artigos foi indicada apenas por 2 revistas brasileiras. Porém, como afirmaram Dias, del Rio Grande e Lujano Vilchis (2026), as taxas de publicação são usadas como uma fonte de renda suplementar, e não com o intuito de gerar lucro.

As revistas que declararam contar com outras fontes de financiamento mencionaram receber fundos de associações, fundações, institutos e convênio.

Gráfico 5 – Principal fonte de financiamento do periódico, por país (n=98)



Fonte: Elaborado pela própria autora

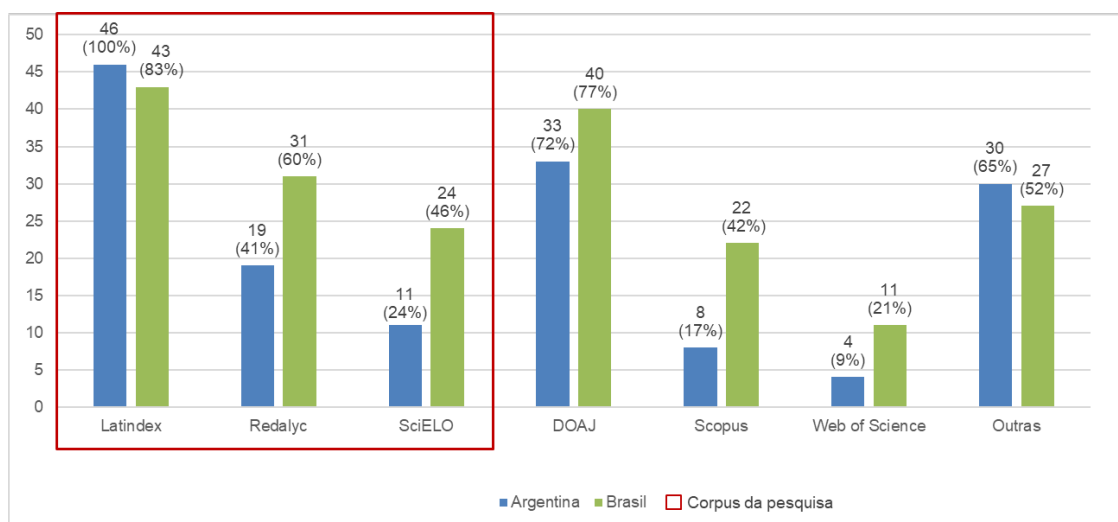
5.1.5 Indexação em bases de dados

No Gráfico 6, vemos a distribuição das revistas em relação à indexação em bases de dados. Todos os periódicos argentinos e 83% dos brasileiros estão indexados na base de dados Latindex Catálogo 2.0. Os periódicos brasileiros se destacam nas outras bases de dados do

corpus da pesquisa, com 60% dos títulos indexados na Redalyc e 46% no SciELO, enquanto os periódicos argentinos alcançam 41% e 24%, respectivamente.

Também verificamos se os periódicos estão indexados nas bases de dados Directory of Open Access Journals (DOAJ), Scopus (Elsevier) e Web of Science (Clarivate). O DOAJ mostrou uma cobertura significativa, com 77% dos periódicos do Brasil e 72% da Argentina indexados. A Scopus indexa 42% das revistas brasileiras e 17% das argentinas. Na Web of Science encontramos menor representação, com somente 21% das revistas brasileiras e 9% das argentinas. Esses números apoiam a afirmação de Salatino (2021) de que o conjunto de periódicos latino-americanos ainda é pouco representado nas bases de dados Scopus e Web of Science. Mas os resultados evidenciam que os editores querem mudar esse cenário: somente duas revistas argentinas e uma brasileira declararam que não pretendem submeter o periódico para indexação em bases de dados de citação, como forma de promover a internacionalização.

Gráfico 6 - Frequência e porcentagem de indexação em bases de dados, por país



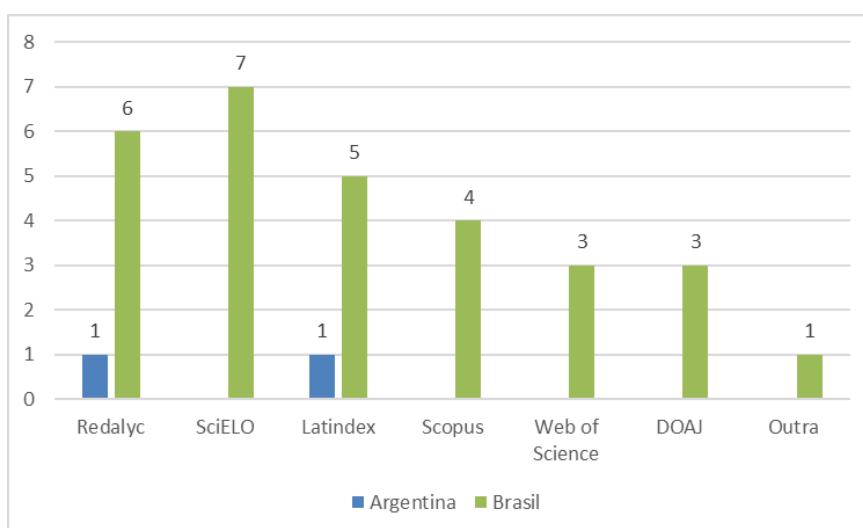
Fonte: Elaborado pela própria autora

Para além das opções pré-definidas no questionário, 65% dos periódicos argentinos e 52% dos brasileiros declararam estar indexados também em outras bases de dados. Foram listadas 123 respostas, sendo as mais mencionadas pelos editores: European Reference Index for the Humanities (ERIH PLUS) (21); Red Iberoamericana de Innovación y Conocimiento Científico (REDIB) (20); Dialnet (16); Red Latinoamericana de Revistas académicas en Ciencias Sociales y Humanidades (LatinREV) (13); Matriz de Información para el Análisis de

Revista (MIAR) (13); Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades (CLASE) (11); Núcleo Básico de Revistas Científicas Argentinas (NBRA) (11); e Sumários.org (11). Nota-se que nas respostas dos editores a essa pergunta foram mencionadas tanto bases de dados indexadoras, como diretórios de revistas, o que evidencia o desconhecimento dos editores sobre as diferenças entre esses tipos de recursos de informação.

Também perguntamos aos editores se o periódico recebe algum incentivo ou subvenção institucional por estar indexado em uma base de dados específica. Esse tipo de política se apresentou como mais comum no Brasil, onde mais editores indicaram receber benefícios pela indexação, com destaque para as bases de dados SciELO e Redalyc, conforme ilustrado no Gráfico 7.

Gráfico 7 – Indexações requeridas para subvenção institucional, por país (n=31)



Fonte: Elaborado pela própria autora

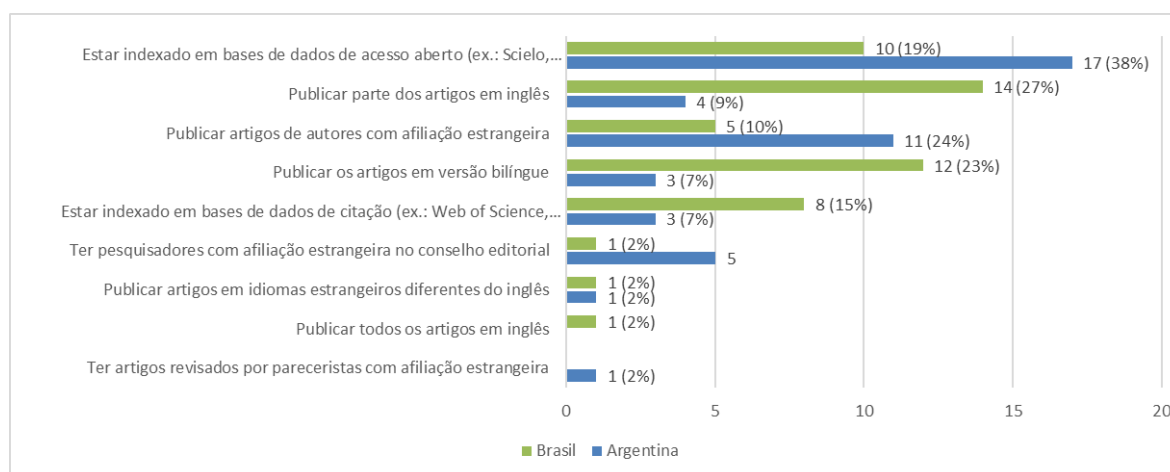
5.2 Relações entre as práticas editoriais e a internacionalização

Conforme discutido nas seções anteriores, a história da ciência nos mostra que a dimensão internacional quase sempre esteve presente nos avanços do conhecimento científico, e cada vez mais constitui uma questão central nos debates sobre os rumos da ciência em todo o mundo, com especial atenção por parte de pesquisadores e governos dos países em desenvolvimento (Santin; Vanz; Stumpf, 2016).

Além de ser um indicador importante da relevância do conhecimento produzido, a internacionalização passou a ser um dos critérios mais importantes para a avaliação da produção científica dos pesquisadores e do desempenho dos periódicos nacionais, constituindo um ponto central tanto nos programas de pós-graduação quanto nas discussões de pesquisadores, editores de periódicos e dirigentes de entidades científicas. (Fiorin, 2007; Goulart; Carvalho, 2008; (Nassi-Calò, 2017). Isso é evidenciado pelo fato de que 98% dos editores consultados na presente pesquisa consideraram importante promover a internacionalização dos periódicos das ciências humanas.

Perguntados sobre quais são as práticas editoriais consideradas prioritárias para promover a internacionalização, 38% dos editores argentinos indicaram a indexação em bases de dados de acesso aberto, como SciELO, Redalyc e DOAJ; 24% apontaram a publicação de artigos de autores com afiliação estrangeira e 10% destacaram a importância de contar com pesquisadores estrangeiros no conselho editorial. No Brasil, a prática editorial considerada prioritária para a internacionalização é a publicação dos artigos em inglês, seja em parte da revista (27%) ou em versão bilíngue (23%), seguida da indexação em bases de dados de acesso aberto (19%) ou de citação, como Scopus e Web of Science (15%).

Gráfico 8 – Práticas editoriais prioritárias para a internacionalização, por país (n=98)



Fonte: Elaborado pela própria autora

Conforme relatado no estudo de Gonçalves, Alves e Albagli (2025), vemos uma diferença importante na perspectiva adotada em cada país. Na Argentina, observa-se uma ênfase maior na ampliação da visibilidade das publicações em acesso aberto e no fortalecimento da

colaboração com pesquisadores estrangeiros, seja na autoria dos artigos ou na composição dos conselhos editoriais, enquanto, no Brasil, os editores demonstram maior preocupação com o idioma de publicação e com a inserção dos periódicos em circuitos internacionais de citação.

Pode-se inferir que essas orientações refletem as políticas de avaliação e de fomento a periódicos vigentes em cada país. Na Argentina, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (Mincyt) possui uma trajetória consolidada na promoção do acesso aberto às publicações científicas, tendo promulgado a Lei nº 26.899 de 2013, que institui a política pública de Acesso Aberto à produção científico-tecnológica nacional financiada com recursos públicos, posteriormente regulamentada em 2016, por meio da criação do Sistema Nacional de Repositórios Digitais (Argentina, 2016). Mais recentemente, em 2023, foi aprovada a criação do Programa Diamante, voltado ao fortalecimento das publicações científicas argentinas em acesso aberto. Ademais, o *Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas* (CONICET) dispõe de um regulamento específico para as ciências sociais e humanas, que equipara os serviços de indexação internacionais aos regionais, como SciELO e Latindex Catálogo 2.0, além de incentivar seus pesquisadores a publicar em periódicos indexados nessas bases (Beigel; Digiampietri, 2022). Em contrapartida, os periódicos brasileiros são mais fortemente impactados pelas políticas de avaliação da SciELO, cujas diretrizes de internacionalização visam “maximizar o número de artigos originais e de revisão no idioma inglês e/ou espanhol de acordo com sua área temática” (SciELO, 2024, p. 22). Para a área de ciências humanas, por exemplo, a SciELO recomenda que uma média de 40% dos artigos originais e de revisão sejam publicados em inglês e/ou espanhol. Vale ressaltar que o uso do idioma espanhol como critério de multilinguismo é uma adição recente às políticas de inclusão e permanência dos periódicos na coleção SciELO Brasil, tendo sido incorporado somente a partir do seu documento de critérios publicado em 2024.

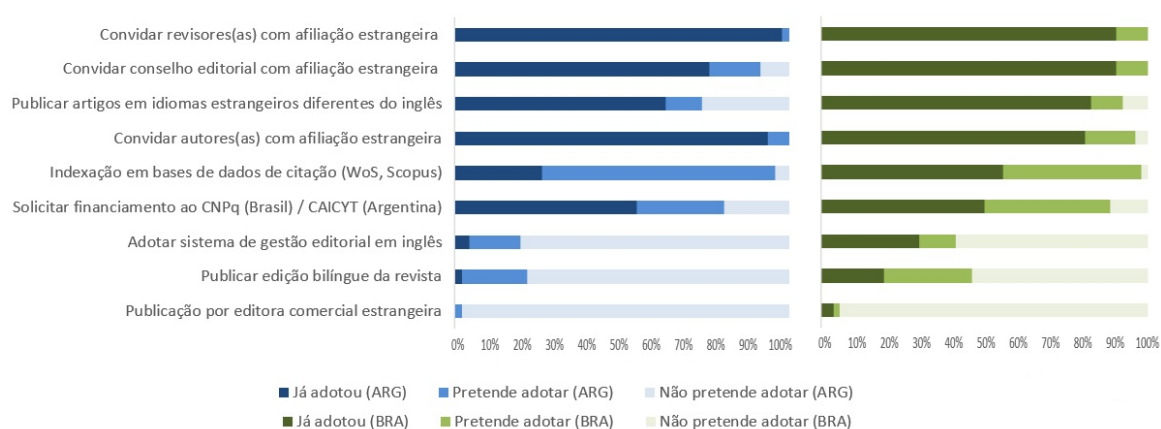
Outra forma como vemos o alinhamento das práticas dos periódicos com as políticas de avaliação e fomento, no contexto brasileiro, é em relação ao Qualis Periódicos. Durante muitos anos, o Qualis Periódicos constituiu uma referência central de qualidade para as revistas brasileiras, embora tenha sido concebido pela Capes como um instrumento voltado à avaliação dos programas de pós-graduação. Pesquisa realizada por Vogel (2017) comprovou que diversas áreas das ciências humanas recorreram a indicadores bibliométricos e à indexação em bases de dados internacionais, como Scopus e Web of Science, como critérios para a classificação dos periódicos no Qualis. Ao final de 2024, a Capes anunciou alterações no Qualis Periódicos a

serem implementadas a partir de 2025, o que tende a afetar novamente as políticas e práticas editoriais das revistas.

Outras estratégias voltadas à promoção da internacionalização, mencionadas pelos editores brasileiros nos comentários abertos, incluíram: adoção da ciência aberta, divulgação em redes internacionais, parceria com instituições estrangeiras, aumento da qualidade no processo de avaliação de artigos, manter uma boa qualidade da tradução, e possuir financiamento que viabilize adotar estratégias de divulgação internacional. Já os editores argentinos mencionaram a importância de aumentar a visibilidade e citação dos artigos publicados, e a geração de vínculos colaborativos e cooperativos nas diversas etapas dos processos editoriais.

Além de identificar as práticas consideradas prioritárias, investigou-se também a tendência dos periódicos em adotar determinadas ações voltadas à internacionalização (Gráfico 9).

Gráfico 9 – Adoção de práticas editoriais para a internacionalização, por país (n=98)



Fonte: Elaborado pela própria autora

O Gráfico 9 indica que a maior parte dos periódicos, tanto argentinos (93%) quanto brasileiros (83%), já convida pesquisadores estrangeiros para submeter artigos, além de contar com sua participação como avaliadores (98% na Argentina e 92% no Brasil). Observa-se também que um número significativo de periódicos inclui pesquisadores estrangeiros em seus conselhos editoriais, com percentuais de 92% no Brasil e 76% na Argentina. Essa tendência vai ao encontro das práticas editoriais identificadas como prioritárias para promover a internacionalização, sobretudo para os editores de periódicos argentinos.

No Brasil, observa-se que uma proporção maior de periódicos já publica artigos em idiomas estrangeiros distintos do inglês (85%), em comparação com os periódicos argentinos (63%). Além disso, entre as revistas brasileiras, há maior presença de edições bilíngues (19%) e uma intenção mais expressiva de adotar esse formato futuramente (29%), ao passo que, na Argentina, são poucos os periódicos que publicam edições bilíngues (2%) ou que manifestam a intenção de implementar essa prática (20%). Esse comportamento reflete de forma clara a elevada relevância da publicação em inglês para os editores de periódicos brasileiros, também identificada nas respostas ao questionário e nos discursos sobre internacionalização, e pode também estar relacionado às políticas de indexação da SciELO. Embora incentive o multilinguismo, os critérios da SciELO estabelecem que um mínimo de 40% dos artigos originais e de revisão devem ser publicados em inglês e/ou espanhol nas revistas de Ciências Humanas (SciELO, 2024).

A indexação em bases de dados de citação aparece como uma das principais estratégias a serem adotadas em ambos os países para fomentar a internacionalização: 96% dos periódicos argentinos e 98% dos brasileiros já pleitearam ou têm intenção de pleitear a indexação em bases de dados de citação, como Scopus e Web of Science.

O pedido de financiamento ou avaliação é outra forma vista como importante para avançar rumo à internacionalização do periódico. Isso porque, segundo uma carta aberta publicada por editores dos principais periódicos brasileiros em diferentes áreas do conhecimento, solicitando a abertura de um edital de apoio aos periódicos científicos, “boa parte das revistas científicas do país dependem exclusivamente do apoio das agências federais de fomento” (Carta aberta ao CNPq e Capes, 2024). No Brasil, o CNPq e a Capes têm sido as principais fontes de financiamento para a editoração e publicação de periódicos científicos, e seus programas são voltados para revistas de alta especialização e que já possuam uma certa estrutura e sustentabilidade, pois é necessário cumprir uma série de condições para requisitar o financiamento. No edital mais recente das duas agências (Chamada CNPq/CAPES N° 30/2023, 2023), os periódicos deveriam atender a critérios como: periodicidade mínima semestral, não ter atrasos na publicação, estar indexado em pelos menos duas bases de dados pré-determinadas, incluindo SciELO, Scopus, Web of Science, PubMed ou Redalyc, estar classificado no Qualis, adotar o processo de revisão por pares, publicar mais de 80% de artigos originais, publicar em acesso aberto e não cobrar taxas de submissão e publicação. Dos periódicos brasileiros da amostra, 52% já solicitaram financiamento ao CNPq e outros 38% pretendem solicitar.

No caso da Argentina, que não possui programas para financiamento de periódicos científicos, o reconhecimento do CAICYT, através do ingresso no Núcleo Básico de Revistas Científicas Argentinas, é a principal referência de qualificação nacional. O resultado da pesquisa mostra que 54% dos periódicos da amostra já haviam solicitado a avaliação pelo CAICYT e 26% pretendiam solicitar. Em abril de 2025, foi verificado que 76% das revistas da amostra estão classificadas no Núcleo Básico do CAICYT⁴⁰.

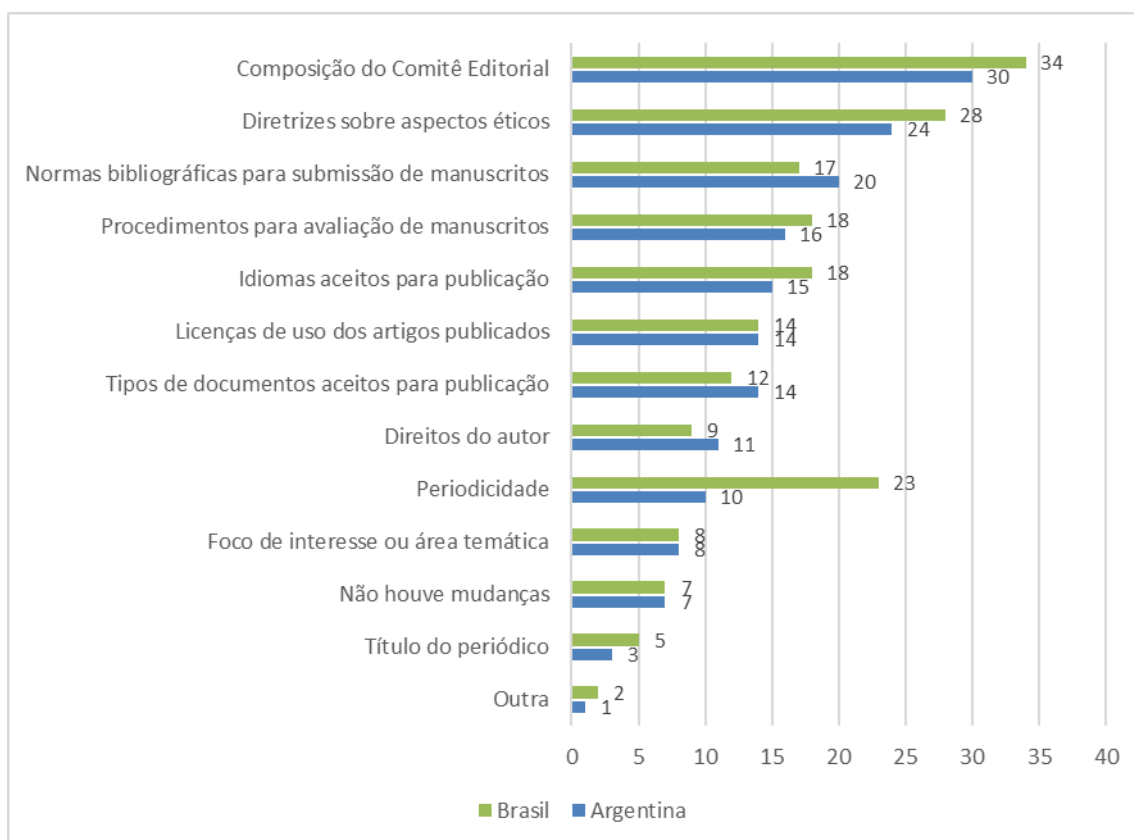
A quase totalidade das revistas, tanto na Argentina como no Brasil (98% e 94%, respectivamente), não pretende optar pela publicação por editora comercial estrangeira como estratégia para a internacionalização. Apesar de os motivos para a rejeição a esse modelo não serem explicitados pelos editores nessa pesquisa, é bastante conhecido o debate na comunidade científica sobre como as principais editoras comerciais aumentaram sua participação na produção científica nas últimas décadas, gerando preocupações sobre sua influência e margens de lucro (Babini, 2014; Harvie *et al.*, 2012; Luchilo, 2019). Por outro lado, é possível que o próprio comportamento de pesquisadores das ciências humanas desestímule o interesse por publicações de editoras comerciais. Um estudo de Vincent Larivière, Stefanie Haustein e Philippe Mongeon (2015) com base em 45 milhões de documentos indexados na base de dados Web of Science durante o período de 1973-2013, mostrou que as publicações das ciências humanas permaneceram relativamente independentes das editoras comerciais em comparação com outras áreas do conhecimento, e que revistas do grupo das ciências sociais e humanas que migraram para uma grande editora comercial não tiveram mudanças significativas nas taxas de citação dos seus artigos. O resultado é corroborado por outro estudo de Patrícia Neubert e Rosângela Rodrigues, que afirmam ainda que essa independência das ciências humanas em relação às editoras comerciais se “reflete nos mecanismos de avaliação desses campos que tendem a resistir à exclusividade dos indicadores de bases internacionais como meio de valorar sua produção científica” (Neubert; Rodrigues, 2021, p. e200069).

Considerando o aspecto mais prático das mudanças indicadas como prioritárias para a internacionalização, foi solicitado aos editores que indicassem se, nos três anos anteriores à aplicação do questionário, foi realizada alguma mudança na *política editorial* ou na *gestão*

⁴⁰ Disponível em: <https://www.caicyt-conicet.gov.ar/sitio/comunicacion-cientifica/nucleo-basico/revistas-integrantes/>. Acesso em: 07 de abril de 2025.

editorial do periódico com essa finalidade. O Gráfico 10 apresenta os dados referentes às mudanças implementadas na política editorial das revistas, discriminando as respostas por país.

Gráfico 10 – Mudanças na política editorial visando internacionalização, por país (n=98)



Fonte: Elaborado pela própria autora

Entre os periódicos argentinos que compõem a amostra, a mudança mais frequente foi na composição do comitê editorial, assinalada por 30 periódicos (65%). No caso do Brasil, essa também foi a alteração mais reportada, adotada por 34 periódicos (65%). Esse padrão sugere que uma das principais estratégias adotadas para internacionalizar periódicos na região é a reconfiguração do comitê editorial, possivelmente com a incorporação de pesquisadores estrangeiros ou de diferentes regiões, ampliando a representatividade internacional, em consonância com as ações de colaboração com pesquisadores estrangeiros consideradas prioritárias para a internacionalização.

Em segundo lugar, destaca-se a adoção de diretrizes sobre aspectos éticos, informada por 24 periódicos argentinos (52%) e 28 periódicos brasileiros (54%). Essa tendência está alinhada com as exigências internacionais de integridade na pesquisa e reflete a valorização de

práticas editoriais transparentes e responsáveis. Também o documento de critérios SciELO ressalta repetidamente a importância da ética e de boas práticas na comunicação de pesquisa.

As normas bibliográficas para submissão de manuscritos também foram modificadas por uma parcela expressiva dos periódicos: 20 na Argentina (43%) e 17 no Brasil (33%). Já os procedimentos para avaliação de manuscritos foram revisados por 16 periódicos argentinos (35%) e 18 brasileiros (35%), evidenciando um esforço semelhante em qualificar o processo de revisão por pares.

Mudanças nos idiomas aceitos para publicação ocorreram em 15 periódicos da Argentina (33%) e 18 do Brasil (35%), indicando uma tentativa de atrair autores e leitores de outros contextos linguísticos além do inglês. A periodicidade de publicação foi ajustada por 10 periódicos argentinos (22%), enquanto no Brasil esse número foi mais elevado: 23 periódicos (44%), o que novamente pode indicar uma influência mais pronunciada das políticas de indexação do SciELO, cujos critérios de periodicidade sugerem a adoção da publicação em fluxo contínuo (como é o caso de 35% dos periódicos brasileiros da amostra) ou uma frequência mínima quadrimestral (como 19% desses periódicos).

As licenças de uso dos artigos publicados foram modificadas por 14 periódicos em cada país, o que corresponde a 30% dos argentinos e 27% dos brasileiros. Já as mudanças nos tipos de documentos aceitos para publicação foram indicadas por 14 periódicos argentinos (30%) e 12 brasileiros (23%).

Com relação aos direitos do autor, apenas 11 periódicos da Argentina (24%) e 9 do Brasil (17%) relataram mudanças nessa dimensão. As alterações no foco temático ou área de interesse foram igualmente distribuídas: 8 periódicos em cada país (ou 17% na Argentina e 15% no Brasil), sugerindo que mudanças mais substantivas no escopo editorial são menos frequentes.

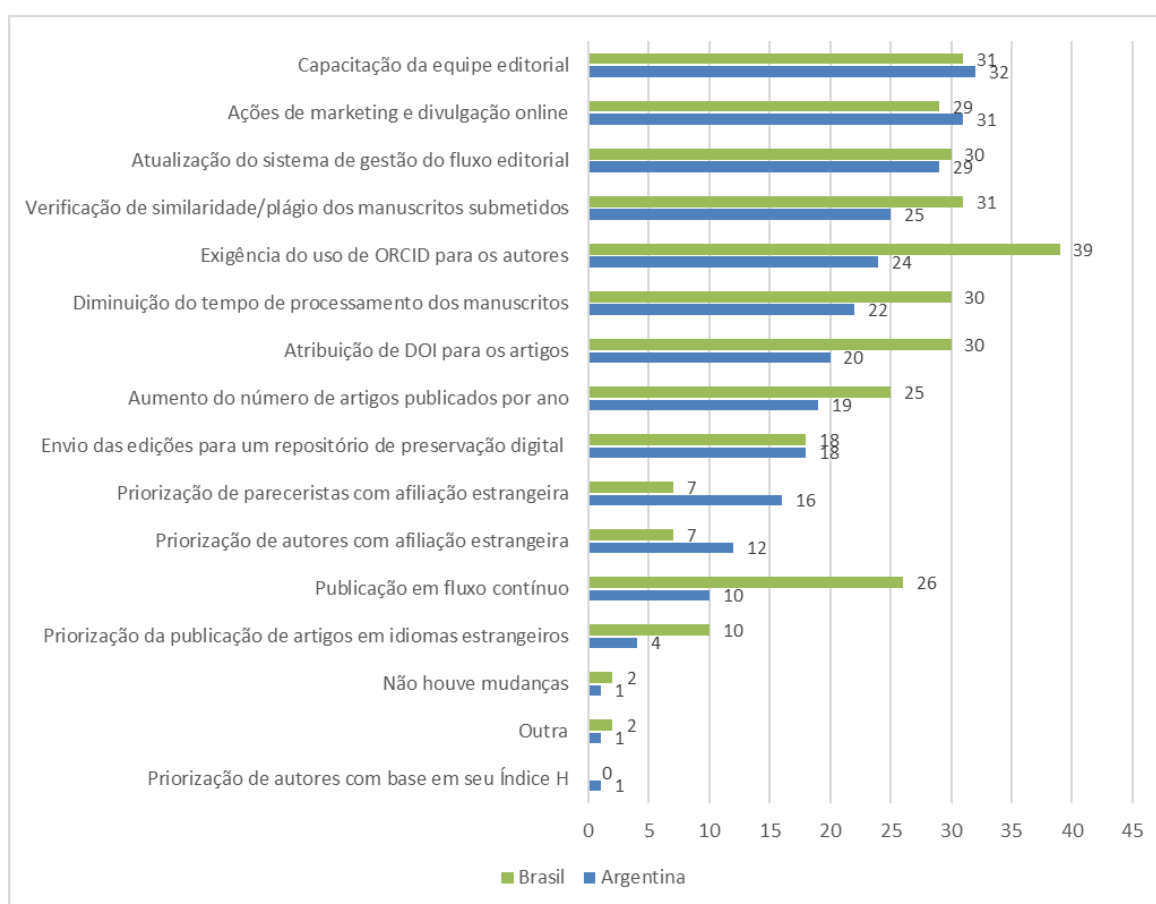
Mudanças no título do periódico foram pouco comuns, sendo relatadas por 3 periódicos argentinos (6%) e 5 brasileiros (10%). A categoria "Outra" foi assinalada por 1 periódico argentino (2%) e 2 brasileiros (4%). Por fim, 7 periódicos em cada país declararam não ter promovido nenhuma mudança na política editorial no período analisado, o que representa 15% dos periódicos argentinos e 13% dos brasileiros.

Nota-se que ambos os países mostram padrões semelhantes nas principais mudanças relacionadas a política editorial. O Brasil se destaca com números ligeiramente maiores em quase todas as categorias, especialmente em periodicidade, aspectos éticos e comitê editorial.

A Argentina, por sua vez, também mostra engajamento expressivo, especialmente em ética, normas técnicas e idiomas, ainda que em números um pouco mais modestos.

As estratégias para internacionalização dos periódicos científicos não se limitam a alterações na política editorial, mas envolvem também a adoção de ações operacionais e tecnológicas no âmbito da gestão editorial. Para avaliar essas iniciativas, os editores foram questionados sobre eventuais mudanças implementadas com essa finalidade nos três anos anteriores à aplicação do questionário (Gráfico 11).

Gráfico 11 – Mudanças na gestão editorial visando internacionalização, por país (n=98)



Fonte: Elaborado pela própria autora

A capacitação da equipe editorial foi a mudança mais frequentemente reportada em ambos os países: 32 periódicos argentinos (70%) e 31 brasileiros (60%) indicaram ter investido nessa dimensão. Esse dado revela uma preocupação compartilhada com a profissionalização das práticas editoriais e o alinhamento às exigências internacionais.

Outras ações adotadas com frequência foram a verificação de similaridade ou plágio dos manuscritos submetidos, realizada por 25 periódicos argentinos (54%) e 31 brasileiros (60%), e a exigência do uso de identificadores ORCID pelos autores, presente em 24 periódicos da Argentina (52%) e 39 do Brasil (75%). Este último dado indica uma adesão mais ampla da comunidade editorial brasileira a esse requisito, considerado um indicador de boas práticas na publicação científica e requisito obrigatório para indexação pelo SciELO.

A atribuição de DOI aos artigos também é destaque: 20 periódicos na Argentina (43%) e 30 no Brasil (58%) adotaram essa prática, fundamental para garantir a persistência e rastreabilidade dos artigos.

A publicação em fluxo contínuo foi implementada por 10 periódicos argentinos (22%) e 26 brasileiros (50%), sugerindo uma movimentação mais intensa no Brasil, como já mencionado, compatível com os critérios de avaliação para indexação e permanência no SciELO.

Outras ações ligadas à eficiência do processo editorial incluem a diminuição do tempo de processamento de manuscritos, adotada por 22 periódicos argentinos (48%) e 30 brasileiros (58%), bem como a atualização dos sistemas de gestão do fluxo editorial, registrada em 29 periódicos na Argentina (63%) e 30 no Brasil (58%). Esses dados evidenciam um esforço claro de modernização das plataformas e dos procedimentos editoriais.

O envio das edições para repositórios de preservação digital foi reportado por 18 periódicos em cada país (39% na Argentina e 35% no Brasil), revelando uma preocupação com a permanência e a acessibilidade dos conteúdos publicados.

Com relação ao aumento da produção, 19 periódicos argentinos (41%) e 25 brasileiros (48%) relataram ter ampliado o número de artigos publicados por ano. Já a priorização da publicação de artigos em idiomas estrangeiros, um mecanismo diretamente relacionado à internacionalização, foi adotada por 4 periódicos da Argentina (9%) e 10 do Brasil (19%), demonstrando um avanço mais modesto.

A priorização de autores com afiliação estrangeira foi mencionada por 12 periódicos argentinos (26%) e 7 brasileiros (13%), enquanto a priorização de pareceristas com afiliação estrangeira foi mais expressiva na Argentina (16 periódicos; 35%) do que no Brasil (7 periódicos; 13%). Esse achado está alinhado com o posicionamento dos editores de periódicos argentinos sobre as práticas consideradas prioritárias para a internacionalização.

Mudanças menos frequentes incluíram a priorização de autores com base em seu índice H, assinalada por apenas 1 periódico argentino (2%) e nenhum no Brasil; e a resposta "outra", escolhida por 1 periódico argentino (2%) e 2 brasileiros (4%). Apenas 1 periódico na Argentina (2%) e 2 no Brasil (4%) afirmaram não ter realizado nenhuma mudança na gestão editorial durante o período analisado, o que reforça a percepção de um movimento generalizado de atualização das práticas editoriais.

Com base nas mudanças adotadas na política editorial ou na gestão editorial da revista, também foi solicitado que os editores indicassem qual se mostrou mais relevante para a internacionalização e por qual motivo.

Entre os periódicos argentinos, a mudança mais frequentemente apontada como relevante para a internacionalização foi a adoção do identificador digital DOI (Digital Object Identifier). Essa iniciativa foi frequentemente mencionada em associação a outras medidas de aprimoramento da gestão editorial, como a verificação de plágio nos manuscritos submetidos e a exigência do identificador ORCID (Open Researcher and Contributor ID) dos autores. Tais práticas foram destacadas por sua capacidade de atender aos critérios de qualidade exigidos por bases de indexação internacionais, além de conferirem maior segurança, rastreabilidade e visibilidade aos artigos publicados. Os dados quantitativos corroboram essa percepção: 43,5% dos periódicos argentinos da amostra passaram a atribuir DOI aos artigos, 54,3% implementaram mecanismos de verificação de similaridade textual ou plágio, e 52,2% passaram a exigir o uso do ORCID. Esses resultados indicam uma ênfase da comunidade editorial argentina na adaptação às normas técnicas e operacionais reconhecidas internacionalmente como fundamentais para a qualificação e circulação global da produção científica.

Além desses aspectos técnicos, os editores argentinos também ressaltaram a importância da inclusão de pesquisadores estrangeiros, tanto no conselho editorial quanto como autores e pareceristas. Essa estratégia é compreendida como um meio de ampliar redes de colaboração, aumentar a legitimidade internacional do periódico e facilitar sua projeção em ambientes acadêmicos multilíngues e multiculturais. Novamente, os dados da pesquisa indicam coerência entre prática e percepção: 65,2% dos periódicos argentinos promoveram mudanças na composição do comitê editorial, 26,1% relataram a priorização de autores com afiliação estrangeira e 34,8% passaram a priorizar pareceristas de fora do país. Tais ações evidenciam um esforço deliberado de inserção internacional que se combina à adoção de padrões técnicos globais.

No caso dos periódicos brasileiros, a mudança mais citada como relevante para a internacionalização foi a publicação de artigos em inglês ou em versão bilíngue, compreendida como uma condição necessária para ampliar a audiência internacional e atrair autores e leitores de diferentes contextos linguísticos. A publicação em outros idiomas aparece refletida nas respostas quantitativas, embora com menor expressividade em relação a outras mudanças: 34,6% dos periódicos relataram ter ampliado os idiomas aceitos para publicação e 19,2% priorizaram, na gestão editorial, a publicação de artigos em idiomas estrangeiros. Ainda que os percentuais não sejam majoritários, eles revelam uma movimentação significativa no sentido da ampliação linguística, coerente com a percepção dos editores quanto à sua importância estratégica.

Outra mudança considerada relevante pelos editores brasileiros foi a reconfiguração do comitê editorial, sobretudo com a inclusão de membros estrangeiros. Essa ação também se confirmou nos dados quantitativos, sendo relatada por 65,4% dos periódicos da amostra. Outras iniciativas, como a publicação de artigos de autores estrangeiros, a adoção de normas editoriais e a busca por indexação internacional, foram mencionadas com menor frequência nas respostas abertas, mas aparecem refletidas de forma consistente nas mudanças indicadas no questionário. Especificamente, 23,1% dos periódicos brasileiros reportaram alterações nos tipos de documentos aceitos para publicação, 32,7% ajustaram normas bibliográficas e 57,7% passaram a atribuir DOI aos artigos. Esses dados sugerem que os periódicos brasileiros, embora também tenham investido em aspectos técnicos e operacionais, tendem a atribuir maior centralidade à visibilidade linguística e à estrutura do corpo editorial como estratégias de internacionalização.

Essas tendências mostram um esforço contínuo para aumentar a internacionalização e a visibilidade dos periódicos científicos, tanto na Argentina quanto no Brasil. A análise das respostas revela que, em ambos os países, os editores não apenas implementaram mudanças estruturais e técnicas alinhadas às exigências de internacionalização, como também têm clareza sobre o impacto dessas transformações.

No entanto, há diferenças significativas entre os dois países, pois enquanto a Argentina tende a enfatizar a infraestrutura técnica da gestão editorial (DOI, ORCID, plágio) e o aumento da colaboração internacional, o Brasil valoriza com mais ênfase a dimensão linguística da publicação em inglês e a reconfiguração do corpo editorial.

5.3 Relações entre as práticas editoriais e a ciência aberta

A emergência da ciência aberta como modelo de produção e circulação do conhecimento científico tem imposto novas exigências aos periódicos acadêmicos, inclusive nas Ciências Humanas. Neste cenário, os editores se veem diante da necessidade de revisar práticas consolidadas, repensar critérios editoriais e, muitas vezes, adotar soluções inovadoras para alinhar-se às transformações em curso.

Ainda que exista um consenso crescente sobre a importância de promover a ciência aberta, seu significado permanece objeto de disputas. Diferentes interpretações e ênfases atribuídas ao conceito geram compreensões e práticas heterogêneas entre revistas, instituições e áreas do conhecimento (Oliveira *et al.*, 2021). No âmbito específico das Ciências Humanas, esse processo tende a ser ainda mais complexo, dado o histórico de resistência a modelos normativos de ciência, a diversidade epistemológica e a valorização de formas específicas de circulação do saber.

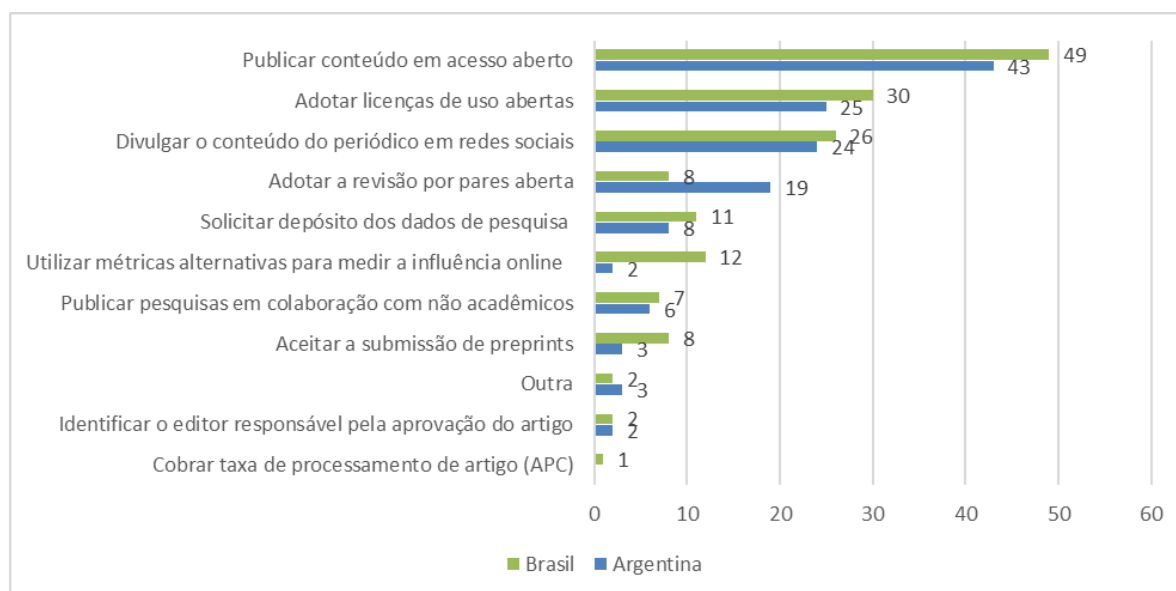
Como destaca Elena Palmero González (2022), editora da revista *Alea. Estudos Neolatinos*, aderir à lógica da ciência aberta implica transformações não apenas técnicas, mas culturais. Para além da adoção de ferramentas ou políticas específicas, trata-se de repensar concepções sobre a função social da ciência e os modos de comunicação de seus resultados. A ampliação do acesso, a transparência nos processos de avaliação, a aceitação de *preprints*, o reconhecimento do papel das redes sociais e a maior articulação com a sociedade são algumas das diretrizes que vêm sendo debatidas no campo editorial como respostas às demandas da ciência aberta.

Shintaku e Seabra Jr. (2019) elencam um conjunto de práticas consideradas centrais para a implementação da ciência aberta no âmbito editorial: publicação em acesso aberto; acolhimento de preprints; uso de licenças abertas; avaliação por pares aberta; compartilhamento de dados de pesquisa; e maior engajamento com a sociedade. A adoção dessas práticas, no entanto, não se dá de forma uniforme nem sem tensões, especialmente em periódicos que operam com recursos limitados ou que enfrentam resistências no interior das comunidades científicas a que pertencem.

Esta seção apresenta os resultados referentes às práticas editoriais que os editores consideram mais relevantes para promover a internacionalização dos periódicos no contexto da ciência aberta. A análise busca estabelecer relações entre as práticas adotadas e os sentidos atribuídos à internacionalização, oferecendo subsídios para compreender como os periódicos

das Ciências Humanas vêm negociando sua inserção em um cenário científico cada vez mais orientado por padrões de abertura, visibilidade e colaboração.

Gráfico 12 – Práticas editoriais prioritárias para a ciência aberta, por país



Fonte: Elaborado pela própria autora

A análise das respostas à pergunta sobre quais práticas da ciência aberta são consideradas mais importantes para promover a internacionalização de periódicos nas Ciências Humanas (Gráfico 12) revela uma ênfase bastante clara na publicação em acesso aberto, tanto por parte dos editores da Argentina quanto do Brasil. Essa prática foi mencionada por 43 periódicos argentinos e por 49 periódicos brasileiros, indicando uma quase unanimidade entre os editores quanto à centralidade do acesso aberto como estratégia de ampliação da visibilidade internacional.

A segunda prática mais frequentemente indicada como prioridade foi "Adotar licenças de uso abertas", mencionada por 25 periódicos argentinos e 30 periódicos brasileiros. A adoção de licenças de uso abertas — como as licenças *Creative Commons* — está alinhada com os princípios da ciência aberta, ao permitir a reutilização e a difusão do conhecimento em diferentes contextos, o que potencializa a visibilidade internacional das publicações.

A divulgação em redes sociais também se destacou, com 24 periódicos argentinos (24) e 26 brasileiros reconhecendo sua importância, o que sugere que a presença digital e a comunicação científica em plataformas online são estratégias valorizadas em ambos os

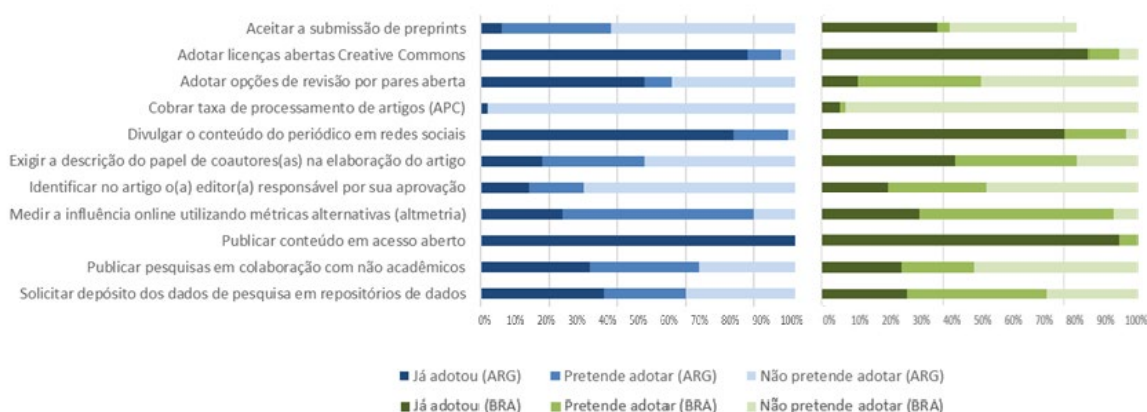
contextos para ampliar o alcance global do periódico, inclusive junto a públicos não acadêmicos.

Entretanto, algumas divergências se sobressaem. A revisão por pares aberta, por exemplo, foi apontada como importante por 19 periódicos argentinos, mas por apenas 8 dos brasileiros. Por outro lado, a utilização de métricas alternativas para medir a influência online dos artigos foi escolhida por 12 dos editores brasileiros, contra apenas 2 argentinos, evidenciando maior receptividade no Brasil a novas formas de mensuração do impacto.

Outras práticas — como aceitação de *preprints*, depósito de dados, colaboração com não acadêmicos e a identificação do editor responsável pela aprovação do artigo — receberam menor destaque em ambos os países, mas ainda assim indicam uma gama de iniciativas em processo de experimentação ou consolidação. A cobrança de APC, embora comum em periódicos de países centrais, foi mencionada apenas por um periódico brasileiro, o que confirma a tendência latino-americana de rejeição a esse modelo de financiamento, especialmente no campo das Ciências Humanas.

Dando continuidade à análise das relações entre práticas editoriais e os princípios da ciência aberta, perguntamos aos editores quais práticas relacionadas à ciência aberta já foram adotadas pelos periódicos ou se pretendem ou não adotá-las (Gráfico 13).

Gráfico 13 – Adoção de práticas editoriais para a ciência aberta, por país



Fonte: Elaborado pela própria autora

Entre as práticas analisadas, observa-se que a publicação em acesso aberto é a mais consolidada em ambos os países: 100% dos periódicos argentinos e 94% dos brasileiros

declararam já adotá-la, o que reforça os dados anteriormente discutidos sobre a predominância do acesso aberto na região.

A ênfase na publicação em acesso aberto, evidenciada pela quase unanimidade dos editores tanto da Argentina quanto do Brasil, não deve ser interpretada apenas como uma adesão recente às diretrizes da ciência aberta, mas como a continuidade de uma trajetória histórica consolidada na região. A América Latina tem desempenhado um papel de liderança global na promoção do acesso aberto, com um modelo distinto baseado em cooperação regional, financiamento público e uma infraestrutura editorial não comercial — como destacado por Ahmed e outros (2023). Essa tendência está diretamente associada às políticas públicas de fomento ao acesso aberto e à atuação de redes como a SciELO, Redalyc e Latindex, que historicamente consolidaram um modelo editorial orientado para a visibilidade da produção científica regional.

Salatino argumenta (2020) que coexistem na região duas tendências de adoção ao acesso aberto: uma voltada à valorização das epistemologias locais e à visibilização da produção científica regional, e outra orientada à inserção nos circuitos internacionais dominantes, frequentemente marcados por critérios exógenos de excelência e publicação em inglês.

Portanto, ao afirmar que o acesso aberto é a prática mais valorizada para promover a internacionalização, os editores de periódicos das Ciências Humanas da Argentina e do Brasil não apenas reconhecem seu potencial de alcance global, mas reafirmam uma estratégia editorial que alia democratização do conhecimento à resistência crítica aos modelos hegemônicos da ciência. No entanto, como apontam Bosman (2021) e Ahmed et al. (2023), a maior fragilidade desses periódicos está na sua exclusão de bases de dados internacionais de prestígio, o que compromete sua visibilidade fora da região e reforça as barreiras estruturais que marginalizam a ciência do Sul Global. Esse paradoxo sugere que a simples adoção do acesso aberto, embora essencial, não é suficiente para garantir uma internacionalização equitativa — sendo necessária também uma revisão dos critérios e políticas que regem os sistemas de indexação científica internacional.

De forma igualmente significativa, a adoção de licenças abertas do tipo *Creative Commons* — prática indicada como segunda principal prioridade pelos editores — apresenta alta adesão: 39 periódicos argentinos (85%) e 44 brasileiros (85%) já adotaram esse tipo de licença. Em um estudo com 55 periódicos latino-americanos indexados no DOAJ, Appel, Lujano e Albagli (2018) identificaram que 95% adotavam alguma forma de licença *Creative*

Commons. Outro estudo similar com editores de 420 revistas espanholas, realizado por Remédios Melero, Juan-José Boté-Vericad e Alexandre López-Borrull (2022), os autores encontraram que 82% dos editores utilizavam algum tipo de licença Creative Commons. Um estudo anterior de Appel, Albagli e Maciel (2017), com dez periódicos científicos internacionais que adotam políticas e práticas editoriais inovadoras de acesso aberto, mostrou que todos os periódicos da amostra adotavam a licença *Creative Commons* - CC BY, uma das menos restritivas para publicação de artigos.

No tocante à prática de divulgar o conteúdo dos periódicos em redes sociais, também destacada como prioritária, os resultados mostram que ela já foi incorporada pela ampla maioria dos periódicos em ambos os países (37; 80% na Argentina e 40; 85% no Brasil). Ainda assim, apenas uma pequena parcela dos periódicos (12; 26% na Argentina e 16; 30% no Brasil) faz uso da altmetria para medir sua influência online. Esse percentual acompanha os resultados encontrados por Appel, Lujano e Albagli (2018), onde apenas 9% dos periódicos contavam com dados de altmetria.

Entretanto, práticas mais disruptivas, como a adoção da revisão por pares aberta, ainda enfrentam resistência significativa. Na Argentina, 52% dos periódicos afirmam já ter adotado ou pretender adotar essa prática, enquanto no Brasil esse percentual é semelhante (52%), mas com menor proporção de adoção efetiva (12%). Tal resistência pode estar relacionada a preocupações com a viabilidade operacional do modelo, com a preservação do anonimato e com possíveis implicações reputacionais para autores e pareceristas — temas que demandam maior debate e amadurecimento no campo editorial das Humanidades. O estudo de Melero, Boté-Vericad e López-Borrull (2022) com editores de periódicos acadêmicos espanhóis também demonstrou o uso muito limitado da revisão por pares aberta. No entanto, no estudo de Appel, Lujano e Albagli (2018), 35% dos periódicos latino-americanos pesquisados afirmaram já adotar algum tipo de revisão aberta por pares. Já os resultados da pesquisa de Appel, Albagli e Maciel (2017) com periódicos internacionais inovadores mostra que 80% dos títulos da amostra contam com revisão por pares aberta pós-publicação.

A análise comparativa também revela uma diferença relevante na aceitação da submissão de *preprints*. No Brasil, 36% dos periódicos declaram já aceitar *preprints*, contra apenas 6% na Argentina. Essa discrepância pode refletir um movimento recente no cenário editorial brasileiro, impulsionado por plataformas como o SciELO Preprints, e uma maior articulação entre políticas nacionais e iniciativas internacionais voltadas à aceleração da

comunicação científica. Os resultados da pesquisa de doutorado de Lúcia da Silveira (2023) com 351 editores de periódicos brasileiros evidenciam o pouco contato com esse tipo de publicação no Brasil. Segundo a autora (Silveira, 2023), 53,6% dos editores declaram estar familiarizados com o termo e apenas 24,8% relatam ter experiência como autor ou coautor de *preprints*.

Na mesma pesquisa de Melero, Boté-Vericad e López-Borrull (2022), somente 17% dos entrevistados relataram que seus periódicos tinham uma política editorial para *preprints*. A justificativa apresentada por alguns dos editores é que em algumas áreas, como por exemplo, as ciências sociais e humanas, os *preprints* não são tão comuns. Essa visão é corroborada pelos resultados de uma pesquisa de Chris Fradkin e Rogério Mugnaini (2024) com 40 periódicos de alto desempenho do Brasil, México, Portugal e Espanha, dos quais 50% da amostra geral aceitavam a submissão de *preprints*, porém esse percentual cai para 18% quando considerados apenas os periódicos de ciências sociais.

Outro elemento importante da ciência aberta é o depósito e compartilhamento dos dados de pesquisa. Embora essa prática ainda enfrente desafios no campo das Ciências Humanas, como a ausência de políticas institucionais de apoio, à carência de infraestrutura técnica adequada e à falta de cultura de compartilhamento nesse campo disciplinar, os dados revelam uma adoção mais expressiva do que a esperada: 18 periódicos argentinos (39%) e 14 brasileiros (27%) já adotam essa orientação em suas políticas editoriais. Esses números, embora ainda distantes de uma adesão majoritária, indicam um movimento em direção à valorização da transparência metodológica e da possibilidade de reuso de dados científicos, mesmo em áreas nas quais nem sempre se trabalha com dados estruturados ou passíveis de disseminação em repositórios. A pesquisa de Melero, Boté-Vericad e López-Borrull (2022) identificou que somente 16% dos editores relataram ter uma política sobre compartilhamento de dados de pesquisa. De acordo com alguns dos editores entrevistados, o compartilhamento de dados não é tão relevante nas ciências sociais e humanas quanto nas ciências experimentais e biológicas, onde essa prática é mais generalizada. Na pesquisa de Fradkin e Mugnaini (2024) com periódicos do Brasil, México, Portugal e Espanha, 50% dos periódicos declararam promover os dados abertos, mas se considerados somente os periódicos brasileiros, o percentual cai para 12%.

Entre as práticas que visam ampliar a transparência e o rastreamento dos processos editoriais, a exigência de descrição do papel de coautores(as) vem ganhando espaço, com 9 periódicos

argentinos (24%) e 22 brasileiros (42%) já adotando essa prática. O Brasil, neste aspecto, apresenta desempenho mais expressivo, o que pode estar associado à crescente preocupação com a integridade científica e à adoção de critérios internacionais de autoria em periódicos avaliados pela Capes e outras agências.

Por fim, chama atenção o baixo índice de adoção da cobrança de taxas de processamento de artigos (APCs), com apenas 2% dos periódicos argentinos e 6% dos brasileiros recorrendo a esse modelo. A ampla rejeição a essa prática está em consonância com o modelo latino-americano de acesso aberto, que historicamente se constituiu com base em financiamento público e institucional, evitando transferir os custos da publicação para autores e leitores. Um estudo de André Appel e Sarita Albagli (2019b) com periódicos brasileiros de acesso aberto encontrou resultado similar, com apenas 6% deles aplicando taxas de processamento de artigos. No estudo de Albagli, Appel e Maciel (2017) com periódicos internacionais de acesso aberto com práticas inovadoras, os autores encontraram que 80% desses periódicos cobravam APC.

5.4 Convergências e divergências

Finalizando este capítulo, gostaria de apontar os pontos em comum, as divergências e alguns destaques em relação a definições, características e critérios da internacionalização de periódicos científicos.

Quando se fala de internacionalização, nota-se uma frequente convergência entre os dados da literatura especializada, a posição dos editores científicos e as exigências dos órgãos de avaliação e fomento em torno de três elementos: 1) a discussão em torno do uso do idioma inglês para a publicação de artigos; 2) a indexação nas bases de dados Web of Science e Scopus como garantia de qualidade do periódico; e 3) o número de citações recebidas, quase sempre atrelada ao fator de impacto como indicador de qualidade. A indexação nas bases regionais SciELO e Redalyc, embora apareçam mencionadas com certa frequência, não obtém o mesmo consenso.

Ainda dentro desses três aspectos, parece haver uma maior adesão a cada um por parte de diferentes grupos. Destaco a ênfase dos editores científicos na questão da publicação de artigos em idioma inglês, talvez devido à preocupação com os custos e a gestão necessária para concretizá-la de forma satisfatória. Na literatura sobre internacionalização de periódicos, o foco aparece na necessidade de indexação pelas bases de dados que produzem indicadores

bibliométricos, o que pode se dever ao fato de que a avaliação dos periódicos é agilizada por meio do uso de indicadores, embora lhe falte um caráter qualitativo. E, por último, a ênfase das políticas institucionais, sobretudo por parte da Capes, encontra-se no uso de indicadores bibliométricos, com destaque para o fator de impacto.

A julgar pelos discursos dos editores brasileiros, verificados a partir da literatura e dos textos assinados em editoriais, o atendimento aos critérios para indexação no SciELO se apresenta como um dos principais desafios em termos de internacionalização. Por outro lado, a indexação na Redalyc não parece ser uma preocupação para os editores brasileiros ou argentinos.

Outros aspectos vinculados à internacionalização que se apresentam de forma mais pontual em alguns discursos são: a exigência de pesquisadores estrangeiros no corpo editorial ou como autores, a publicação por editoras comerciais, o uso de sistemas de gestão editorial, a adoção de licenças abertas, o uso de redes sociais para divulgação e a disponibilidade do site da revista em inglês.

Nota-se ainda a ausência de certos temas que são de interesse dessa pesquisa, porque conectados com a temática da abertura da ciência. No conteúdo analisado, são marginais ou inexistentes as menções à importância do acesso aberto, à incorporação e gestão de dados de pesquisa junto à publicação, à colaboração com redes internacionais de editores, e ao impacto social das pesquisas publicadas.

6 CONCLUSÕES

Este estudo teve como objetivo investigar as implicações dos processos de internacionalização da produção científica sobre as políticas e práticas editoriais dos periódicos brasileiros e argentinos das Ciências Humanas. Os resultados apresentados mostram que os editores consideram importante promover a internacionalização dos periódicos das Ciências Humanas, e que essa percepção se refletiu em mudanças práticas no funcionamento das revistas. Esse vínculo entre reconhecimento da importância e ação concreta é evidenciado pelos resultados obtidos por meio de questionário: 98% dos editores afirmaram valorizar a internacionalização dos periódicos, e os dados obtidos indicam a implementação de uma ampla gama de mudanças nos periódicos, tanto em suas políticas editoriais (Gráfico 10) como na gestão editorial (Gráfico 11), com o objetivo de ampliar sua inserção internacional.

O primeiro objetivo específico da pesquisa — situar historicamente o debate sobre a internacionalização na cultura acadêmica latino-americana, a partir da década de 1950, e sua articulação com os sistemas de avaliação acadêmica e com a ciência aberta — foi alcançado por meio da discussão desenvolvida no Capítulo 3. Nesse capítulo, a partir de referenciais dos estudos decoloniais latino-americanos, problematizaram-se as relações entre produção científica, periódicos científicos, internacionalização e abertura da ciência, propondo uma interpretação mais coerente com a experiência e a cultura regionais. A reconstrução histórica acompanhou a incorporação progressiva da internacionalização à agenda científica da região, bem como sua articulação com os sistemas de avaliação e financiamento da pesquisa. Ao abordar a estrutura geopolítica do conhecimento, a cultura acadêmica latino-americana, o papel dos periódicos científicos e a emergência de práticas da ciência aberta, o capítulo contribuiu para compreender a internacionalização como um processo historicamente situado e marcado por assimetrias, disputas e reconfigurações, no qual a ciência aberta emerge como elemento potencialmente tensionador das formas tradicionais de inserção internacional.

O segundo objetivo específico — mapear e caracterizar a influência da internacionalização nas políticas e práticas editoriais de periódicos científicos brasileiros e argentinos da área de Ciências Humanas — foi atendido por meio das análises documentais desenvolvidas no Capítulo 4. Nesse capítulo, examinou-se como as políticas públicas de Ciência, Tecnologia e Inovação na América Latina passaram a ser fortemente orientadas por agendas de pesquisa associadas à ciência *mainstream* internacional, com impactos diretos sobre

os critérios de avaliação, financiamento e publicação científica. A análise buscou esclarecer os diferentes significados atribuídos ao termo “internacionalização”, a partir da literatura especializada, dos discursos de editores de periódicos das Ciências Humanas e das diretrizes formuladas por instituições de fomento e avaliação da pesquisa. Ao discutir as perspectivas de pesquisadores e editores, bem como as políticas institucionais no Brasil e em outros países da região, e os critérios adotados por bases de dados regionais como SciELO, Redalyc e Latindex, o capítulo permitiu identificar como a internacionalização se traduz em orientações mais ou menos concretas que influenciam as políticas editoriais e as práticas adotadas pelos periódicos analisados.

O terceiro objetivo específico — identificar os desafios e tendências nas políticas e práticas editoriais dos periódicos estudados, destacando como os processos de internacionalização e o movimento pela abertura da ciência influenciam as estratégias editoriais adotadas — foi alcançado por meio da análise empírica desenvolvida no Capítulo 5. Nesse capítulo, os dados coletados por meio de questionário estruturado aplicado aos editores de periódicos científicos permitiram identificar as práticas editoriais relacionadas à internacionalização e à Ciência Aberta. A articulação entre os dados empíricos e a literatura revisada permitiu contextualizar as práticas observadas à luz dos debates teóricos e das políticas de comunicação científica, bem como identificar convergências, tensões e especificidades no contexto latino-americano. Assim, o capítulo contribuiu para compreender os desafios enfrentados e as tendências emergentes nas estratégias editoriais adotadas pelos periódicos das Ciências Humanas no Brasil e na Argentina.

Duas hipóteses nortearam esta investigação: (1) que a internacionalização dos periódicos latino-americanos das Ciências Humanas é orientada, sobretudo, pelo atendimento aos critérios estabelecidos por bases de dados indexadoras; e (2) que as políticas e exigências dessas bases de dados impulsionam mudanças nas práticas editoriais das revistas da área. Os dados obtidos confirmam ambas as hipóteses. A primeira se evidencia nas estratégias declaradas pelos editores, claramente voltadas à conformidade com critérios definidos por plataformas como Scopus, Web of Science, SciELO e Redalyc. A segunda também é sustentada pelas evidências, uma vez que as alterações nas políticas de submissão, na periodicidade, nos idiomas aceitos e na composição dos comitês editoriais demonstram um processo contínuo de adaptação às exigências de indexação. Essas transformações se mostram mais marcantes entre os periódicos brasileiros, mas também ocorrem de forma significativa na Argentina. A

indexação, portanto, atua como um mecanismo regulador que influencia tanto o conteúdo quanto a forma da publicação científica, ainda que os editores mantenham certa autonomia seletiva, priorizando práticas compatíveis com suas missões institucionais e com os recursos disponíveis.

A busca pela internacionalização envolve diversas estratégias editoriais orientadas à ampliação da visibilidade, impacto e credibilidade no cenário acadêmico global. A prática editorial mais recorrente para promover a internacionalização dos periódicos, tanto no Brasil quanto na Argentina, é a colaboração com pesquisadores estrangeiros, seja como autores, revisores ou membros do conselho editorial. Essa estratégia é percebida como um diferencial que qualifica os periódicos perante bases de indexação e agências de avaliação científica.

A publicação de artigos em inglês ou em versão bilíngue é mais comum entre os periódicos brasileiros, indicando uma maior prioridade atribuída à comunicação em língua inglesa como meio de inserção internacional. No entanto, é frequente, nos dois países, a publicação de artigos em outros idiomas além do inglês, sugerindo que a expansão do alcance internacional não se restringe ao *mainstream* anglófono. Essa abertura linguística pode estar associada a estratégias de regionalização ampliada, visando atingir públicos na América Latina e em contextos multilíngues do Sul Global.

A indexação dos periódicos em bases de dados de acesso aberto — como SciELO, Redalyc e DOAJ — também aparece com destaque nos dois países. O fato de as revistas analisadas já estarem indexadas em pelo menos uma dessas bases regionais indica tanto sua qualidade editorial quanto um esforço deliberado por ampliar sua visibilidade. Essa orientação é reforçada pelo interesse expresso dos editores em alcançar indexação também em bases de dados de citação, como Scopus e Web of Science, nas quais o conjunto de periódicos latino-americanos ainda é pouco representado, como já apontado por Salatino (2021). Contudo, a periodicidade anual ou semestral, ainda comum entre periódicos argentinos, pode representar um entrave à indexação em algumas dessas plataformas, que exigem maior frequência de publicação. Esse fator limita o alinhamento aos critérios exigidos por bases de dados internacionais, especialmente aquelas voltadas a métricas de impacto.

A análise mostra que, embora editores de ambos os países estejam comprometidos com a internacionalização, suas estratégias e condições operacionais diferem. Enquanto editores argentinos priorizam melhorias técnicas e administrativas — como adoção de DOI para os artigos, verificação de plágio e uso de ORCID pelos autores —, os editores brasileiros

demonstram maior preocupação com a visibilidade internacional por meio da publicação em inglês e da reconfiguração dos conselhos editoriais. Essas escolhas refletem diferentes ênfases institucionais e contextos nacionais de avaliação e financiamento.

Alguns editores relataram que a falta de financiamento constitui um obstáculo importante à adoção de práticas voltadas à internacionalização, como a publicação em múltiplos idiomas, a colaboração com revisores estrangeiros ou a indexação em bases internacionais. De fato, para a maior parte das revistas, a dependência do trabalho voluntário dos editores, somada à ausência de reconhecimento formal desse papel, representa uma ameaça significativa à sustentabilidade editorial.

Apesar dessas restrições, os dados revelam que as revistas vêm realizando esforços concretos para se aproximar de padrões internacionais. A adoção dessas mudanças mostra que a busca pela internacionalização influencia diretamente as práticas editoriais, mesmo quando implementadas com recursos limitados. Isso se verifica em metade dos periódicos brasileiros e em mais da metade dos periódicos argentinos, que operam com pouco ou nenhum financiamento institucional.

A solicitação de apoio financeiro e/ou institucional aos organismos nacionais de fomento à publicação científica — CNPq, no caso brasileiro, e MINCYT, na Argentina — aparece como prioridade entre os editores, o que evidencia a percepção de que a internacionalização requer investimento e infraestrutura adequados. Em contrapartida, é interessante observar que, em ambos os países, a opção por publicação via editoras comerciais estrangeiras não é cogitada, demonstrando uma preferência por manter o controle institucional sobre os periódicos.

A análise das respostas dos editores revela diferenças nas prioridades e estratégias adotadas por editores argentinos e brasileiros, mas também uma série de convergências. Apesar do consenso sobre a importância da internacionalização, a pesquisa evidenciou tensões e dilemas recorrentes. Editores de ambos os países expressaram preocupações quanto à imposição do inglês como idioma dominante e à possível descaracterização do papel regional e sociocultural das revistas.

Outro ponto crítico levantado pelos editores diz respeito à capacidade técnica e orçamentária dos periódicos. Os discursos evidenciam que, mesmo diante de exigências crescentes, a maioria das revistas opera com equipes reduzidas, recursos escassos e dependência de trabalho voluntário. Essa limitação afeta também a adoção plena de práticas associadas à

ciência aberta, que exigem plataformas adequadas, formação contínua e apoio institucional estável.

A análise relativa à importância da ciência aberta mostra uma forte convergência entre os dois países quanto à valorização do acesso aberto como estratégia de internacionalização. A prevalência de práticas voltadas à ampliação do acesso e da circulação — como o uso de licenças abertas e redes sociais — reforça a ideia de que, no contexto latino-americano, a abertura da ciência é compreendida mais como democratização da comunicação científica do que como instrumento para aumentar as métricas de impacto.

Por fim, nota-se uma percepção ambígua quanto à relação com as bases indexadoras: ao mesmo tempo em que estas são vistas como canais de legitimação e visibilidade, também são percebidas como agentes de padronização excessiva, que pouco dialogam com a realidade editorial dos países latino-americanos.

Na pesquisa, é possível interpretar os processos de internacionalização das revistas científicas latino-americanas das Ciências Humanas como expressão das relações assimétricas de poder e conhecimento que estruturam a matriz colonial da modernidade, conforme formulado por Aníbal Quijano. A busca por visibilidade internacional, frequentemente mediada por exigências de indexação em bases de dados situadas no Norte global, reforça a centralidade de epistemologias e critérios de validação científica impostos por centros hegemônicos. Isso evidencia o que Quijano denominou de “colonialidade do saber” — ou seja, a subordinação das formas de produção de conhecimento do Sul Global aos parâmetros definidos pela racionalidade eurocentrada.

O estudo mostra que a internacionalização não ocorre de forma neutra, mas obedece a lógicas estruturadas por assimetrias geopolíticas. A priorização do inglês, a valorização de autores e pareceristas estrangeiros e a necessidade de adaptação a métricas globais (como fator de impacto ou indexação nas bases Scopus e Web of Science) ilustram o que Mignolo (2008, p. 300) denomina de "obediência epistêmica", ou seja, a imposição de um sistema de avaliação fundamentado na hegemonia eurocêntrica, que marginaliza saberes produzidos fora dos circuitos centrais da ciência.

Por outro lado, o fato de muitos periódicos valorizarem a circulação regional, manterem publicações em espanhol e português, recusarem a submissão a editoras comerciais estrangeiras e privilegiarem o acesso aberto pode ser interpretado como formas de "desobediência epistêmica" (Mignolo, 2008). Ou seja, estratégias editoriais que, mesmo sob pressão, resistem

à completa subordinação aos modelos do *mainstream* científico e buscam afirmar lógicas próprias de produção e circulação do saber.

As tensões identificadas entre internacionalização e compromisso local também refletem o que o projeto Modernidade/Colonialidade denuncia como o mito universalista da ciência moderna, que obscurece as condições históricas, culturais e linguísticas da produção científica. As práticas editoriais observadas sugerem que os editores latino-americanos não são apenas receptores passivos dessas dinâmicas, mas agentes que negociam, adaptam e, por vezes, tensionam as lógicas dominantes.

Neste sentido, os achados da pesquisa reforçam a pertinência de uma leitura decolonial da comunicação científica, que problematize os processos de internacionalização como mecanismos de colonialidade contemporânea, mas que também reconheça os espaços de resistência, criação e agência local. A internacionalização, nesse contexto, se apresenta não apenas como um desafio técnico-editorial, mas como um campo de disputa epistêmica e política.

A internacionalização dos periódicos latino-americanos das Ciências Humanas configura-se como um processo dinâmico, marcado por tensões, desafios e possibilidades. Se, por um lado, esse processo oferece oportunidades de ampliação da visibilidade e de inserção no circuito científico global, por outro, impõe exigências significativas de adaptação institucional, organizacional e editorial, nem sempre compatíveis com as condições concretas de funcionamento dessas revistas.

O caminho para a internacionalização de um periódico depende de uma série de fatores cuja combinação não se expressa de forma linear ou cumulativa. Trata-se de um processo que vai além do simples atendimento às normas e padrões estabelecidos pelas bases de dados indexadoras. Como já discutido em trabalho anterior (Gonçalves; Ramos; Castro, 2006), os critérios adotados pelas bases de dados não têm como objetivo definir a qualidade intrínseca de uma revista, mas selecionar títulos que se adequem a seus propósitos, públicos-alvo e áreas temáticas de interesse. Ainda assim, o atendimento a esses critérios constitui um ponto de partida relevante, uma vez que a inserção na arena da comunicação científica pressupõe o conhecimento das regras que a estruturam. E, inclusive, a possibilidade de questionar ou transformar essas regras também depende de sua compreensão e domínio.

Atender aos critérios de seleção e ser indexado por bases de dados proporciona a oportunidade de ampliar a visibilidade e a disseminação do periódico, o que representa um

passo importante no processo de internacionalização. No entanto, a visibilidade, por si só, não assegura que uma revista seja reconhecida internacionalmente como um espaço de “consagração”, ainda que esse status possa ser atribuído em âmbito local ou regional, como aponta Beigel (2016). Sob essa perspectiva, o caráter “internacional” de um periódico não decorre apenas de sua indexação ou de sua adequação a padrões globais, mas do reconhecimento de seu papel simbólico e científico por parte da comunidade acadêmica, independentemente de sua localização geográfica. São os próprios membros dessa comunidade que atribuem legitimidade e prestígio aos espaços de publicação que consideram centrais para o campo, revelando que a internacionalização é, antes de tudo, um processo social e político, e não meramente técnico.

Evidentemente, a consolidação de um periódico como referência internacional pressupõe que ele possua elevados níveis de qualidade editorial, infraestrutura adequada de publicação, equipes profissionalizadas, capacidade de gestão de um volume significativo de submissões e interlocução consistente com o circuito científico internacional. Isso inclui a constituição de um corpo editorial diversificado e reconhecido, a atração de submissões de autores com trajetória consolidada e a presença nos principais serviços de informação científica. Esse conjunto de condições tende a ser mais frequentemente encontrado em periódicos publicados por grandes editoras comerciais, reforçando desigualdades estruturais já existentes no sistema global de comunicação científica e evidenciando como a colonialidade do saber também se manifesta nas infraestruturas da publicação acadêmica. Porém, esse não deve ser — e não é — o único modelo possível. O investimento institucional e governamental na publicação científica pode resultar em revistas de alta qualidade e reconhecimento internacional, inclusive viabilizando modelos de acesso aberto Diamante, que eliminam barreiras financeiras tanto para autores quanto para leitores. Iniciativas como a SciELO e Redalyc na América Latina, Open Library of Humanities⁴¹ no Reino Unido, e Openjournals⁴², na Holanda, entre outras, são um exemplo disso.

Diante desse cenário, a questão que se impõe é: todas as revistas deveriam almejar a internacionalização? A meu ver, a resposta é não. À medida em que a produção científica atende a diferentes níveis de conhecimento e circulação, que correspondem a públicos acadêmicos e

⁴¹ Disponível em: <https://www.openlibhums.org/>. Acesso em: 05 jan. 2026.

⁴² Disponível em: <https://openjournals.nl/en/>. Acesso em: 05 jan. 2026.

não acadêmicos com diferentes interesses e alcance, os resultados de pesquisas de escopo local ou regional tendem a alcançar maior impacto social e acadêmico quando publicados em periódicos alinhados a esses contextos. Além disso, revistas voltadas a públicos em formação, como estudantes de graduação ou em iniciação científica, podem desempenhar papel fundamental na aproximação de novos pesquisadores ao campo científico, ao oferecer conteúdos contextualizados e em idiomas locais.

Independentemente de seu alcance geográfico, o que todas as revistas devem buscar é a melhoria contínua de sua qualidade editorial, de modo a cumprir adequadamente sua missão institucional, objetivos e compromissos com seus públicos.

Por outro lado, cabe também aos organismos de avaliação e fomento reconhecer e valorizar a diversidade de circuitos de circulação do conhecimento científico, por meio de programas e políticas que contemplem não apenas os espaços considerados de excelência, mas também periódicos e pesquisadores em diferentes estágios de consolidação. Embora esses organismos frequentemente utilizem critérios de bases de dados indexadoras como referência para suas decisões, é fundamental lembrar que as bases de dados não têm a função de definir políticas de financiamento, reconhecimento ou prestígio acadêmico, uma vez que operam segundo objetivos e interesses próprios. Uma abordagem mais atenta às especificidades regionais e à diversidade de formas de produzir conhecimento é fundamental para enfrentar, de maneira crítica, os efeitos da colonialidade na comunicação científica.

Nesse sentido, a ciência aberta oferece uma alternativa viável e desejável, ao valorizar práticas como o acesso aberto, o compartilhamento e a colaboração, contribuindo para a construção de modelos de internacionalização mais compatíveis com a diversidade epistêmica, linguística e institucional da região. Trata-se de um desafio urgente, diante das assimetrias que marcam o sistema científico global, e para o qual este estudo busca oferecer uma contribuição inicial, ao evidenciar práticas e estratégias editoriais no contexto dos periódicos latino-americanos das Ciências Humanas.

Conclui-se, assim, que o fortalecimento dos periódicos das Ciências Humanas no Brasil e na Argentina não depende apenas da capacidade de atender a critérios e exigências externas, mas, sobretudo, da construção de modelos editoriais sustentáveis, inclusivos e críticos, alinhados às condições institucionais e às realidades locais. Tais modelos devem ser capazes de articular qualidade e rigor científico com relevância social, compromisso regional e abertura ao diálogo internacional, preservando a diversidade de temas, idiomas e perspectivas que

caracteriza a produção científica na região. Este estudo oferece uma contribuição significativa ao campo da Ciência da Informação ao evidenciar os impactos da internacionalização sobre as políticas e práticas editoriais nas Ciências Humanas, a partir de uma perspectiva comparada entre Brasil e Argentina. Ao comparar os contextos nacionais, a pesquisa permite identificar não apenas tendências comuns, mas também trajetórias específicas moldadas por políticas públicas, estruturas institucionais e culturas acadêmicas locais.

A pesquisa também amplia a compreensão sobre como os editores de revistas das Ciências Humanas constroem, com criatividade e resiliência, estratégias para lidar com os desafios da internacionalização e da ciência aberta, mesmo em contextos marcados pela escassez de recursos e reconhecimento institucional limitado. Além de gerar conhecimento empírico sobre práticas editoriais ainda pouco exploradas, os resultados podem subsidiar estratégias de apoio técnico e financiamento, bem como fundamentar políticas públicas mais ajustadas à realidade dos periódicos da região.

Como toda investigação empírica, este estudo apresenta limitações que devem ser reconhecidas. Em primeiro lugar, a natureza do instrumento utilizado — um questionário online autoaplicado —, embora eficaz para alcançar um número representativo de respondentes, restringe a profundidade das respostas e não capta todas as complexidades dos processos editoriais. A amostragem por adesão voluntária também pode ter privilegiado editores mais engajados com a pauta da internacionalização.

Adicionalmente, há duas limitações específicas associadas aos resultados apresentados. A primeira diz respeito ao recorte geográfico, que se concentrou em apenas dois países da América Latina — Brasil e Argentina —, embora outros países da região também possuam produção científica relevante e enfrentem desafios semelhantes. A segunda limitação refere-se à taxa de resposta moderadamente baixa (26,3%), que pode afetar a representatividade dos dados e limitar a generalização dos resultados.

Apesar dessas restrições, acredito que o recorte geográfico adotado, bem como a taxa de resposta obtida, constituem uma base analítica significativa. Os dados coletados oferecem uma visão consistente e relevante das políticas e práticas editoriais dos periódicos das Ciências Humanas nos países estudados, servindo como referência importante para novas investigações e intervenções.

Além das conclusões apresentadas, este estudo levanta questões importantes para futuras pesquisas sobre a internacionalização da produção científica nas Ciências Humanas na

América Latina. Uma primeira linha de investigação diz respeito à mensuração da eficácia das ações adotadas para a internacionalização, não apenas em termos de visibilidade e indexação, mas sobretudo quanto à circulação e intercâmbio de ideias, metodologias e teorias; ao fortalecimento da colaboração entre pesquisadores de diferentes países; à formação de redes científicas mais robustas e diversificadas; e ao aumento do impacto social e acadêmico dos estudos publicados.

Outra vertente de pesquisa relevante diz respeito à interação entre a internacionalização e os sistemas nacionais de avaliação acadêmica. Considerando que os critérios de financiamento, reconhecimento e prestígio científico muitas vezes se baseiam em métricas originadas em países desenvolvidos, é necessário problematizar se os processos de internacionalização estariam, simultaneamente, reproduzindo desigualdades no campo científico latino-americano.

Por fim, recomenda-se investigar se, e como, as ações voltadas à internacionalização repercutem para além das práticas editoriais, influenciando a própria produção científica nas Ciências Humanas. Questões como a reconfiguração de agendas de pesquisa, a escolha de temas e abordagens metodológicas, e os impactos sociais da ciência produzida merecem ser exploradas com mais profundidade.

Essas perguntas em aberto delineiam um caminho promissor para aprofundar o conhecimento sobre os efeitos, limites e potencialidades da internacionalização no campo da publicação acadêmica latino-americana.

REFERÊNCIAS

ABEJÓN PEÑA, Teresa *et al.* **Características de calidad del Catálogo 2.0 (Metodología)**. Cidade do México: [s. n.], 2019.

AGUADO-LÓPEZ, Eduardo; BECERRIL-GARCÍA, Arianna. ¿Publicar o perecer? El caso de las Ciencias Sociales y las Humanidades en Latinoamérica. **Revista española de Documentación Científica**, [s. l.], v. 39, n. 4, p. 151, 2016.

AHMED, Abubakari *et al.* The future of academic publishing. **Nature Human Behaviour**, v. 7, p. 1021–1026, 2023. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41562-023-01637-2>. Acesso em: 7 jan. 2025.

ALBAGLI, Sarita. Ciência aberta em questão. *In*: ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lucia; ABDO, Alexandre Hannud (org.). **Ciência aberta, questões abertas**. Brasília/Rio de Janeiro: IBICT/UNIRIO, 2015. p. 9–26.

ALBAGLI, Sarita. Ciência aberta como instrumento de democratização do saber. **Trabalho, Educação e Saúde**, [s. l.], v. 15, n. 3, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00093>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/NjMd4mXhD43CKqXPcZKrmjj/?lang=pt>. Acesso em: 03 maio 2021.

ALBAGLI, Sarita. Ciência Aberta: movimento de movimentos. *In*: SHINTAKU, Milton; SALES, Luana (org.). **Ciência aberta para editores científicos**. Botucatu, SP: ABEC, 2019a. DOI: 10.21452/978-85-93910-02-9. Disponível em: https://www.abecbrasil.org.br/arquivos/Ciencia_aberta_editores_cientificos_Ebook.pdf. Acesso em: 20 mai. 2025.

ALBAGLI, Sarita. **Which Inclusive Globalization?** [s. l.], p. 1–15, 2019b. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/39082/>. Acesso em: 20 out. 2021.

ALBORNOZ, Denisse. **Reimagining Open Science Through a Feminist Lens**. [s. l.], 2018. Disponível em: <https://medium.com/@denalbz/reimagining-open-science-through-a-feminist-lens-546f3d10fa65>. Acesso em: 11 jun. 2019.

ALCADIPANI, Rafael. Periódicos brasileiros em inglês: a mímica do publish or perish “global”. **Revista de Administração de Empresas**, [s. l.], v. 57, n. 4, p. 405–411, 2017.

ALENCAR, Bárbara Neves; BARBOSA, Márcia Cristina. Diretrizes para celebrar acordos Read and Publish no Brasil a partir da análise dos acordos transformativos da Alemanha e Colômbia. **Transinformação**, v. 34, e220020, 2022. DOI: 10.1590/2318-0889202234e220020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/P438ZsH757jrMVmzyMtnRQb/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 27 jul. 2025.

ALENCAR, Maria Simone de Menezes; OLIVEIRA, Eloisa da Conceição Príncipe de. A internacionalização das coleções da SciELO Citation Index na área de Ciência da Informação e Biblioteconomia. **Em Questão**, [s. l.], v. 23, p. 142–158, 2017.

ALMEIDA, Jalcione. Internacionalização da educação/ensino superior. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 22, n. 54, p. 9–19, 2020. DOI: 10.1590/15174522-106128. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/vL457swh3cRPjBNZXNxBW5J/?lang=pt>. Acesso em: 04 out. 2021.

ALPERIN, Juan Pablo; ROZEMBLUM, Cecilia. La reinterpretación de visibilidad y calidad en las nuevas políticas de evaluación de revistas científicas. **Revista Interamericana de Bibliotecología**, [s. l.], v. 40, n. 3, p. 231–241, 2017.

ANTUNES, Jose Leopoldo Ferreira; BARROS, Aluisio J D; MINAYO, Maria Cecília de Souza. Caminhos da internacionalização dos periódicos de saúde coletiva. **Saúde Debate**, [s. l.], v. 43, n. 122, p. 875–882, 2019.

APPEL, André Luiz; ALBAGLI, Sarita. Dimensões tecnopolíticas e econômicas da comunicação científica em transformação. *In: XIX Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*, 2018, Londrina. Londrina: [s. n.], 2018.

APPEL, Andre; LUJANO, Ivonne; ALBAGLI, Sarita. Open Science Practices Adopted by Latin American & Caribbean Open Access Journals. *In: 22nd International Conference on Electronic Publishing - Connecting the Knowledge Commons: From Projects to Sustainable Infrastructure, ELPUB 2018*, [s. l.], 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/PROCEEDINGS.ELPUB.2018.29>. Acesso em: 4 out. 2021.

APPEL, André Luiz; ALBAGLI, Sarita. Acesso Aberto em questão: novas agendas e desafios. **Informação & Sociedade: Estudos**, [s. l.], v. 4, n. 4, p. 187–208, 2019a.

APPEL, André Luiz; ALBAGLI, Sarita. The adoption of Article Processing Charges as a business model by Brazilian Open Access journals. **Transinformação**, v. 31, e180045, 2019b. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2318-0889201931e180045>. Acesso em: 3 set. 2022.

APPEL, André Luiz; ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lucia. Open scientific journals: Emerging practices and approaches. **Information Services & Use**, v. 37, p. 475–488, 2017. DOI: 10.3233/ISU-170862. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.3233/ISU-170862>. Acesso em: 20 out. 2021.

ARAÚJO, Ronaldo Ferreira de. Marketing científico digital e métricas alternativas para periódicos: da visibilidade ao engajamento. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [s. l.], v. 20, n. 3, p. 67–84, 2015.

ARGENTINA. SISTEMA NACIONAL DE CIENCIA, TECNOLOGIA E INNOVACIÓN. **Ley 26.899 - Repositorios digitales institucionales de acceso abierto**. 3 dez. 2013. Disponível em: <https://repositoriosdigitales.mincyt.gov.ar/files/Ley26899RepositoriosDigitalesING.pdf>. Acesso em: 7 jan. 2025.

ARGENTINA. MINISTERIO DE CIENCIA TECNOLOGIA E INNOVACION PRODUCTIVA. **Sistema Nacional de Repositorios Digitales**. 16 nov. 2016. Disponível em: <https://www.argentina.gov.ar/normativa/nacional/resoluci%C3%B3n-753-2016-267833>. Acesso em: 7 jan. 2025.

BABINI, Dominique. O risco do acesso aberto ficar atrelado às editoras comerciais existentes – a necessidade de um sistema global de publicações acadêmicas de acesso aberto não comercial. **RECIIS**, [S. l.], v. 8, n. 4, 2014. DOI: 10.3395/reciis.v8i4.431. Disponível em: <https://www.reciiis.iciet.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/431>. Acesso em: 06 ago. 2021.

BABINI, Dominique. La comunicación científica en América Latina es abierta, colaborativa y no comercial. **Palabra Clave**, [s. l.], v. 8, n. 2, p. 5-6, 2019. DOI: doi.org/10.24215/18539912e065. Disponível em: https://www.scielo.org.ar/scielo.php?pid=S1853-99122019000100005&script=sci_abstract&tlng=en. Acesso em: 06 ago. 2021.

BABINI, Dominique; ROVELLI, Laura. **Tendencias recientes en las políticas científicas de ciencia abierta y acceso abierto en Iberoamérica**. Buenos Aires: CLACSO / Fundación Carolina, 2020. DOI: 10.2307/j.ctv1gm02tq. Disponível em: https://www.jstor.org/content/oa_book_monograph/j.ctv1gm02tq. Acesso em: 06 ago. 2021.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, [s. l.], n. 11, p. 89–117, 2013.

BANDEIRA, Denise Ruschel et al. PRC/Psychology: em direção à internacionalização. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, [s. l.], v. 25, n. 1, p. 03–04, 2012.

BARANGER, Denis; BEIGEL, Fernanda. La publicación en el circuito iberoamericano como modo de internacionalización de los científicos sociales argentinos. In: PIOVANI, Juan Ignacio; BARANGER, Denis; BEIGEL, Fernanda (coord.). **Las ciencias sociales en la Argentina contemporánea**. Santa Fe: Ediciones UNL; Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2023, p. 191–216. Disponível em: <https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/bitstream/CLACSO/249211/1/Las-ciencias-sociales.pdf>. Acesso em: 15 out. 2023.

BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira; NEVES, Clarissa Eckert Baeta. Internacionalização da educação superior: instituições e diplomacia do conhecimento. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 22, n. 54, p. 22–44, 2020. DOI: 10.1590/15174522-104425. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/gGxRnkpVnt66mMXyTZKW5hn/abstract/?lang=en&stop=previous&format=html>. Acesso em: 04 out. 2021.

BARRAVIERA, Benedito. A missão da ABEC frente aos desafios encontrados pelos periódicos brasileiros. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, [s. l.], v. 15, n. 2, p. v–vi, 2011.

BEIGEL, Fernanda. Publishing from the periphery: Structural heterogeneity and segmented circuits. The evaluation of scientific publications for tenure in Argentina's CONICET. **Current Sociology**, [s. l.], v. 62, n. 5, p. 743–765, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0011392114533977>. Acesso em: 24 mar. 2019.

BEIGEL, Fernanda. El nuevo carácter de la dependencia intelectual. **Cuestiones de Sociología**, [s. l.], v. 0, n. 14, p. e004–e004, 2016. Disponível em: https://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.7340/pr.7340.pdf. Acesso em: 12 jan. 2021.

BEIGEL, Fernanda. Indicadores de circulación: una perspectiva multi-escalar para medir la producción científico-tecnológica latinoamericana. **Ciencia, Tecnología y Política**, v. 2, n. 3, p. 1–12, 2019. DOI: <https://doi.org/10.24215/26183188e028>. Disponível em: <https://revistas.unlp.edu.ar/CTyP/article/view/9159>. Acesso em: 24 jan. 2022.

BEIGEL, Fernanda et al. OLIVA: La Producción Científica Indexada en América Latina. Diversidad Disciplinar, Colaboración Institucional y Multilingüismo en SciELO y Redalyc (1995-2018). **Dados**, [s. l.], v. 67, n. 1, 2023.

BEIGEL, Fernanda; DIGIAMPIETRI, Luciano. La batalla de las lenguas en la publicación nacional: Un estudio comparativo de las publicaciones del CNPq (Brasil) y Conicet (Argentina). **Tempo Social**, v. 34, n. 03, 2022. DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2022.201819. Disponível em: https://revistas.usp.br/ts/pt_BR/article/view/201819. Acesso em: 14 jul. 2024.

BENCHIMOL, Jaime L.; CERQUEIRA, Roberta C.; PAPI, Camilo. Desafios aos editores da área de humanidades no periodismo científico e nas redes sociais: reflexões e experiências. **Educação e Pesquisa**, [s. l.], v. 40, n. 2, p. 347–364, 2014.

BETHLEHEM, Jelke; BIFFIGNANDI, Silvia. **Handbook of web surveys**. Hoboken: John Wiley & Sons, Ltd, 2012.

BISPO, Marcelo de Souza. A impossibilidade da Ciência Aberta sem alteridade e pluralidade epistêmica. **Revista de Administração Contemporânea**, [s. l.], v. 26, n. 2, p. 1–7, 2022.

BONINI, Adair. Qualis de Letras/Linguística: uma análise de seus fundamentos. **Qualis de Letras/Linguística: uma análise de seus fundamentos**, [s. l.], v. 1, n. 2, p. 141–159, 2004.

BORNMANN, Lutz et al. Which aspects of the open science agenda are most relevant to scientometric research and publishing? An opinion paper. **Quantitative Science Studies**, [s. l.], v. 2, n. 2, p. 438–453, 2021.

BORREGO, Ángel; URBANO, Cristóbal. La evaluación de revistas científicas en Ciencias Sociales y Humanidades. **Informacion cultura y sociedad**, [s. l.], v. 14, n. 14, p. 11–27, 2006.

BOSMAN, J.; FRANTSVÁG, J. E.; KRAMER, B.; LANGLAIS, P.-C.; PROUDMAN, V. OA Diamond Journals Study. Part 1: Findings. **Zenodo**, 2021. DOI: 10.5281/zenodo.4558704. Disponível em: <https://zenodo.org/records/4558704>. Acesso em: 02 out. 2021.

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loic. On the Cunning of Imperialist Reason. **Theory, Culture & Society**, [s. l.], v. 16, n. 1, p. 41–58, 1999.

BRAGA FILHO, Edmar Machado. Produção e circulação internacionais do conhecimento sociológico: uma análise do conceito de dependência acadêmica. **Plural: Revista de Ciências Sociais**, v. 28, n. 1, p. 279-301, 2021. DOI: 10.11606/issn.2176-8099.pcso.2021.168086. Disponível em: https://revistas.usp.br/plural/pt_BR/article/view/168086. Acesso em: 03 abr. 2022.

CAFÉ, Anderson Luis da Paixão; RIBEIRO, Núbia Moura; PONCZEK, Roberto León. **A docilização do corpo docente na pós-graduação brasileira: um estudo sobre o modelo Capes de avaliação da produção intelectual**. Curitiba: Appris, 2018.

CALANDRA, Benedetta. De la selva brasileña a la capital de las ciencias sociales: proyectos modernizadores de la Fundación Ford en América Latina, 1927-1965. **Historia y Política**, n. 34, Madrid, 2015, p. 53–80. DOI: 10.18042/hp.34.03. Disponível em: <https://recyt.fecyt.es/index.php/Hyp/article/view/31723>. Acesso em: 07 jan. 2025.

CANAGARAJAH, Suresh. **A Geopolitics of Academic Writing**. [s. l.: s. n.], 2008. ISSN 0010096X.v. 55.

CAPES. **Guia para Aceleração da Internacionalização Institucional: Stricto Sensu**. Brasília: [s. n.], 2020.

CARTA ABERTA AO CNPQ E CAPES – 26/02/2024. [Carta aberta]. 26 fev. 2024. Disponível em: https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSef09qFjC0-CD-nJ_mk_cBfQabWDbFORUiS_1rALvBeVFkcg/viewform. Acesso em: 6 abr. 2025.

CARVALHO, Marília Pinto de; SASSERON, Lúcia Helena. A internacionalização dos periódicos brasileiros de educação: tensões de um processo em curso. **Educação e Pesquisa**, [s. l.], v. 40, n. 4, p. 869–876, 2014.

CASTRO, Lucia Rabello de. Políticas de internacionalização no ensino superior: desafios descoloniais para as ciências humanas e sociais. **Psicologia Política**, [s. l.], v. 21, n. 50, p. 39–56, 2021.

CAVALCANTE, Livia Teixeira Canuto; OLIVEIRA, Adélia Augusta Souto de. Métodos de revisão bibliográfica nos estudos científicos. **Psicol. rev. (Belo Horizonte)**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 83-102, abr. 2020. DOI: 10.5752/P.1678-9563.2020v26n1p82-100. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/psicologiaemrevista/article/view/12005>. Acesso em: 06 jan. 2025.

CETTO, A. M. **Las revistas científicas en América Latina y el acceso abierto (AA)**. Conferência impartida no Seminário regional ICTP-UNACH-UNESCO, 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/330744117_Las_revistas_cientificas_en_America_Latina_y_el_Acceso_Abierto_AA. Acesso em: 12 dez. 2025.

CHAN, Leslie et al. Open Science Beyond Open Access: For and with communities. A step towards the decolonization of knowledge. **Canadian Commission for UNESCO's IdeaLab**, Ottawa, Canada, July 2020. Disponível em: https://www.unescochair-cbrsr.org/uploads/article_category/1719980609_OS_For_and_With_Communities_EN.pdf. Acesso em: 24 out. 2021.

CHAN, Leslie; COSTA, Sely. Participation in the global knowledge commons. Challenges and opportunities for research dissemination in developing countries. **New Library World**, [s. l.], v. 106, n. 3–4, p. 141–163, 2005. DOI: 10.1108/03074800510587354. Disponível em: <https://www.emerald.com/ils/article-abstract/106/3-4/141/301426/Participation-in-the-global-knowledge?redirectedFrom=fulltext>. Acesso em: 24 out. 2021.

CHAVARRO, Diego. Índices bibliográficos na América Latina. **ComCiência**, Campinas, n. 139, jun. 2012. Disponível em: http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542012000500009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 13 jul. 2024.

CLINIO, Anne. Ciência Aberta na América Latina: duas perspectivas em disputa. **Transinformação**, [s. l.], v. 31, 2019. DOI: 10.1590/238180889201931e190028. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/pPH6wwxN6rGhyVJM83pGSnp/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 27 nov. 2021.

CNPQ. **Chamada CNPq No 15/2021 Programa Editorial**. [S. l.: s. n.], 2021. Disponível em: http://memoria2.cnpq.br/web/guest/chamadas-publicas?p_p_id=resultadosportlet_WAR_resultadoscnpqportlet_INSTANCE_0ZaM&filtro=encerradas&detalha=chamadaDivulgada&idDivulgacao=8223. Acesso em: 21 jan. 2024.

CNPQ; CAPES. **Chamada CNPq/Capes No 18/2018 – Programa Editorial**. [S. l.: s. n.], 2018. Disponível em: http://memoria2.cnpq.br/web/guest/chamadas-publicas?p_p_id=resultadosportlet_WAR_resultadoscnpqportlet_INSTANCE_0ZaM&filtro=abertas&detalha=chamadaDivulgada&idDivulgacao=11905. Acesso em: 01 nov. 2021.

CNPQ; CAPES. **Chamada CNPq/Capes N° 30/2023**, 2023. Disponível em: http://memoria2.cnpq.br/web/guest/chamadas-publicas?p_p_id=resultadosportlet_WAR_resultadoscnpqportlet_INSTANCE_0ZaM&filtro=abertas&detalha=chamadaDivulgada&idDivulgacao=11905. Acesso em: 01 nov. 2021.

COLLYER, Fran. Sociology, sociologists and core-periphery reflections. **Journal of Sociology**, [s. l.], v. 50, n. 3, p. 252–268, 2014.

COLLYER, Fran M. Global patterns in the publishing of academic knowledge: Global North, global South. **Current Sociology**, v. 66, n. 1, p. 56–73, 2018.

CONICET. **Bases para la Categorización de publicaciones periódicas para las Ciencias Sociales y Humanidades según sus sistemas de indización**. 2014. Disponível em: <https://www.caicyt-conicet.gov.ar/sitio/wp-content/uploads/2017/10/RD-20140625-2249.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2025.

CONNELL, Raewyn. A iminente revolução na teoria social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [s. l.], v. 27, n. 80, p. 09–20, 2012.

CONNELL, Raewyn. **Southern theory: The global dynamics of knowledge in social science**. [S. l.: s. n.], 2017.

CÓRDOBA GONZÁLEZ, Saray. Las revistas latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades: una mirada desde la región. In: **4a Conferencia internacional sobre calidad de revistas de ciencias sociales y humanidades (CRECS 2014)**, 2014, Madrid. Madrid: [s. n.], 2014.

CÓRDOBA GONZÁLEZ, S. Cobrar por publicar (APC) en América Latina: situación de las revistas en el 2023. **Discursos del Sur**, v. 13, p. 87–106, 2024. DOI: 10.15381/dds.n13.28656. Disponível em: <https://www.kerwa.ucr.ac.cr/items/7c641313-96a9-4655-87f1-6e7cccc441ed>. Acesso em: 30 set. 2025.

COSTA, Joyce Pereira da; COSTA, Ana Ludmila Freire; YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. A internacionalização na política científica brasileira e seus impactos para os programas de pós-graduação. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 26, n. 03, p. 881–899, nov. 2021. DOI:

10.1590/S1414-40772021000300013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/yPFcqtwgBCrRjg4mgq4ZvzQ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 17 jan. 2022.

CUETO, Marcos. **Excelencia científica en la periferia: actividades científicas e investigación biomédica en el Perú 1890-1950**. Lima: GRADE/CONCYTEC, 1989.

CUETO, Marcos. **Missionaries of science: the Rockefeller Foundation**. [s. l.], p. 171, 1994. Disponível em: <http://books.google.com/books?id=ouxCAAAMAAJ&pgis=1>. Acesso em: 2 nov. 2021.

CUETO, Marcos. Los ciclos de la erradicación: la Fundación Rockefeller y la salud pública latinoamericana, 1918–1940. In: CUETO, Marcos (ed.). **Salud, Cultura e Sociedad en América Latina**. Lima: IEP/OPS, 1996, p. 179–201.

CUETO, Marcos. Foreword. In: MEDINA, Eden; MARQUES, Ivan da Costa; HOLMES, Christina (org.). **Beyond Imported Magic: Essays on Science, Technology, and Society in Latin America**. Massachusetts: Massachusetts Institute of Technology, 2014. p. vii–x.

DE FILIPPO, Daniela; D'ONOFRIO, María Guillermina. Alcances y limitaciones de la ciencia abierta en Latinoamérica: análisis de las políticas públicas y publicaciones científicas de la región. **Hipertext.net**, [s. l.], n. 19, p. 32–48, 2019. DOI: 10.31009/HIPERTEXT.NET.2019.I19.03. Disponível em: <https://raco.cat/index.php/Hipertext/article/view/360106>. Acesso em: 04 out. 2021.

DELGADO TRONCOSO, Jorge. Papel del Acceso Abierto en el surgimiento y consolidación de las revistas arbitradas en América Latina y el Caribe. **Educación Superior y Sociedad**, v. 16, n. 2, 20 jun. 2011. DOI:10.54674/ess.v16i2.658. Disponível em: <https://ess.iesalc.unesco.org/index.php/ess3/article/view/v16i2-5>. Acesso em: 29 nov. 2021.

DIAS, Carolina; DEL RÍO RIANDE, Gimena; LUJANO VILCHIS, Ivonne. DOAJ y las revistas en acceso abierto diamante en América Latina: visibilidad y sostenibilidad en un ecosistema cambiante. **DOAJ Blog**, [s. l.], 22 jan. 2026. Disponível em: <https://blog.doaj.org/es/2026/01/22/diamond-and-apc-based-journals-in-latin-america-sustainability-in-a-changing-ecosystem>. Acesso em: 22 jan. 2026.

DIAS, Nelson Wellausen. The growing international relevance of Ambiente & Água according to Scopus CiteScore results. **Revista Ambiente & Água**, [s. l.], v. 16, n. 4, 2021.

DINIZ, Eduardo. Editorial: internacionalização dos periódicos nacionais. **Revista de Administração de Empresas**, [s. l.], v. 51, n. 4, p. 315–315, 2011.

DINIZ, Eduardo. Internacionalização da RAE: o caminho trilhado entre 2009 e 2015. **Revista de Administração de Empresas**, [s. l.], v. 55, n. 6, p. 611–611, 2015.

DUARTE, Regina Horta. Internacional: “To be or not to be?” **Varia Historia**, [s. l.], v. 32, n. 58, p. 9–12, 2016.

DUSSEL, Enrique. **El encubrimiento del otro. Hacia el origen del mito de la modernidad**. La Paz: Plural Editores - Centro de Información para el desarrollo – CID, 1994.

DUSSEL, Enrique. “Europa, modernidad y eurocentrismo”. In: LANDER, Edgardo (ed.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2000. pp. 41–53.

ECHER, Isabel Cristina. A revisão de literatura na construção do trabalho científico. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 5-20, jul. 2001. Disponível em: <https://abre.ai/f8tb>. Acesso em: 12 dez. 2025.

EDUCAÇÃO & SOCIEDADE. 25 anos de Educação & Sociedade: sua internacionalização [editorial]. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 82, p. 9–14, 2003. DOI: 10.1590/S0101-73302003000100001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/mxQXfW8mQQB7jQVVLPtLT7NS/?lang=pt>. Acesso em: 10 jan. 2021.

EYSENBACH, Gunther; STREET, Elizabeth. **Checklist for Reporting Results of Internet E-Surveys (CHERRIES)**. [S. l.: s. n.], 2004.

FAPEMIG. **Política de Periódicos para Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Universitária da UFMG, 2017.

FAPESP. **Scientific Electronic Library Online**. [S. l.], 2019. Disponível em: <https://fapesp.br/scielo>. Acesso em: 23 jan. 2022.

FARIAS, Salomão Alencar de. Internacionalização dos periódicos brasileiros. **Revista de Administração de Empresas**, [s. l.], v. 57, n. 4, p. 401–404, 2017.

FAUSTINO, D.; LIPPOLD, W. **Colonialismo digital: por uma crítica hacker-fanoniana**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2023.

FECHER, Benedikt; FRIESIKE, Sascha. Open Science: One Term, Five Schools of Thought. In: **OPENING SCIENCE: THE EVOLVING GUIDE ON HOW THE INTERNET IS CHANGING RESEARCH, COLLABORATION AND SCHOLARLY PUBLISHING**. [S. l.]: Springer International Publishing, 2014. p. 17–47.

FEIJÓ, Rosemeri Nunes; TRINDADE, Helgio. A construção da política de internacionalização para a pós-graduação brasileira. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 37, e76211, 2021. DOI: 10.1590/0104-4060.76211. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/DrZ5QRKsd7yCLvqDdH7G4bw/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 11 nov. 2022.

FERREIRA JR, Rui Seabra. A internacionalização de um periódico científico. In: **XXVI Curso de Editoração Científica**, 2019, São Paulo. São Paulo: ABEC, 2019.

FERREIRA, Daniel Carvalho; SIMIM, Thiago Aguiar. Brasil: entre la modernidad alternativa y la alternativa a la modernidad. **Iconos. Revista de Ciencias Sociales**, [s. l.], n. 57, p. 79–93, 2017.

FIOCRUZ. **A internacionalização dos periódicos científicos brasileiros**. [S. l.: s. n.], 2014.

FIORIN, José Luiz. Internacionalização da produção científica: a publicação de trabalhos de Ciências Humanas e Sociais em periódicos internacionais. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, [s. l.], v. 4, n. 8, p. 263–281, 2007.

FORTES, Rafael. Política científica no Brasil: dilemas em torno da internacionalização e do inglês. **Interfaces Brasil/Canadá**, [s. l.], v. 16, n. 1, p. 151–190, 2016.

FOSTER. **Manual de Capacitación sobre Ciencia Abierta**. 2018. ed. [S. l.: s. n.], 2018.

FRADKIN, Chris. The Internationalization of Psychology Journals in Brazil: A Bibliometric Examination Based on Four Indices. **Paidéia**, [s. l.], v. 27, n. 66, p. 7–15, 2017.

FRADKIN, Chris; MUGNAINI, Rogério. The promotion and implementation of open science measures among high-performing journals from Brazil, Mexico, Portugal, and Spain. **Learned Publishing**, v. 37, n. 3, p. e1616, 2024. DOI: 10.1002/leap.1616.

FREITAS, Max Victor Carioca; HEYMANN, Roberto Ezequiel. A internacionalização da RBR. **Revista Brasileira de Reumatologia**, [s. l.], v. 53, n. 6, p. 451–451, 2013.

FRIPPIAT, Didier; MARQUIS, Nicolas. Web surveys in the social sciences: an overview. **Population**, [s. l.], v. 65, n. 2, p. 285–312, 2010.

GATTO, Laurent. **An early career researcher's view on modern and open scholarship**. 2017. Disponível em: <https://lgatto.github.io/EPFL-open-science/>. Acesso em: 3 out. 2021.

GONÇALVES, Andréa; RAMOS, Lúcia Maria S. V. Costa; CASTRO, Regina C. Figueiredo. Revistas científicas: características, funções e critérios de qualidade. In: POBLACIÓN, Dinah Aguiar; WITTER, Geraldina Porto; SILVA, José Fernando Modesto da (Org.). **Comunicação e produção científica: contexto, indicadores e avaliação**. São Paulo: Angellara, 2006.

GONÇALVES, Andréa; ALVES, Larissa de Araújo; ALBAGLI, Sarita. Implicações da internacionalização sobre as práticas editoriais de periódicos das Ciências Humanas no Brasil e na Argentina. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 30, e103453, 2025. ISSN 1518-2924. DOI: 10.5007/1518-2924.2025.e103453. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eb/a/SfXqdfRJRrJ7GwHRLrcP9mj/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2025.

GONZÁLEZ, Elena Palmero. Apresentação do v. 24, n. 1 de Alea. Estudos Neolatinos [Editorial]. **Alea**, v. 24, n. 1, jan./apr. 2022. DOI: 10.1590/1517-106X/202224100. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/alea/a/4WpSNYTNrYrkxVHfvsFpMhxP/?lang=pt>. Acesso em: 20 nov. 2023.

GOULART, Sueli; CARVALHO, Cristina Amélia. O caráter da internacionalização da produção científica e sua acessibilidade restrita. **Revista de Administração Contemporânea**, [s. l.], v. 12, n. 3, p. 835–853, 2008.

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, [s. l.], n. 80, p. 115–147, 2008. DOI: 10.4000/RCCS.697. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/697>. Acesso em: 29 out. 2021.

GUÉDON, Jean-Claude. El acceso abierto y la división entre ciencia “principal” y “periférica”. **Crítica y Emancipación**, [s. l.], v. 6, p. 135–180, 2011.

HARNAD, Steve. et al. The access/impact and the green and gold roads to open access: an update. **Serials Review**, Greenwich, v. 34, n. 1, p. 36-40, 2008. DOI: 10.1080/00987913.2008.10765150. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/00987913.2008.10765150>. Acesso em: 14 jan. 2022.

HARVIE, David; LIGHTFOOT, Geoff; LILLEY, Simon; WEIR, Kenneth What are we to do with feral publishers? **Organization**, 19(6), 905–914, 2012. DOI: 10.1177/1350508412448859. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1350508412448859>. Acesso em: 13 ago. 2021.

HEILBRON, Johan et al. Indicators of the Internationalization of the Social Sciences and Humanities. **Serendipities - Journal for the Sociology and History of the Social Sciences**, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 131–147, 2017.

HORTA, José Silvério Baía; MORAES, Maria Célia Marcondes de. O sistema Capes de avaliação da pós-graduação: da área de educação à grande área de ciências humanas. **Revista Brasileira de Educação**, [s. l.], n. 30, 2005.

IVO, Anete B. L. As revistas acadêmicas em Ciências Sociais: antinomias entre conhecimento e norma (métricas). **Novos Debates**, [s. l.], v. 6, n. 1–2, p. 1–12, 2020.

JOKIĆ, Maja; SIROTIĆ, Grozdana. Do the international editorial board members of croatian social sciences and humanities journals contribute to their visibility? **Medijska Istrazivanja**, [s. l.], v. 21, n. 2, p. 5–32, 2015.

KELLY, Stephanie M. **Strategic philanthropy: The Ford and Rockefeller Foundations in Latin America and the origins of American global reform**. University of Houston, [s. l.], 2013.

KIND, Luciana et al. Resistência constante para desafios frequentes. **Psicologia & Sociedade**, [s. l.], v. 30, n. 0, 2018.

KNIGHT, Jane. Updating the definition of internationalization. **International Higher Education**, v. 33, 2003. Disponível em: <https://ejournals.bc.edu/index.php/ihe/article/download/7391/6588>. Acesso em: 7 jan. 2025.

KNIGHT, Jane. Five Myths about Internationalization. **International Higher Education**, n. 62, p. 14–15, 2011. Disponível em: <https://ejournals.bc.edu/index.php/ihe/article/view/8532/7666>. Acesso em: 7 jan. 2025.

KNIGHT, Jane. Cinco verdades a respeito da internacionalização. **Ensino Superior Unicamp**, 06 nov. 2012. Disponível em: <https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/international-higher-education/cinco-verdades-a-respeito-da-internacionalizacao>. Acesso em: 7 jan. 2025.

KUENZER, Acacia Zeneida; MORAES, Maria Célia Marcondes de. Temas e tramas na pós-graduação em educação. **Educação & Sociedade**, [s. l.], v. 26, n. 93, p. 1341–1362, 2005.

KULCZYCKI, Emanuel et al. Publication patterns in the social sciences and humanities: evidence from eight European countries. **Scientometrics**, [s. l.], v. 116, p. 463–486, 2018.

LAGO, Mara Coelho de Souza. Vicissitudes of internationalization: Academic articles in Brazilian journals. **Revista Estudos Feministas**, [s. l.], v. 26, n. 3, 2018.

LARIVIÈRE, Vincent; HAUSTEIN, Stefanie; MONGEON, Philippe. The oligopoly of academic publishers in the digital era. **PloS one**, v. 10, n. 6, 2015, p. e0127502. Disponível em: https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC4465327/?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 10 abr. 2024.

LATINDEX. **Productos**. [S. l.], 2018. Disponível em: <https://www.latindex.org/latindex/productos>. Acesso em: 11 jan. 2022.

LEHER, Roberto. Um Novo Senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. **Outubro**, [s. l.], v. 1, n. 3, p. 19–30, 1999. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edição-3-Artigo-03.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2021.

LEHER, Roberto. UNESCO, Banco Mundial e a educação dos países periféricos. **Roberto Leher. Universidade e sociedade**, [s. l.], v. XI, n. 25, p. 45–54, 2001.

LEHER, Roberto. Um Novo Senhor da Educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. **Outubro**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 19–30, 1999. Disponível em: <https://outubrorevista.com.br/um-novo-senhor-da-educacao-a-politica-educacional-do-banco-mundial-para-a-periferia-do-capitalismo>. Acesso em: 02 nov. 2021.

LUCHILO, Lucas Jorge. Revistas científicas: oligopolio y acceso abierto. **Revista Iberoamericana de Ciencia, Tecnología y Sociedad – CTS**, [S. l.], v. 14, n. 40, p. 41–79, 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/924/92459230002/92459230002.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2024.

MACAMBIRA, Moacir J. Buenano. O Brazilian Journal of Geology no caminho para a sua completa internacionalização. **Brazilian Journal of Geology**, [s. l.], v. 45, n. 1, p. 1–2, 2015.

MAHEIRIE, Katia; SEIBEL, Erni José. Internacionalização e visibilidade dos periódicos científicos: o que temos discutido acerca disso? **Revista de Ciências Humanas**, [s. l.], v. 48, n. 2, p. 183–183, 2014.

MARQUES, Amélia Pasqual; GUIRRO, Rinaldo Roberto de J. O início do processo de internacionalização. **Fisioterapia e Pesquisa**, [s. l.], v. 20, n. 1, p. 1–1, 2013.

MARTINS, Moisés de Lemos; MOURÃO, Marisa. Língua portuguesa e internacionalização num caminho de compromisso: políticas e práticas de três revistas científicas de acesso aberto na área das Ciências da Comunicação. In: CONFERÊNCIA LUSO-BRASILEIRA DE CIÊNCIA ABERTA (ConFOA), 12., 2021, Braga (Portugal). **Anais [...]**. Braga (Portugal): Universidade do Minho, 2021. Disponível em: <https://repositorium.uminho.pt/server/api/core/bitstreams/b20d92d0-ffbb-4ef9-8eaa-bbfd0e65fff/content>. Acesso em: 29 nov. 2022.

MARZIALE, Maria Helena Palucci. A incansável busca pela internacionalização. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, [s. l.], v. 18, n. 6, p. 1043–1044, 2010.

MASCARENHAS, Fernando; LAZZAROTTI FILHO, Ari; VIANNA, Lauro Casqueiro. Publicar em inglês ou perecer: a esfinge da internacionalização. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, [s. l.], v. 40, n. 3, p. 213–214, 2018.

MEADOWS, Arthur Jack. **A comunicação científica**. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

MELERO, Remedios; BOTÉ-VERICAD, Jordi; LÓPEZ-BORRULL, Alexandre. Perceptions regarding open science appraised by editors of scholarly publications published in Spain. **Learned Publishing**, [S. l.], v. 36, n. 2, p. 178–193, 2022. DOI: 10.1002/leap.1511. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/leap.1511>. Acesso em: 26 jan. 2025.

MIGNOLO, Walter D. The Geopolitics of Knowledge and the Colonial Difference. **The South Atlantic Quarterly**, [s. l.], v. 101, n. 1, p. 57–96, 2002.

MIGNOLO, Walter D. **La idea de América Latina: La herida colonial y la opción decolonial**. Barcelona: Gedisa, 2007.

MIGNOLO, Walter D. **Desobediência Epistêmica: a Opção Descolonial E O Significado De Identidade Em Política**. Cadernos de Letras da UFF, [s. l.], v. no 34, p. 287–324, 2008.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 94, 2017.

MIGUEL, Sandra. Revistas y producción científica de América Latina y el Caribe: su visibilidad en SciELO, RedALyC y SCOPUS. **Revista Interamericana de Bibliotecología**, [s. l.], v. 34, n. 2, p. 187–199, 2011.

MUGNAINI, R.; SALES, D. P. Mapeamento do uso de índices de citação e indicadores bibliométricos na avaliação da produção científica brasileira. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 12., 2011, Brasília. **Anais [...]**. Brasília: Thesaurus, 2011. v. 12, p. 2361–2372.

NASCIMENTO, Andréa Gonçalves do. Ciencia Abierta, acceso abierto y repositorios institucionales en Brasil. *In*: GARCÍA GUERRERO, Montserrat et al. (org.). **Ciencia Abierta: opciones y experiencias para México y Latinoamérica**. Barcelona: Octaedro, 2021. p. 63–78. Disponível em: <https://repositorio.tec.mx/items/fd403684-5d86-4f6c-9a21-0ca50da5dd17>. Acesso em: 27 abr. 2021.

NASCIMENTO, Andréa Gonçalves do; ALBAGLI, Sarita. Conceitos de ciência aberta no Brasil: uma revisão sistemática de literatura [Resumo expandido]. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, XX., 2019, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/view/1125>. Acesso em: 14 out. 2019.

NASSI-CALÒ, Lilian. Internacionalização como indicador de desempenho de periódicos do Brasil: o caso da psicologia. **Blog SciELO em Perspectiva**, [s. l.], 2017. Disponível em:

<https://blog.scielo.org/blog/2017/03/14/internacionalizacao-como-indicador-de-desempenho-de-periodicos-do-brasil-o-caso-da-psicologia/>. Acesso em: 05 set. 2021.

NEUBERT, Priscila S.; RODRIGUES, Rogério S. Oligopólios e publicação científica: a busca por impacto na América Latina. **Transinformação**, [S. l.], v. 33, e200069, 2021. DOI: 10.1590/2318-0889202133e200069. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/NJCD5gNbYN5JNmBSp7rLtBk/?lang=pt>. Acesso em: 07 abr. 2025.

OCSO – OPEN AND COLLABORATIVE SCIENCE IN DEVELOPMENT NETWORK. **Open Science Manifesto: towards an inclusive open science for social and environmental well-being**. [S. l.: s. n.], 2017. Disponível em: <https://ocsdnet.org/manifesto/open-science-manifesto/>. Acesso em: 3 out. 2021.

OLIVEIRA, Marcos de. **SciELO completa 20 anos de apoio à produção científica | AGÊNCIA FAPESP**. [S. l.], 2018. Disponível em: <https://agencia.fapesp.br/scielo-completa-20-anos-de-apoio-a-producao-cientifica/28878/>. Acesso em: 1 nov. 2021.

OLIVEIRA, Thaiane Moreira et al. Towards an Inclusive Agenda of Open Science for Communication Research: A Latin American approach. **Journal of Communication**, [s. l.], v. 00, p. 1–18, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/joc/jqab025>. Acesso em: 02 jul. 2024.

PACKER, Abel Laerte. Multilingualism in scientific literature communicated by journals from the SciELO Brazil collection. **European Review**, [S. l.], v. 32, supl. 1, p. S124–S144, 2024. DOI: 10.1017/S1062798724000103. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/european-review/article/multilingualism-in-scientific-literature-communicated-by-journals-from-the-scielo-brazil-collection/E0D126C42AD7381CF429A3C7A3DCBAA8>. Acesso em: 04 set. 2024.

PADILHA, Maria Itayra et al. A internacionalização do conhecimento e o aumento da qualidade e da visibilidade dos periódicos brasileiros. **Texto & Contexto - Enfermagem**, [s. l.], v. 23, n. 3, p. 517–518, 2014.

PAGLIARO, M. Purposeful Evaluation of Scholarship in the Open Science Era. **Challenges**, v. 12, n. 6, 2021. DOI: 10.3390/challe12010006. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2078-1547/12/1/6>. Acesso em: 14 jan. 2025.

PECEQUILO, Cristina S. **A reconfiguração do poder global em tempos de crise**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2023. 320 p.

PECI, Alketa. A política de internacionalização da RAP. **Revista de Administração de Empresas**, [s. l.], v. 50, n. 3, p. 347–349, 2016.

PECI, Alketa. Além do “cerimonialismo” das estratégias de internacionalização. **Revista de Administração Pública**, [s. l.], v. 366, n. 3, p. 0–2, 2021.

PEREIRA, Danielle Borges; LOBÃO, Irajayna de Sousa Lage; LUCAS, Elaine Rosangela de Oliveira. Internacionalização de periódicos científicos brasileiros: exigências requeridas.

Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, [s. l.], v. 13, n. esp. CBBB 2017, p. 2300–2313, 2017.

PINTO, Angelo C. Indexação, internacionalização e profissionalização. **Journal of the Brazilian Chemical Society**, [s. l.], v. 20, n. 8, p. iii–iii, 2009.

PIWOWAR, Heather; et al. The state of OA: a large-scale analysis of the prevalence and impact of Open Access articles. **PeerJ**, [s. l.], v. 6, e4375, 2018. DOI: 10.7717/peerj.4375. Disponível em: <https://peerj.com/articles/4375/>. Acesso em: 01 fev. 2021.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Apresentação da edição em português. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 3–5.

PUBLIC KNOWLEDGE PROJECT. **OJS Growth Statistics**. Atualizado em: 23 nov. 2024. Disponível em: <https://rpubs.com/saurabh90/ojs-stats-2023>. Acesso em: 11 dez. 2025.

QUIJANO, Anibal. Colonialidad y modernidad/racionalidad. **Perú Indígena**, [s. l.], v. 13, n. 29, p. 11–20, 1992. Disponível em: <https://www.lavaca.org/wp-content/uploads/2016/04/quijano.pdf>. Acesso em: 08 set. 2021.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón (org.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre/Universidad Central/Pontificia Universidad Javeriana, 2007, p. 93–126.

REDALYC. **Criterios de evaluación**. [S. l.], 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/redalyc/editores/evaluacionCriterios.html>. Acesso em: 23 jan. 2022.

REDALYC. **Presentación**. [S. l.], 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/redalyc/editores/presentacion.html>. Acesso em: 2 out. 2021.

RESTREPO, Eduardo; ROJAS, Axel. **Inflexión decolonial: fuentes, conceptos y cuestionamientos**. Popayán (Colombia): Universidad del Cauca, 2010. Disponível em: <https://www.ram-wan.net/restrepo/documentos/Inflexion.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2021.

REZENDE, Laura Vilela Rodrigues; ABADAL, Ernest. Estado da arte dos marcos regulatórios brasileiros rumo à Ciência Aberta. **Encontros Bibli**, [s. l.], v. 25, p. 1–25, 2020.

RICAURTE, P. Data Epistemologies, the Coloniality of Power, and Resistance. **Television & New Media**, 20, 350–365, 2019. DOI: 10.1177/1527476419831640. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1527476419831640>. Acesso em: 20 nov. 2023.

RODRIGUES, Rosângela Schwarz; NEUBERT, Patrícia da Silva. **Introdução à pesquisa bibliográfica**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/978-65-5805-082-7>. Acesso em: 05 jan. 2026.

SALATINO, Maximiliano. **La estructura del espacio latinoamericano de revistas científicas**. 2017. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Facultad de Ciencias Políticas y

Sociales, Universidad Nacional de Cuyo, Mendoza, 2017. Disponível em: <https://bdigital.uncu.edu.ar/10720>. Acesso em: 02 dez. 2025.

SALATINO, Maximiliano. Más allá de la indexación: circuitos de publicación de ciencias sociales en Argentina y Brasil. **Dados. Revista de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 61, n. 1, p. 1–23, jan./mar. 2018. DOI: 10.1590/001152582018152. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/J85sGK8Zr3t6NqVX8wDLwBh/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 03 out. 2021.

SALATINO, Maximiliano. Circuitos locales en contextos globales de circulación. Una aproximación a las revistas científicas argentinas. **Palabra Clave (La Plata)**, [S. l.], v. 9, n. 1, e073, 2019. DOI: 10.24215/18539912e073. Disponível em: https://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1853-99122019000200073. Acesso em: 24 jan. 2022.

SALATINO, Maximiliano. Open Access in Dispute in Latin America: Toward the Construction of Counter-Hegemonic Structures of Knowledge. In: MARTENS, Cheryl; VENEGAS, Cheryl; TAPUY, Etsa Franklin Salvio Sharupi (Ed.). **Digital Activism, Community Media, and Sustainable Communication in Latin America**. New York: Springer Nature, 2020, p. 125–148.

SALATINO, Maximiliano; BANZATO, Guillermo. Confines históricos del Acceso Abierto latinoamericano. In: BECERRIL-GARCÍA, Ariana; CÓRDOBA GONZÁLEZ, Saray (org.). **Conocimiento abierto en América Latina: trayectoria y desafíos**. [S. l.]: CLACSO; Universidad Autónoma del Estado de México, 2021. p. 79–115. Disponível em: <https://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/library?a=d&c=libros&d=Jpm4982>. Acesso em: 12 nov. 2023.

SALES, Luana; SHINTAKU, Milton. A Ciência Aberta e a necessidade de novos modelos de publicação. In: SHINTAKU, Milton; SALES, Luana. (Org.), **Ciência aberta para editores científicos**. Botucatu, SP: ABEC, 2019. DOI: 10.21452/978-85-93910-02-9. Disponível em: https://www1.abecbrasil.org.br/arquivos/ciencia_aberta_editores_cientificos_ebook.pdf. Acesso em: 19 out. 2021.

SÁNCHEZ-TARRAGÓ, N. *et al.* Las revistas científicas en América Latina hacia el camino del acceso abierto: un diagnóstico de políticas y estrategias editoriales. **Transinformação**, v. 28, n. 2, p. 159–172, maio 2016. DOI: 10.1590/2318-08892016000200003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/bg4phnKWMYkhvxxbVFMmFhf/?lang=es>. Acesso em: 20 ago. 2024.

SANTILLÁN-ALDANA, Julio Francisco et al. Características generales de las revistas científicas peruanas. **Revista Española de Documentación Científica**, [s. l.], v. 40, n. 3, p. e182–e182, 2017.

SANTILLÁN-ALDANA, Julio Francisco. **Modelos de negócio dos periódicos científicos de acesso aberto na América Latina e Caribe**. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília.

SANTIN, Dirce Maria; VANZ, Samile Andrea de Souza; STUMPF, Ida Regina Chittó. Internacionalização da produção científica brasileira: políticas, estratégias e medidas de avaliação. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, [s. l.], p. 81–100, 2016.

SANTORO, Calogero M et al. Internacionalización de Revistas Científicas en Campos Emergentes como Antropología: Desafíos y Oportunidades para Chungara. **Chungará (Arica)**, [s. l.], v. 45, n. 3, p. 367–369, 2013.

SANTOS, Manoel Antônio dos. 2012: O Ano que não termina para a Paidéia, em busca da internacionalização. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, [s. l.], v. 22, n. 53, p. 301–303, 2012.

SANTOS, Raimundo Nonato Macedo; CABALLERO-RIVERO, Alejandro; SÁNCHEZ-TARRAGÓ, Nancy. Práticas de publicação e avaliação em Ciências Sociais e Humanidades: contradições e desafios. **P2P E INOVAÇÃO**, [s. l.], v. 4, n. 1, p. 18–34, 2018.

SANTOS, Solange Maria dos. **Perfil dos periódicos científicos de Ciências Sociais e de Humanidades: mapeamento das características extrínsecas**. 2010. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade de São Paulo.

SANTOS, Solange Maria; NORONHA, Daisy Pires. Periódicos brasileiros de Ciências Sociais e Humanidades indexados na base SciELO: características formais. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [s. l.], v. 18, n. 2, p. 2–16, 2013.

SCHOTT, Thomas. World Science: Globalization of Institutions and Participation. **Science, Technology, & Human Values**, [s. l.], v. 18, n. 2, p. 196–208, 1993. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/690067>. Acesso em: 22 jul. 2021.

SCIELO. **Critérios, política e procedimentos para a admissão e a permanência de periódicos na Coleção SciELO Brasil**. São Paulo: [s. n.], 2020. Disponível em: <https://wp.scielo.org/wp-content/uploads/20200500-Criterios-SciELO-Brasil.pdf>. Acesso em: 05 out. 2021.

SCIELO. **Critérios, política e procedimentos para a admissão e a permanência de periódicos na Coleção SciELO Brasil**. São Paulo: [s. n.], 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/media/files/20240900-Criterios-SciELO-Brasil.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2025.

SHINTAKU, Milton et al. Cenário das revistas geridas pelos participantes do curso de editoração científica da ABEC. **Ciência da Informação em Revista**, [s. l.], n. Especial, p. 49–57, 2018.

SHINTAKU, Milton; SEABRA JR., Rui Ferreira. Abertura da ciência e os editores científicos. In: SHINTAKU, Milton; SALES, Luana. (Org.), **Ciência aberta para editores científicos**. Botucatu, SP: ABEC, 2019. DOI: 10.21452/978-85-93910-02-9. Disponível em: https://www.abecbrasil.org.br/arquivos/Ciencia_aberta_editores_cientificos_Ebook.pdf. Acesso em: 20 maio 2025.

SILVA, Fabiano Couto Corrêa da; SILVEIRA, Lúcia da. O ecossistema da Ciência Aberta. **Transinformação**, [s. l.], v. 31, p. 190001, 2019. DOI: 10.1590/2318-0889201931e190001.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/dJ89vRg94Qxtf6Y7M49Hztr/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 jan. 2022.

SILVEIRA, Lúcia da. **Políticas editoriais de periódicos no ecossistema da Ciência Aberta: impactos da avaliação por pares aberta, preprint e dados abertos**. 2023. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre; Barcelona, 2023.

SILVEIRA, Lúcia; BENEDET, Lara; SANTILLÁN-ALDANA, Julio. Interpretando a internacionalização dos periódicos científicos brasileiros. **Motrivivência**, [s. l.], v. 30, n. 54, p. 90–110, 2018.

SILVEIRA, L. et al.. Taxonomia da Ciência Aberta: revisada e ampliada. **Encontros Bibli**, v. 28, p. e91712, 2023. DOI: 10.5007/1518-2924.2023.e91712/53421. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/91712>. Acesso em: 05 jan. 2025.

SIVERTSEN, Gunnar. Patterns of internationalization and criteria for research assessment in the social sciences and humanities. **Scientometrics**, [s. l.], v. 107, p. 357–368, 2016.

SOLOVEY, Marina; DAYÉ, Christian. Introduction: Cold War social science, transnational entanglements. In: SOLOVEY, Marina; DAYÉ, Christian (org.). **Cold War Social Science**. Cham: Palgrave Macmillan, 2021. Cap. 1. DOI: 10.1007/978-3-030-70246-5_1. Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-030-70246-5_1. Acesso em: 15 jan. 2025.

SUTZ, Judith. Acerca de la autodeterminación científico-técnica. In: DIAZ, Elena; TEXERA, Yolanda; VESSURI, Hebe (org.). **La ciencia periférica: ciencia y sociedad en Venezuela**. Caracas: Monte Avila Editores, 1983. p. 267–285.

TELLO, A. Sobre el colonialismo digital: Datos, algoritmos y colonialidad tecnológica del poder en el sur global. **InMediaciones De La Comunicación**, 18(2), 89–110, 2023. DOI: 10.18861/ic.2023.18.2.3523. Disponível em: <https://revistas.ort.edu.uy/inmediaciones-de-la-comunicacion/article/view/3523>. Acesso em: 20 ago. 2024.

TURNER, Stephen. Las fundaciones, la financiación extranjera y las ciencias sociales: lo que sabemos. **Estudios Sociológicos**, Ciudad de México, v. 41, n. espec., p. 369–383, 2023. Epub 11 mar. 2024. DOI: 10.24201/es.2023v41nespecial.2458. Disponível em: https://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2448-64422023000400369&lng=es&nrm=iso&tlng=es. Acesso em: 04 out. 2025.

UNESCO. **Open Science**. [S. l.], 2019. Disponível em: <https://en.unesco.org/science-sustainable-future/open-science>. Acesso em: 4 out. 2021.

UNZUÉ, Martín. Autonomía, evaluación y políticas públicas: Tendencias y límites en los sistemas universitarios de Argentina y Brasil. In: UNZUÉ, Martín; EMILIOZZI, Sergio (comp.). **Universidad y políticas públicas: ¿En busca del tiempo perdido? Argentina y Brasil en perspectiva comparada**. Buenos Aires: Imago Mundi, 2013. p. 9–48.

VASEN, Federico; LUJANO VILCHIS, Ivonne. Sistemas nacionales de clasificación de revistas científicas en América Latina: tendencias recientes e implicaciones para la evaluación

académica en ciencias sociales. **Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales**, [s. l.], v. 62, n. 231, p. 199–228, 2017.

VEIGA, Ana Maria. Quais os desafios da internacionalização para os periódicos na área de Humanas? [S. l.], 2019. Disponível em: <https://humanas.blog.scielo.org/blog/2019/10/30/quais-os-desafios-da-internacionalizacao-para-os-periodicos-na-area-da-humanas/#.YXCDBhrMI2w>. Acesso em: 20 out. 2021.

VELHO, Lea. Science and technology in Latin America and the Caribbean: an overview. **UNU-INTECH Discussion Paper Series**, n. 2004-04, United Nations University – INTECH, 2004. Disponível em: <https://ideas.repec.org/p/unm/unuint/200404.html>. Acesso em: 26 ago. 2019.

VELHO, Lea. Conceitos de ciência e a política científica, tecnológica e de inovação. **Sociologias**, [s. l.], v. 13, n. 26, p. 128–153, 2011.

VENOSA, Roberto. A internacionalização da RAE. **Revista de Administração de Empresas**, [s. l.], v. 38, n. 1, 1998.

VESSURI, Hebe; GUÉDON, Jean-Claude; CETTO, Ana María. Excellence or quality? Impact of the current competition regime on science and scientific publishing in Latin America and its implications for development. **Current Sociology**, [s. l.], v. 62, n. 5, p. 647–665, 2014.

VICENTE-SÁEZ, R.; MARTÍNEZ-FUENTES, C. Open Science now: a systematic literature review for an integrated definition. **Journal of Business Research**, [s. l.], v. 88, p. 428–436, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2017.12.043>.

VOGEL, Michely Jabala Mamede. Uso de indicadores bibliométricos na avaliação da Capes: O Qualis Periódicos. In: XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (XVIII ENANCIB), 2017, Marília. **Anais [...]** Marília: [s. n.], 2017. Disponível em: http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XVIII_ENANCIB/ENANCIB/paper/viewFile/596/1066. Acesso em: 05 set. 2021.

VOGEL, Michely Jabala Mamede; KOBASHI, Nair Yumiko. Avaliação da pós-graduação no Brasil: seus critérios. In: XVI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (XVI ENANCIB), 2015. **Anais [...]** [S. l.: s. n.], 2015. Disponível em: <https://scispace.com/pdf/avaliacao-da-pos-graduacao-no-brasil-seus-criterios-5572qvtimc.pdf>. Acesso em: 05 set. 2021.

VUOTTO, Andrés; DI CÉSARE, Victoria; PALLOTTA, Natalia. Fortalezas y debilidades de las principales bases de datos de información científica desde una perspectiva bibliométrica. **Palabra Clave (La Plata)**, [s. l.], v. 10, n. 1, p. e101, 2020.

WEITZEL, S. R. As novas configurações do Acesso Aberto: desafios e propostas. **RECIIS-Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 65-75, 2014. DOI: 10.3395/reciis.v8i2.447. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/447>. Acesso em: 21 jan. 2022.

YAMAMOTO, Oswaldo H et al. Avaliação de periódicos científicos brasileiros da área da psicologia. **Ciência da Informação**, [s. l.], v. 31, n. 2, p. 163–177, 2002.

APÊNDICE A – LISTA DOS PERIÓDICOS NO CORPUS EMPÍRICO (N=450)

#	Título	ISSN	País
1	(En)clave Comahue	2545-6393	Argentina
2	Algarrobo MEL	2344-9179	Argentina
3	Anacronismo e irrupción	2250-4982	Argentina
4	Anales de arqueología y etnología (En línea)	2591-3093	Argentina
5	Anales de historia antigua medieval y moderna (En línea)	1853-1555	Argentina
6	Anales del Instituto de Arte Americano e Investigaciones Estéticas Mario J. Buschiazzo (En línea)	2362-2024	Argentina
7	Análisis filosófico (En línea)	1851-9636	Argentina
8	Andes	0327-1676	Argentina
9	Antigua Matanza	2545-8701	Argentina
10	Antiguos jesuitas en Iberoamérica	2314-3908	Argentina
11	Anuario de arqueología (En línea)	2684-0138	Argentina
12	Anuario de Investigaciones	0329-5885	Argentina
13	Anuario de la Escuela de Historia virtual	1853-7049	Argentina
14	Anuario del Instituto de Historia Argentina (En línea)	2314-257X	Argentina
15	Anuario Digital (Escuela de Historia. Facultad de Humanidades y Artes. Universidad Nacional de Rosario)	1853-8835	Argentina
16	Anuario tarea (Ciudad Autónoma de Buenos Aires. En línea)	2469-0422	Argentina
17	Archivos de historia del movimiento obrero y la izquierda (En línea)	2683-9601	Argentina
18	Argumentos (Buenos Aires)	1666-8979	Argentina
19	Arqueología (En línea)	1853-8126	Argentina
20	Astrolabio (Córdoba)	1668-7515	Argentina
21	Atek Na (Puerto Madryn En línea)	2422-6726	Argentina
22	Avá. Revista de Antropología	1515-2413	Argentina
23	Avances del Cesor (En línea)	2422-6580	Argentina
24	Boletín de Estética	2408-4417	Argentina
25	Boletín de estudios geográficos (En línea)	2525-1813	Argentina
26	Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani (En línea)	1850-2563	Argentina
27	Boletín geográfico (Neuquén. En línea)	2313-903X	Argentina

28	Calamus (Ciudad Autónoma de Buenos Aires)	2545-627X	Argentina
29	Campo Universitario	2718-6121	Argentina
30	Cielos en la historia la economía y la sociedad (En línea)	1851-3735	Argentina
31	Ciencia docencia y tecnología (En línea)	1851-1716	Argentina
32	Clío y asociados (En línea)	2362-3063	Argentina
33	Comechingonia (En línea)	2250-7728	Argentina
34	Con X (La Plata)	2469-0333	Argentina
35	Conflicto social	1852-2262	Argentina
36	Contextos de educación (En línea)	2314-3932	Argentina
37	Crítica y resistencias (En línea)	2525-0841	Argentina
38	Cuadernos de antropología social (En línea)	1850-275X	Argentina
39	Cuadernos de extensión universitaria de la UNLPam (En línea)	2718-7500	Argentina
40	Cuadernos de historia del arte (En línea)	2618-5555	Argentina
41	Cuadernos de historia. Serie Economía y Sociedad (En línea)	2422-7544	Argentina
42	Cuadernos de la Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales. Universidad Nacional de Jujuy (En línea)	1668-8104	Argentina
43	Cuadernos de Marte	1852-9879	Argentina
44	Cuadernos del Sur. Historia (En línea)	2362-2997	Argentina
45	Cuadernos Medievales (En línea)	2451-6821	Argentina
46	Cuadernos universitarios (Universidad Católica de Salta. En línea)	2250-7132	Argentina
47	Cuestión Urbana (En línea)	2545-6881	Argentina
48	Cuestiones de sociología (En línea)	2346-8904	Argentina
49	Culturas (Santa Fe. En línea)	2362-5538	Argentina
50	De prácticas y discursos	2250-6942	Argentina
51	Delito y sociedad. Revista de Ciencias Sociales (En línea)	2468-9963	Argentina
52	Descentrada (Ensenada)	2545-7284	Argentina
53	Diálogos pedagógicos (En línea)	2524-9274	Argentina
54	Diferencia(s) (Ciudad Autónoma de Buenos Aires)	2469-1100	Argentina
55	Dios y el hombre	2618-2858	Argentina
56	Educación física experiencias e investigaciones	1852-9372	Argentina
57	Educación física y ciencia (En línea)	2314-2561	Argentina
58	Educación lenguaje y sociedad (En línea)	2545-7667	Argentina

59	Educación y vínculos	2591-6327	Argentina
60	El cardo (Paraná En línea)	1851-1562	Argentina
61	e-l@tina. Revista electrónica de estudios latinoamericanos	1666-9606	Argentina
62	Ensamblés (En línea)	2422-5541	Argentina
63	Epistemología e historia de la ciencia	2525-1198	Argentina
64	Espacios en Blanco. Revista de Educación	1515-9485	Argentina
65	Estudios - Centro de Estudios Avanzados. Universidad Nacional de Córdoba	1852-1568	Argentina
66	Estudios de filosofía práctica e historia de las ideas (En línea)	1851-9490	Argentina
67	Estudios de historia de España (Ciudad Autónoma de Buenos Aires. En línea)	2469-0961	Argentina
68	Estudios del ISHiR	2250-4397	Argentina
69	Estudios del trabajo	2545-7756	Argentina
70	Estudios sociales (Santa Fe. En línea)	2250-6950	Argentina
71	Estudios Sociales Contemporáneos (En línea)	2451-5965	Argentina
72	Estudios sociales del estado	2422-7803	Argentina
73	Estudios socioterritoriales (En línea)	1853-4392	Argentina
74	Etcétera (Córdoba)	2618-4281	Argentina
75	Etnografías contemporáneas (En línea)	2451-8050	Argentina
76	Evaluar (En línea)	1667-4545	Argentina
77	Folia histórica del Nordeste (En línea)	2525-1627	Argentina
78	Geográfica digital	1668-5180	Argentina
79	Geograficando (En línea)	2346-898X	Argentina
80	Hipertextos (Ciudad Autónoma de Buenos Aires. En línea)	2314-3924	Argentina
81	Historia de la educación - anuario	2313-9277	Argentina
82	Huellas (Santa Rosa. En línea)	2362-5643	Argentina
83	Ideas (Ciudad Autónoma de Buenos Aires)	2451-6910	Argentina
84	Improntas de la historia y la comunicación	2469-0457	Argentina
85	Integración y conocimiento (En línea)	2347-0658	Argentina
86	Interdisciplinaria (En línea)	1668-7027	Argentina
87	Intersecciones en Antropología	1666-2105	Argentina
88	Invenio	0329-3475	Argentina

89	INVESTIGA + (Córdoba)	2618-4370	Argentina
90	Itinerantes (En línea)	2525-2178	Argentina
91	Itinerarios educativos (En línea)	2362-5554	Argentina
92	Journal de ciencias sociales	2362-194X	Argentina
93	La aljaba (En línea)	1669-5704	Argentina
94	La rivada (Posadas)	2347-1085	Argentina
95	La zaranda de Ideas (En línea)	1853-1296	Argentina
96	Latitud Sur (En Línea)	2683-9326	Argentina
97	Lavboratorio (En línea)	1852-4435	Argentina
98	Lúdicamente (Ciudad Autónoma de Buenos Aires)	2250-723X	Argentina
99	Magallánica (Mar del Plata)	2422-779X	Argentina
100	Masquedós (Tandil En línea)	2469-2158	Argentina
101	Memoria americana	1851-3751	Argentina
102	Memorias escritos y trabajos desde América Latina	2451-6643	Argentina
103	Metatheoria (En línea)	1853-2330	Argentina
104	Millcayac (Mendoza. En línea)	2362-616X	Argentina
105	Miríada (En línea)	2250-4621	Argentina
106	Mitológicas	0326-5676	Argentina
107	Mundo agrario (La Plata)	1515-5994	Argentina
108	Mundo de antes (En línea)	2362-325X	Argentina
109	Nuevo itinerario (En línea)	1850-3578	Argentina
110	Nuevo pensamiento (San Miguel Provincia de Buenos Aires)	1853-7596	Argentina
111	Observatorio latinoamericano	1853-2713	Argentina
112	Odisea (Ciudad Autónoma de Buenos Aires. 2014)	2408-445X	Argentina
113	Páginas (Rosario)	1851-992X	Argentina
114	Páginas de filosofía (En línea)	1853-7960	Argentina
115	Papeles de trabajo (Centro de Estudios Interdisciplinarios de Ciencias Etnoligüísticas y Antropológico-Sociales. En línea)	1852-4508	Argentina
116	Paraguay desde las ciencias sociales	2314-1638	Argentina
117	Pasado abierto	2451-6961	Argentina
118	Patristica et Mediaevelia (En línea)	2683-9636	Argentina
119	Perspectivas en Psicología: Revista de Psicología y Ciencias Afines	1668-7175	Argentina

120	Philosophia (Mendoza. En línea)	2313-9528	Argentina
121	Pirgas (San Rafael)	2684-0332	Argentina
122	Población y sociedad (En línea)	1852-8562	Argentina
123	Polhis (Mar del Plata)	1853-7723	Argentina
124	Políticas de la memoria (En línea)	2683-7234	Argentina
125	Postdata	1851-9601	Argentina
126	Praxis educativa (En línea)	2313-934X	Argentina
127	Prismas (En línea)	1852-0499	Argentina
128	Prohistoria (Rosario. En línea)	1851-9504	Argentina
129	Proyección (Mendoza. En línea)	1852-0006	Argentina
130	Psicoanálisis en la universidad (En línea)	2683-9938	Argentina
131	PSIENCIA. Revista Latinoamericana de Ciencia Psicológica	2250-5490	Argentina
132	Psocial (Ciudad Autónoma de Buenos Aires)	2422-619X	Argentina
133	Publicar en antropología y ciencias sociales (En línea)	2250-7671	Argentina
134	Quid 16	2250-4060	Argentina
135	Quinto sol (En línea)	1851-2879	Argentina
136	Registros (En línea)	2250-8112	Argentina
137	Relaciones	1852-1479	Argentina
138	Res Gesta (En línea)	2525-0884	Argentina
139	Revista administración pública y sociedad (En línea)	2524-9568	Argentina
140	Revista argentina de antropología biológica (En línea)	1853-6387	Argentina
141	Revista argentina de ciencia política (En línea)	2683-9032	Argentina
142	Revista Argentina de Ciencias del Comportamiento	1852-4206	Argentina
143	Revista Argentina de Clínica Psicológica	0327-6716	Argentina
144	Revista argentina de estudios de juventud	1852-4907	Argentina
145	Revista Asia América Latina	2524-9347	Argentina
146	Revista bíblica (En línea)	2683-7153	Argentina
147	Revista Científica Arbitrada de la Fundación MenteClara	2469-0783	Argentina
148	Revista Científica de UCES	2591-5266	Argentina
149	Revista colección (Instituto de Ciencias Políticas y Relaciones Internacionales. Universidad Católica Argentina)	1850-003X	Argentina
150	Revista Contenciosa	2347-0011	Argentina

151	Revista de educación (Mar del Plata. En línea)	1853-1326	Argentina
152	Revista de educación en biología (En línea)	2344-9225	Argentina
153	Revista de estudios clásicos (En línea)	2469-0643	Argentina
154	Revista de estudios marítimos y sociales (En línea)	2545-6237	Argentina
155	Revista de extensión universitaria (En línea)	2346-9986	Argentina
156	Revista de filosofía y teoría política (En línea)	2314-2553	Argentina
157	Revista de geografía (San Juan. En línea)	2618-2084	Argentina
158	Revista de historia americana y argentina (En línea)	2314-1549	Argentina
159	Revista de la carrera de sociología (Universidad de Buenos Aires)	1853-6484	Argentina
160	Revista de la Escuela de Antropología (En línea)	2618-2998	Argentina
161	Revista de la Escuela de Ciencias de la Educación (En línea)	2362-3349	Argentina
162	Revista de la Red de Intercátedras de Historia de América Latina Contemporánea	2250-7264	Argentina
163	Revista de Psicología (La Plata 2008 En línea)	2422-572X	Argentina
164	Revista del IICE (Ciudad Autónoma de Buenos Aires En línea)	2451-5434	Argentina
165	Revista del Instituto de Historia Antigua Oriental "Dr. Abraham Rosenvasser" (En línea)	2683-9660	Argentina
166	Revista del Instituto de Investigaciones en Educación	1853-1393	Argentina
167	Revista del Museo de Antropología	1852-4826	Argentina
168	Revista del Museo de La Plata (2016 En línea)	2545-6377	Argentina
169	Revista electrónica de fuentes y archivos	1853-4503	Argentina
170	Revista Electrónica de Investigación en Educación en Ciencias	1850-6666	Argentina
171	Revista entramados	2422-6459	Argentina
172	Revista integración y cooperación internacional	1852-9798	Argentina
173	Revista Interdisciplinaria de Estudios Sociales (En línea)	2469-1860	Argentina
174	Revista IRICE (En línea)	2618-4052	Argentina
175	Revista Latinoamericana de Antropología del Trabajo	2591-2755	Argentina
176	Revista latinoamericana de estudios rurales	2525-1635	Argentina
177	Revista Latinoamericana de Estudios sobre Cuerpos, Emociones y Sociedad	1852-8759	Argentina
178	Revista latinoamericana de filosofía	1852-7353	Argentina
179	Revista latinoamericana de metodología de las ciencias sociales	1853-7863	Argentina
180	Revista latinoamericana de psicología existencial	1853-3051	Argentina

181	Revista Pilquen. Sección Ciencias Sociales (En línea)	1851-3123	Argentina
182	Revista psicodebate: psicología cultura y sociedad	2451-6600	Argentina
183	Revista SAAP (En línea)	1853-1970	Argentina
184	Revista Sociedad (En línea)	2618-3137	Argentina
185	Revista TEFROS	1669-726X	Argentina
186	Revista Teología	2683-7307	Argentina
187	Revista transporte y territorio (En línea)	1852-7175	Argentina
188	RiHumSo (San Justo)	2250-8139	Argentina
189	Runa (En línea)	1851-9628	Argentina
190	Saberes y prácticas. Revista de filosofía y educación	2525-2089	Argentina
191	Scripta Ethnologica	0325-6669	Argentina
192	Scripta ethnologica (En línea)	1669-0990	Argentina
193	Scripta mediaevalia (En línea)	2362-4868	Argentina
194	Sociedad y Religión: Sociología, Antropología e Historia de la Religión en el Cono Sur	0326-9795	Argentina
195	Sociedades precapitalistas	2250-5121	Argentina
196	Sociohistórica (En línea)	1852-1606	Argentina
197	Studium filosofía y teología (En línea)	2591-426X	Argentina
198	Subjetividad y Procesos Cognitivos	1666-244X	Argentina
199	Sudamérica (Mar del Plata En línea)	2314-1174	Argentina
200	Synthesis (En línea)	1851-779X	Argentina
201	Tábano (En línea)	2591-572X	Argentina
202	Temas debates (En línea)	1853-984X	Argentina
203	Testimonios (Ciudad Autónoma de Buenos Aires. 2009)	1852-4532	Argentina
204	Textos y contextos desde el sur (En línea)	2347-081X	Argentina
205	Tópicos (Santa Fe. En línea)	1668-723X	Argentina
206	Trabajo y sociedad (Santiago del Estero)	1514-6871	Argentina
207	Trabajos y comunicaciones (En línea)	2346-8971	Argentina
208	Travesía (San Miguel de Tucumán)	2314-2707	Argentina
209	Unidad sociológica	2362-1850	Argentina
210	Urbania (Ciudad Autónoma de Buenos Aires. En línea)	2591-5681	Argentina
211	Virtualidad educación y ciencia	1853-6530	Argentina

212	Zona franca (Rosario. En línea)	2545-6504	Argentina
213	Acta Scientiarum. Education (Online)	2178-5201	Brasil
214	Actio	2525-8923	Brasil
215	Afro-Ásia (Online)	1981-1411	Brasil
216	Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica	1516-1498	Brasil
217	Almanack	2236-4633	Brasil
218	Amazônia: Revista de Educação em Ciências e Matemáticas	2317-5125	Brasil
219	Ambiente & Sociedade	1414-753X	Brasil
220	Anais do Museu Paulista (Online)	1982-0267	Brasil
221	Anos 90 (Online)	1983-201X	Brasil
222	Antíteses	1984-3356	Brasil
223	Antropolítica (Online)	2179-7331	Brasil
224	Anuário Antropológico (Online)	2357-738X	Brasil
225	Anuário do Instituto de Geociências (Online)	1982-3908	Brasil
226	Argumentos (Montes Claros. Online)	2527-2551	Brasil
227	Argumentos : Revista de Filosofia (Online)	1984-4255	Brasil
228	Arquivos Brasileiros de Psicologia	0100-8692	Brasil
229	ArtCultura (Online)	2178-3845	Brasil
230	Avaliação Psicológica	1677-0471	Brasil
231	Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior	1414-4077	Brasil
232	Bolema: Boletim de Educação Matemática	0103-636X	Brasil
233	Boletim Academia Paulista de Psicologia	1415-711X	Brasil
234	Boletim Cearense de Educação e História da Matemática (Online)	2447-8504	Brasil
235	Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas	1981-8122	Brasil
236	Boletim Goiano de Geografia	1984-8501	Brasil
237	Brazilian Political Science Review	1981-3821	Brasil
238	Caderno CRH	0103-4979	Brasil
239	Cadernos CEDES	0101-3262	Brasil
240	Cadernos de Filosofia Alemã (Online)	2318-9800	Brasil
241	Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas. Online)	1980-5314	Brasil
242	Cadernos Nietzsche	1413-7755	Brasil
243	Cadernos Pagu	0104-8333	Brasil

244	Caminhos de Geografia	1678-6343	Brasil
245	Canoa do Tempo (Online)	2594-8148	Brasil
246	Carta Internacional (Belo Horizonte. Online)	2526-9038	Brasil
247	Childhood & Philosophy	1984-5987	Brasil
248	Ciência & Educação (Bauru)	1516-7313	Brasil
249	Ciências Sociais Unisinos	1519-7050	Brasil
250	Ciencias Sociales y Religión (Online)	1982-2650	Brasil
251	Civitas - Revista de Ciências Sociais	1519-6089	Brasil
252	Classica (Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos. Online)	2176-6436	Brasil
253	Clio (Recife. Online)	2525-5649	Brasil
254	Conhecer (Fortaleza)	2238-0426	Brasil
255	Conjuntura Austral	2178-8839	Brasil
256	Contexto Internacional	0102-8529	Brasil
257	Contextos Clínicos	1983-3482	Brasil
258	Conversas & Controvérsias	2178-5694	Brasil
259	Dados - Revista de Ciências Sociais	0011-5258	Brasil
260	Desidades	2318-9282	Brasil
261	Devir Educação	2526-849X	Brasil
262	Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História	1415-9945	Brasil
263	Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social (Online)	2178-2792	Brasil
264	Diversitates	1984-5073	Brasil
265	EccoS Revista Científica	1517-1949	Brasil
266	Educa (Porto Velho)	2359-2087	Brasil
267	Educação	0101-465X	Brasil
268	Educação	0101-9031	Brasil
269	Educação & Formação (Fortaleza)	2448-3583	Brasil
270	Educação & Realidade	0100-3143	Brasil
271	Educação & Sociedade	0101-7330	Brasil
272	Educação e Pesquisa (Online)	1678-4634	Brasil
273	Educação em Revista	0102-4698	Brasil
274	Educação Matemática Debate	2526-6136	Brasil

275	Educação Por Escrito	2179-8435	Brasil
276	Educação Unisinos	2177-6210	Brasil
277	Educar em Revista (Online)	1984-0411	Brasil
278	Em Tese (Florianópolis)	1806-5023	Brasil
279	Ensaio (Rio de Janeiro. Online)	0104-4036	Brasil
280	Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências	1415-2150	Brasil
281	Entre-Lugar (Online)	2177-7829	Brasil
282	Esboços (Online)	2175-7976	Brasil
283	Espacialidades	1984-817X	Brasil
284	Espaço Plural	1518-4196	Brasil
285	Estilos da Clínica (Online)	1981-1624	Brasil
286	Estudos Avançados	0103-4014	Brasil
287	Estudos de Psicologia	0103-166X	Brasil
288	Estudos de Psicologia	1413-294X	Brasil
289	Estudos e Pesquisas em Psicologia	1808-4281	Brasil
290	Estudos Históricos (Rio de Janeiro)	0103-2186	Brasil
291	Estudos Ibero-Americanos	0101-4064	Brasil
292	Estudos Sociedade e Agricultura (Online)	2526-7752	Brasil
293	Filosofia Unisinos	1984-8234	Brasil
294	Fractal: Revista de Psicologia	1984-0292	Brasil
295	Fronteiras (Dourados. Online)	2175-0742	Brasil
296	Fronteiras (Florianópolis. Online)	2238-9717	Brasil
297	Geopauta	2594-5033	Brasil
298	GEOSABERES: Revista de Estudos Geoeducacionais	2178-0463	Brasil
299	GeoTextos (Online)	1984-5537	Brasil
300	GEOUSP	2179-0892	Brasil
301	GESTO-Debate	2595-3109	Brasil
302	GIS - Gesto Imagem e Som - Revista de Antropologia	2525-3123	Brasil
303	História (São Paulo)	0101-9074	Brasil
304	História da Educação	1414-3518	Brasil
305	História da Historiografia	1983-9928	Brasil
306	História, Ciências, Saúde - Manguinhos	0104-5970	Brasil

307	História: Debates e Tendências	1517-2856	Brasil
308	Homa Publica (Online)	2526-0774	Brasil
309	Horizontes (Dourados)	2318-1540	Brasil
310	Horizontes Antropológicos	0104-7183	Brasil
311	ID on line. Revista de Psicologia	1981-1179	Brasil
312	Interações: Cultura e Comunidade	1809-8479	Brasil
313	Interamerican Journal of Psychology	0034-9690	Brasil
314	INTERthesis	1807-1384	Brasil
315	Kant e-prints (Online)	1677-163X	Brasil
316	Kriterion: Revista de Filosofia	0100-512X	Brasil
317	Laplage em Revista	2446-6220	Brasil
318	Linhas Críticas (Online)	1981-0431	Brasil
319	Lua Nova: Revista de Cultura e Política	0102-6445	Brasil
320	Mana	0104-9313	Brasil
321	Manuscrito	0100-6045	Brasil
322	Memorandum (Belo Horizonte)	1676-1669	Brasil
323	Mercator (Fortaleza)	1676-8329	Brasil
324	Meta (Rio de Janeiro)	2175-2753	Brasil
325	Motricidades	2594-6463	Brasil
326	Motrivivência (Florianópolis)	2175-8042	Brasil
327	MovimentAção	2358-9205	Brasil
328	Novos estudos CEBRAP	0101-3300	Brasil
329	Olhar de Professor (Online)	1984-0187	Brasil
330	Opinião Pública	0104-6276	Brasil
331	Outros Tempos	1808-8031	Brasil
332	Paidéia	0103-863X	Brasil
333	Patryter	2595-0169	Brasil
334	Pedagogia em Foco (Online)	2178-3039	Brasil
335	Periferia	1984-9540	Brasil
336	Perspectiva Teológica	0102-4469	Brasil
337	Pesquisa e Debate em Educação (Online)	2237-9444	Brasil
338	Plurais (Salvador. Online)	2447-9373	Brasil

339	Plural (São Paulo. Online)	2176-8099	Brasil
340	Poiésis (Niterói. Online)	2177-8566	Brasil
341	Ponto Urbe	1981-3341	Brasil
342	Práxis Educacional (Online)	2178-2679	Brasil
343	Práxis Educativa (Online)	1809-4309	Brasil
344	Principia (Florianópolis. Online)	1808-1711	Brasil
345	Processando o Saber (Online)	2179-5150	Brasil
346	Pro-Posições	0103-7307	Brasil
347	Psicologia & Sociedade	0102-7182	Brasil
348	Psicologia Clínica	0103-5665	Brasil
349	Psicologia em Estudo (Online)	1807-0329	Brasil
350	Psicologia Escolar e Educacional	1413-8557	Brasil
351	Psicologia USP	0103-6564	Brasil
352	Psicologia: Ciência e Profissão	1414-9893	Brasil
353	Psicologia: Reflexão e Crítica	0102-7972	Brasil
354	Psicologia: Teoria e Pesquisa	0102-3772	Brasil
355	Psicologia: Teoria e Prática	1516-3687	Brasil
356	Psico-USF	1413-8271	Brasil
357	Regae - Revista de Gestão e Avaliação Educacional	2318-1338	Brasil
358	Religião & Sociedade	0100-8587	Brasil
359	Rematec. Revista de Matemática, Ensino e Cultura (Online)	2675-1909	Brasil
360	Research, Society and Development	2525-3409	Brasil
361	Retratos de Assentamentos (Online)	2527-2594	Brasil
362	Revemop	2596-0245	Brasil
363	REVES - Revista Relações Sociais	2595-4490	Brasil
364	Revista Ágora (Vitória)	1980-0096	Brasil
365	Revista Archai	2179-4960	Brasil
366	Revista Aurora (Online)	1982-8004	Brasil
367	Revista Binacional Brasil-Argentina	2316-1205	Brasil
368	Revista Brasileira de Ciência Política	0103-3352	Brasil
369	Revista Brasileira de Ciências Sociais	0102-6909	Brasil
370	Revista Brasileira de Educação	1413-2478	Brasil

371	Revista Brasileira de Educação do Campo	2525-4863	Brasil
372	Revista Brasileira de Educação Especial	1413-6538	Brasil
373	Revista Brasileira de Ensino de Física	1806-1117	Brasil
374	Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos	0034-7183	Brasil
375	Revista Brasileira de História	0102-0188	Brasil
376	Revista Brasileira de História da Educação	1519-5902	Brasil
377	Revista Brasileira de Orientação Profissional	1984-7270	Brasil
378	Revista Brasileira de Política Internacional	0034-7329	Brasil
379	Revista Brasileira de Psicodrama	0104-5393	Brasil
380	Revista Cerrados (Montes Claros. Online)	2448-2692	Brasil
381	Revista Científica Educ@ção Online	2526-8716	Brasil
382	Revista da Abordagem Gestáltica: Phenomenological Studies	1809-6867	Brasil
383	Revista da ANPEGE (Online)	2317-6024	Brasil
384	Revista da FAEEBA (Online)	2358-0194	Brasil
385	Revista de Antropologia (São Paulo. Online)	1678-9857	Brasil
386	Revista de Educação Matemática (Online)	2526-9062	Brasil
387	Revista de educação popular (Online)	1982-7660	Brasil
388	Revista de Educação Pública (Cuiabá. Online)	2238-2097	Brasil
389	Revista de Ensino de Biologia da SBEnBio	2763-8898	Brasil
390	Revista de História	0034-8309	Brasil
391	Revista de História da Educação Matemática	2447-6447	Brasil
392	Revista de Investigação e Divulgação em Educação Matemática	2594-4673	Brasil
393	Revista de Psicologia (Fortaleza. Online)	2179-1740	Brasil
394	Revista de Sociologia e Política	0104-4478	Brasil
395	Revista Desenvolvimento Social (Online)	2179-6807	Brasil
396	Revista Diálogo Educacional	1518-3483	Brasil
397	Revista do Instituto de Estudos Brasileiros	0020-3874	Brasil
398	Revista Docência do Ensino Superior (Online)	2237-5864	Brasil
399	Revista e-Curriculum	1809-3876	Brasil
400	Revista Educação e Políticas em Debate	2238-8346	Brasil
401	Revista Educação Especial	1808-270X	Brasil
402	Revista Espinhaço	2317-0611	Brasil

403	Revista Estudos Feministas (Online)	1806-9584	Brasil
404	Revista Geographia (Niterói. Online)	2674-8126	Brasil
405	Revista Geotemas	2236-255X	Brasil
406	Revista Gepesvida	2447-3545	Brasil
407	Revista História Econômica & História de Empresas (Online)	2525-8184	Brasil
408	Revista IDEAS (Online)	1984-9834	Brasil
409	Revista JRG de Estudos Acadêmicos	2595-1661	Brasil
410	Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental	1415-4714	Brasil
411	Revista Maracanan (Online)	2359-0092	Brasil
412	Revista mosaicum (Online)	1980-4180	Brasil
413	Revista Mundos do Trabalho	1984-9222	Brasil
414	Revista Neiba	2317-3459	Brasil
415	Revista Observatório	2447-4266	Brasil
416	Revista Odeere	2525-4715	Brasil
417	Revista Pathos	2447-6137	Brasil
418	Revista Pedagógica (Chapecó. Online)	1984-1566	Brasil
419	Revista Pesquisa Qualitativa (Online)	2525-8222	Brasil
420	Revista Pistis & Praxis: Teologia e Pastoral	1984-3755	Brasil
421	Revista Prática Docente	2526-2149	Brasil
422	Revista Processus de Políticas Públicas e Desenvolvimento Social	2675-0236	Brasil
423	Revista Reamec	2318-6674	Brasil
424	Revista Subjetividades	2359-0777	Brasil
425	Revista Tempo e Argumento	2175-1803	Brasil
426	Revista Tempos e Espaços em Educação (Online)	2358-1425	Brasil
427	Roteiro (Joaçaba. Online)	2177-6059	Brasil
428	Simbiótica	2316-1620	Brasil
429	Sociedade & Natureza	0103-1570	Brasil
430	Sociedade e Cultura	1415-8566	Brasil
431	Sociedade e Estado	0102-6992	Brasil
432	Sociologia & Antropologia	2236-7527	Brasil
433	Sociologias	1517-4522	Brasil
434	Tangram - Revista de Educação Matemática	2595-0967	Brasil

435	Temáticas (Campinas. Online)	2595-315X	Brasil
436	Tempo	1413-7704	Brasil
437	Tempo Social	0103-2070	Brasil
438	Teoria e Prática da Educação (Online)	2237-8707	Brasil
439	Texto livre	1983-3652	Brasil
440	Topoi (Rio de Janeiro)	1518-3319	Brasil
441	Trabalho & Educação (Online)	2238-037X	Brasil
442	Trabalho Educação e Saúde (Online)	1981-7746	Brasil
443	Trabalho necessário	1808-799X	Brasil
444	Trans/Form/Ação (Online)	1980-539X	Brasil
445	Travessias (Cascavel. Online)	1982-5935	Brasil
446	Trends in Psychiatry and Psychotherapy	2237-6089	Brasil
447	Trends in Psychology/Temas em Psicologia	2358-1883	Brasil
448	Trilhas Filosóficas (Online)	1984-5561	Brasil
449	Varia Historia	0104-8775	Brasil
450	VIBRANT - Vibrant Virtual Brazilian Anthropology	1809-4341	Brasil

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO

Versão em português

INTERNACIONALIZAÇÃO DOS PERIÓDICOS CIENTÍFICOS LATINO-AMERICANOS DE CIÊNCIAS HUMANAS NO CONTEXTO DA CIÊNCIA ABERTA

I – Identificação do periódico

- 1) Título do periódico*
- 2) ISSN online*
- 3) ISSN impresso
- 4) País de publicação*
 - Argentina
 - Brasil
 - Outro. Especifique o país de publicação do periódico.
- 5) Periodicidade*
 - Mensal
 - Bimestral
 - Trimestral
 - Quadrimestral
 - Semestral
 - Anual
 - Fluxo contínuo
 - Outra. Especifique a periodicidade do periódico.
- 6) Indique as plataformas onde o periódico está indexado atualmente: *
 - DOAJ
 - Latindex
 - Redalyc
 - SciELO
 - Scopus
 - Web of Science
 - Outra. Especifique outra(s) plataforma(s) onde o periódico está indexado.
- 7) Há quanto tempo exerce a função de Editor neste periódico? *
 - Menos de um ano
 - De 1 a 3 anos
 - De 3 a 5 anos
 - Mais de 5 anos

- 8) Qual é a *principal* área de conhecimento do periódico?*
- Antropologia
 - Arqueologia
 - Ciência Política e Relações Internacionais
 - Ciências da Religião e Teologia
 - Educação
 - Filosofia
 - Geografia
 - História
 - Psicologia
 - Sociologia
 - Outra. Especifique a área de conhecimento do periódico.
- 9) Em qual plataforma o periódico *prioriza* a publicação dos artigos para o público?*
- Redalyc
 - SciELO
 - Site de editora comercial
 - Site próprio da revista
 - Outra. Especifique a plataforma na qual o periódico prioriza a publicação dos artigos para o público.
- 10) Indique, *por ordem de importância*, os 3 principais fatores que motivam a priorização da publicação na plataforma anteriormente indicada.*
- Comodidade
 - Custo
 - Diretriz institucional
 - Funcionalidades
 - Maior controle do processo editorial
 - Prestígio
 - Rapidez na publicação
 - Visibilidade
 - Outro. Especifique se houver outro motivo para priorizar a publicação na plataforma indicada.
- 11) Qual a *principal* fonte de recursos financeiros do periódico atualmente?*
- Anúncios
 - Assinaturas
 - Editais de financiamento externos
 - Financiamento institucional
 - Taxas de processamento de artigo (APC, ou *Article Processing Charge*)
 - Trabalho voluntário
 - Outra. Especifique a principal fonte de financiamento do periódico.

II – Internacionalização e Ciência Aberta

12) Você considera importante promover a internacionalização dos periódicos das Ciências Humanas?

- Sim
- Não [pular para 13]

12.a) [Se sim] Entre as opções abaixo, selecione por ordem de prioridade as 3 (três) práticas editoriais que considera mais importantes para promover a internacionalização de um periódico das Ciências Humanas.

- Publicar parte dos artigos em inglês
- Publicar todos os artigos em inglês
- Publicar os artigos em versão bilíngue
- Publicar artigos em idiomas estrangeiros diferentes do inglês
- Publicar artigos de autores com afiliação estrangeira
- Ter artigos revisados por pareceristas com afiliação estrangeira
- Ter pesquisadores com afiliação estrangeira no conselho editorial
- Adotar um sistema de gestão editorial em inglês
- Ser publicado por editora comercial estrangeira
- Estar indexado em bases de dados de citação (ex.: Web of Science, Scopus)
- Estar indexado em bases de dados de acesso aberto (ex.: SciELO, Redalyc, Latindex, DOAJ)
- Outra. Especifique se houver outra prática editorial que considera importante para a internacionalização.

12.b) [Se sim] Indique, por ordem de prioridade, as 3 (três) práticas da Ciência Aberta que considera mais importantes para promover a internacionalização de um periódico das Ciências Humanas.

- Publicar conteúdo em acesso aberto
- Adotar a revisão por pares aberta
- Solicitar depósito dos dados de pesquisa em repositórios de dados
- Aceitar a submissão de preprints
- Cobrar taxa de processamento de artigo (APC)
- Publicar resultados de pesquisas desenvolvidas em colaboração com atores não acadêmicos
- Adotar licenças de uso abertas
- Identificar o editor responsável pela aprovação do artigo
- Exigir a descrição do papel de cada coautor na elaboração do documento
- Divulgar o conteúdo do periódico em redes sociais
- Medir a influência online do periódico utilizando métricas alternativas (altmetria)
- Outra. Especifique se houver outra prática da Ciência Aberta que considera importante para a internacionalização.

13) Indique se o seu periódico já adotou, pretende adotar ou não pretende adotar as seguintes ações, visando aumentar a sua internacionalização.*

Ação	Já adotou	Pretende adotar	Não pretende adotar
Traduzir artigos selecionados para o inglês			
Traduzir todos os artigos para o inglês			
Publicar edição bilíngue da revista			
Publicar artigos em idiomas estrangeiros diferentes do inglês			
Convidar pesquisadores(as) com afiliação estrangeira para publicar no periódico			
Convidar pesquisadores(as) com afiliação estrangeira para revisar os artigos			
Convidar pesquisadores(as) com afiliação estrangeira para compor o Conselho Editorial			
Adotar um sistema de gestão editorial em inglês			
Ser publicado por editora comercial estrangeira			
Submeter o periódico para indexação em bases de dados de citação (Web of Science, Scopus)			
(Para Brasil somente) Solicitar financiamento ao CNPq			

14) Indique se o seu periódico já adotou, pretende adotar ou não pretende adotar as seguintes ações relacionadas à Ciência Aberta.*

Ação	Já adotou	Pretende adotar	Não pretende adotar
Publicar conteúdo em acesso aberto			
Adotar opções de revisão por pares aberta			
Solicitar depósito dos dados de pesquisa em repositórios de dados			
Aceitar a submissão de preprints			
Cobrar taxa de processamento de artigos (APC)			
Publicar resultados de pesquisas feitas em colaboração com atores não acadêmicos			
Adotar licenças abertas Creative Commons			
Identificar no artigo o(a) editor(a) responsável por sua aprovação			
Exigir a descrição do papel de coautores(as) na elaboração do artigo			
Divulgar o conteúdo do periódico em redes sociais			
Medir a influência online utilizando métricas alternativas (altmetria)			

III – Práticas editoriais

15) Indique se, nos últimos 3 (três) anos, o seu periódico adotou alguma das seguintes mudanças na POLÍTICA EDITORIAL com o objetivo de promover a sua internacionalização.*

- Título do periódico
- Periodicidade
- Foco de interesse ou área temática
- Composição do comitê editorial
- Tipos de documentos aceitos para publicação
- Idiomas aceitos para publicação
- Normas bibliográficas para submissão de manuscritos

- Procedimentos para avaliação de manuscritos
 - Diretrizes sobre aspectos éticos
 - Licenças de uso dos artigos publicados
 - Direitos do autor
 - Outra. Especifique outras mudanças na política editorial adotadas nos últimos 3 (três) anos com o intuito de promover a internacionalização do seu periódico.
 - Não houve mudanças
- 16) Indique se, nos últimos 3 (três) anos, o seu periódico adotou alguma das seguintes mudanças na GESTÃO EDITORIAL com o objetivo de promover a sua internacionalização.*
- Capacitação da equipe editorial
 - Atualização do sistema de gestão do fluxo editorial
 - Diminuição do tempo de processamento dos manuscritos
 - Aumento do número de artigos publicados por ano
 - Publicação em fluxo contínuo
 - Priorização da publicação de artigos em idiomas estrangeiros
 - Priorização de pareceristas com afiliação institucional estrangeira
 - Priorização de autores com afiliação institucional estrangeira
 - Priorização de autores com base em seu Índice H
 - Verificação de similaridade/plágio dos manuscritos submetidos
 - Atribuição de DOI para os artigos
 - Exigência do uso de ORCID para os autores
 - Envio das edições para um repositório de preservação digital
 - Ações de marketing e divulgação online
 - Outra. Especifique outras mudanças na gestão editorial adotadas nos últimos 3 (três) anos com o intuito de promover a internacionalização do seu periódico.
 - Não houve mudanças [pular para Q19]
- 17) Se houve mudanças na política ou na gestão editorial com objetivos de internacionalização, qual foi a mais relevante e por quê?
- 18) [Se houve mudanças] Indique a(s) instância(s) que motivaram as mudanças visando a internacionalização do periódico nos últimos 3 (três) anos. (marque todos os que se aplicam)* [Opções apresentadas em ordem aleatória]
- Instituição responsável pela revista
 - Agências de financiamento
 - Bases de dados indexadoras
 - Programa de pós-graduação
 - Autores/Pesquisadores
 - Comitê editorial
 - Outros. Especifique outra instância que motivou as mudanças adotadas.

- 19) O periódico recebe algum tipo de incentivo ou subvenção institucional por estar indexado em uma base de dados?*
- Sim
 - Não [pular para Q21]

19.a) [Se recebe incentivo] Em qual(is) base(s) de dados o periódico deve estar indexado para receber essa subvenção?*

- DOAJ
- Latindex
- Redalyc
- SciELO
- Scopus
- Web of Science
- Outra. Especifique outra(s) base(s) de dados onde o periódico deve estar indexado para ter acesso à subvenção.

20) Use esse campo para deixar quaisquer comentários adicionais.

IV – Informações de contato

21) Aceitaria participar de uma entrevista para esta pesquisa sobre a internacionalização dos periódicos latino-americanos de Ciências Humanas?*

- Sim
- Não

22) Gostaria de receber os resultados parciais dessa pesquisa após a etapa de coleta de dados?*

- Sim
- Não

23) Caso aceite ser contactado para participar da entrevista ou para receber os resultados parciais da pesquisa, informe seu endereço de e-mail.

Versão em espanhol**INTERNACIONALIZACIÓN DE LAS REVISTAS CIENTÍFICAS LATINOAMERICANAS DE CIENCIAS SOCIALES Y HUMANIDADES EN EL CONTEXTO DE LA CIENCIA ABIERTA*****I – Identificación de la revista***

- 1) Título de la revista*
- 2) ISSN online*
- 3) ISSN impreso
- 4) País de publicación*
 - Argentina
 - Brasil
 - Otro. Especificar el país de publicación de la revista.
- 5) Periodicidad*
 - Mensual
 - Bimestral
 - Trimestral
 - Cuatrimestral
 - Semestral
 - Anual
 - Publicación continua
 - Otra. Especificar la periodicidad de la revista.
- 6) Indicar las plataformas donde la revista se encuentra indexada actualmente: *
 - DOAJ
 - Latindex
 - Redalyc
 - Scielo
 - Scopus
 - Web of Science
 - Otra. Especificar otra(s) plataforma(s) donde la revista está indexada.
- 7) ¿Hace cuánto tiempo actúa como Editor de esta revista? *
 - Menos de un año
 - De 1 a 3 años
 - De 3 a 5 años
 - Más de 5 años
- 8) ¿Cual es la *principal* área de conocimiento que abarca la revista? *
 - Antropología

- Arqueología
 - Ciencia Política y Relaciones Internacionales
 - Ciencias de la Religión y Teología
 - Educación
 - Filosofía
 - Geografía
 - Historia
 - Psicología
 - Sociología
 - Otra. Especificar el área de conocimiento de la revista.
- 9) ¿Qué plataforma prioriza la revista para la publicación de artículos?*
- El propio sitio web de la revista
 - Redalyc
 - SciELO
 - Sitio web de editorial comercial
 - Otra. Especificar la plataforma en la que prioriza la publicación de artículos para el público.
- 10) Indicar en orden de importancia los 3 principales factores que motivan la priorización de la plataforma antes indicada.*
- Comodidad
 - Costo
 - Política institucional
 - Características técnicas
 - Mayor control del proceso editorial
 - Prestigio
 - Velocidad de publicación
 - Visibilidad
 - Otro. Especificar si hay otro motivo para priorizar la publicación en la plataforma indicada.
- 11) ¿Cuál es la principal fuente de recursos económicos de la revista en la actualidad?*
- Anuncios
 - Suscripciones
 - Convocatorias de financiación externa
 - Financiamiento institucional
 - Cargos por procesamiento de artículos (APC o *Article Processing Charges*)
 - Trabajo voluntario
 - Otra. Especificar la fuente principal de recursos económicos de la revista.

II – Internacionalización y Ciencia Abierta

- 12) ¿Considera importante promover la internacionalización de las revistas de Ciencias Sociales y Humanidades?
- Sí
 - No [saltar a 13]

12.a) [Sí] Entre las siguientes opciones, seleccione en orden de prioridad las 3 (tres) prácticas editoriales que considere más importantes para promover la internacionalización de una revista de Ciencias Sociales y Humanidades.

- Publicar algunos artículos en inglés
- Publicar todos los artículos en inglés
- Publicar los artículos en versión bilingüe
- Publicar artículos en idiomas extranjeros distintos al inglés
- Publicar artículos de autores con afiliación extranjera
- Hacer revisar los artículos por evaluadores con afiliación extranjera
- Contar con investigadores de afiliación extranjera en el Comité Editorial
- Adoptar un sistema de gestión editorial en inglés
- Publicar la revista por una editorial comercial extranjera
- Estar indexada en bases de datos de citación (por ejemplo, Web of Science, Scopus)
- Estar indexada en bases de datos de acceso abierto (ej. Scielo, Redalyc, Latindex, DOAJ)
- Otra. Especificar si hay otra práctica editorial que considere importante para la internacionalización.

12.b) [Sí] Indique, en orden de prioridad, las 3 (tres) prácticas de Ciencia Abierta que considere más importantes para promover la internacionalización de una revista de Ciencias Sociales y Humanidades.

- Publicar contenido en acceso abierto
- Adoptar la revisión por pares abierta
- Solicitar depósito de datos de investigación en repositorios de datos
- Aceptar envíos de preprints
- Cobrar cargos por procesamiento de artículos (APC)
- Publicar resultados de investigación desarrollados en colaboración con actores no académicos
- Adoptar licencias de uso abiertas
- Identificar al editor responsable de aprobar el artículo
- Requerir una descripción del rol de cada coautor en la preparación del documento
- Promover el contenido de la revista en redes sociales
- Medir la influencia online utilizando métricas alternativas (altmetría)
- Otra. Especificar si hay otra práctica de Ciencia Abierta que considere importante para la internacionalización.

13) Indique si su revista ya adoptó, pretende adoptar o no pretende adoptar las siguientes acciones, con el objetivo de incrementar su internacionalización.*

Acción	Ya adoptó	Pretende adoptar	No pretende adoptar
Traducir artículos seleccionados al inglés			
Traducir todos los artículos al inglés			
Publicar una edición bilingüe de la revista			
Publicar artículos en idiomas extranjeros distintos al inglés			
Invitar a investigadores con afiliación extranjera a publicar en la revista			

Invitar a investigadores con afiliación extranjera a revisar artículos			
Invitar a investigadores con afiliación extranjera a formar parte del Comité Editorial			
Adoptar un sistema de gestión editorial en inglés			
Ser publicado por una editorial comercial extranjera			
Postular indexación de la revista en bases de datos de citas (Web of Science, Scopus)			
(Para Argentina solamente) Solicitar evaluación al CAICYT			

14) Indique si su revista ya ha adoptado, tiene intención de adoptar o no tiene intención de adoptar las siguientes acciones relacionadas con la Ciencia Abierta.*

Acción	Ya adoptó	Pretende adoptar	No pretende adoptar
Publicar contenido en acceso abierto			
Adoptar opciones de revisión por pares abierta			
Solicitar depósito de datos de investigación en repositorios de datos			
Aceptar envío de preprints			
Cobrar cargos de procesamiento de artículos (APC)			
Publicar resultados de investigaciones realizadas en colaboración con actores no académicos			
Adoptar licencias abiertas Creative Commons			
Identificar en el artículo al editor responsable de su aprobación			
Requerir la descripción del papel de los coautores en la preparación del artículo			
Promover el contenido de la revista en redes sociales			
Medir la influencia online utilizando métricas alternativas (altmetría)			

III – Prácticas editoriales

15) Indique si la revista ha adoptado alguno de los siguientes cambios en la POLÍTICA EDITORIAL en los últimos 2 años, con el objetivo de promover su internacionalización.*

- Título de la revista
- Periodicidad
- Foco de interés o área temática
- Composición del Comité Editorial
- Tipos de documentos aceptados para publicación
- Idiomas aceptados para publicación
- Normas bibliográficas para el envío de manuscritos
- Procedimientos para la evaluación de manuscritos
- Directrices sobre aspectos éticos
- Licencias de uso de los artículos publicados
- Derechos de autor
- Otro. Especifique otros cambios en la política editorial adoptados en los últimos 2 años con el fin de promover la internacionalización de su revista.
- No hubo cambios

16) Indique si su revista ha adoptado alguno de los siguientes cambios en la GESTIÓN EDITORIAL en los últimos 2 años, con el objetivo de promover su internacionalización.*

- Capacitación del equipo editorial
- Actualización del sistema de gestión del flujo editorial
- Disminución del tiempo de procesamiento del manuscrito
- Incremento en el número de artículos publicados por año
- Publicación continua
- Priorización de la publicación de artículos en lenguas extranjeras
- Priorización de revisores con afiliación institucional extranjera
- Priorización de autores con afiliación institucional extranjera
- Priorización de autores en función de su Índice H
- Comprobación de similitud/plagio en los manuscritos enviados
- Asignación de DOI a los artículos
- Requisito de uso de ORCID para autores
- Envío de las ediciones para un repositorio de preservación digital
- Acciones de promoción y difusión
- Otro. Especifique otros cambios en la gestión editorial adoptados en los últimos 2 años con el fin de promover la internacionalización de su revista.
- No hubo cambios [saltar a Q19]

17) Si hubo cambios en la política editorial o de gestión con objetivos de internacionalización, ¿cuál fue el más relevante y por qué?

18) [Si hubo cambios] Indique la(s) instancia(s) que motivaron los cambios hacia la internacionalización en los últimos 2 años. (Marque todo lo que corresponda)*

- Institución responsable de la revista
- Agencias de financiación
- Bases de datos de indexación
- Programa de posgrado
- Autores/Investigadores
- Comité Editorial
- Otros. Especificar otra instancia que motivó los cambios adoptados.

19) ¿La revista recibe algún tipo de incentivo o subsidio institucional por estar indexada en una base de datos?*

- Sí
- No [saltar para Q21]

19.a) [Si recibe incentivo] ¿En qué base(s) de datos debe estar indexada la revista para tener acceso a esta subvención?*

- DOAJ
- Latindex
- Redalyc
- Scielo

- Scopus
- Web of Science
- Otra. Especifique otra(s) base(s) de datos donde la revista debe estar indexada para acceder a la subvención.

20) Utilice este campo para enviar cualquier comentario adicional.

IV – Información de contacto

- 21) ¿Aceptaría participar de una entrevista para esta investigación sobre la internacionalización de las revistas latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades?*
- Sí
 - No
- 22) ¿Le gustaría recibir los resultados parciales de esta encuesta después de la etapa de recolección de datos?*
- Sí
 - No
- 23) Si acepta que lo/a contactemos para participar en la entrevista o para recibir resultados parciales de la encuesta, informe su dirección de correo electrónico.

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado(a) a participar desta pesquisa de Doutorado, que tem como objetivo investigar as implicações da internacionalização da produção científica sobre as políticas e práticas editoriais dos periódicos latino-americanos das Ciências Humanas, no contexto da Ciência Aberta.

Participam deste estudo editores(as) científicos de revistas argentinas e brasileiras das áreas de Ciências Humanas, indexadas nas plataformas Latindex, Redalyc ou SciELO.

Sua participação é voluntária e não envolve o recebimento de qualquer benefício ou vantagem financeira, nem apresenta riscos conhecidos. Caso concorde em participar, você poderá se retirar do estudo a qualquer momento, bastando fechar a aba ou janela do navegador sem salvar/enviar suas respostas.

As informações fornecidas serão utilizadas exclusivamente para os objetivos deste estudo e terão sua privacidade garantida. Seus dados pessoais não serão identificados em nenhum momento, mesmo quando os resultados desta pesquisa forem divulgados em qualquer forma.

Caso tenha dúvidas ou queira saber mais informações em qualquer etapa do estudo, você poderá entrar em contato com Andréa Gonçalves, pelo e-mail: aandreafg@gmail.com.

O tempo estimado de preenchimento do questionário online é de 10 a 15 minutos.

Título da pesquisa: “Internacionalização dos periódicos científicos latino-americanos de Ciências Humanas no contexto da Ciência Aberta”

Doutoranda: Andréa Ferreira Gonçalves

Orientadora: Profa. Dra. Sarita Albagli

Instituição: Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO/UFRJ) e Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) - Rua Lauro Muller, 455 - 4º andar - Botafogo - RJ - CEP 22290-160 - Telefone: +55 21 3873-9453

Para prosseguir, confirme seu consentimento, preenchendo os campos abaixo.

1 – Confirmando que li e entendi as informações sobre a pesquisa “Internacionalização dos periódicos científicos latino-americanos de Ciências Humanas no contexto da Ciência Aberta” e fui informado que todos os meus dados pessoais serão mantidos em sigilo.

2 – Estou ciente de que minha participação é voluntária e que sou livre para retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar dar explicações ou sofrer qualquer prejuízo.

Nome do participante: _____

Concordo em participar da pesquisa. ()

APÊNDICE D – CONVITE INICIAL ENVIADO POR CORREIO ELETRÔNICO

Prezado(a) editor(a),

Meu nome é Andréa Gonçalves e estou realizando uma pesquisa de Doutorado no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), sob a orientação da Profa. Dra. Sarita Albagli, em colaboração com o Centro de Estudios de la Circulación del Conocimiento (CECIC), da Universidad Nacional de Cuyo, Argentina, coordenado pela Profa. Dra. Fernanda Beigel.

O objetivo do meu estudo é investigar as implicações da internacionalização da produção científica sobre as políticas e práticas editoriais dos periódicos de Ciências Humanas, no contexto da Ciência Aberta, junto a editores(as) científicos de revistas argentinas e brasileiras, indexadas nas plataformas Latindex, Redalyc ou SciELO, a fim de contribuir com recomendações para o fortalecimento da ciência latino-americana no cenário acadêmico global.

Assim, gostaria de convidar o(a) editor(a)-chefe da «**revistas_titulo**» a participar desta pesquisa, respondendo ao questionário online, disponível no link: <https://ee.kobotoolbox.org/x/v7FG5tOs>.

Algumas informações importantes sobre essa pesquisa:

- O tempo estimado para preenchimento do questionário é de 10 a 15 minutos.
- O questionário foi criado usando a ferramenta de código aberto KoBo Toolbox, e pode ser acessado de qualquer navegador web, inclusive pelo celular ou tablet.
- As informações fornecidas serão utilizadas exclusivamente para os objetivos deste estudo e terão sua privacidade garantida.
- Para o melhor desenvolvimento da pesquisa, peço sua ajuda enviando suas respostas até o dia 10/07/2022.

Caso tenha qualquer dúvida ou dificuldade no preenchimento do formulário, ou se deseja saber mais sobre essa pesquisa, estou à disposição para outros esclarecimentos pelo e-mail: aandreafg@gmail.com ou telefone/WhatsApp: (21) 9XXX-4700.

Desde já, agradeço imensamente sua colaboração.

Atenciosamente,

Andréa Gonçalves

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2052432238666012>

Social links: <https://about.me/andreafg>

APÊNDICE E – CONVITE DE SEGUIMENTO ENVIADO POR CORREIO ELETRÔNICO

Prezado(a) editor(a),

Tomo a liberdade de retomar o contato para informar que o prazo para participação na pesquisa de Doutorado “Internacionalização dos periódicos científicos latino-americanos de Ciências Humanas à luz da Ciência Aberta” foi estendido até o dia 17/07/2022.

O objetivo do estudo é investigar os efeitos da internacionalização sobre as políticas e práticas editoriais dos periódicos de Ciências Humanas, a partir da perspectiva de editores(as) científicos de revistas argentinas e brasileiras, indexadas nas plataformas Latindex, Redalyc ou SciELO.

Assim, reforço o convite para que o(a) editor(a)-chefe da «**revistas_titulo**» participe desta pesquisa, respondendo ao questionário online disponível no link: <https://ee.kobotoolbox.org/x/v7FG5tOs>.

O tempo estimado para preenchimento do questionário é de 10 a 15 minutos.

Caso tenha qualquer dúvida, permaneço à disposição pelo e-mail: aandreafg@gmail.com ou telefone/WhatsApp: (21) 9XXXX-4700.

Agradeço imensamente sua colaboração.

Atenciosamente,

Andréa Gonçalves

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2052432238666012>

Social links: <https://about.me/andreafg>

Sobre a pesquisa:

“Internacionalização dos periódicos científicos latino-americanos de Ciências Humanas à luz da Ciência Aberta”, realizada por Andréa Ferreira Gonçalves, no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), sob a orientação da Profa. Dra. Sarita Albagli, em colaboração com o Centro de Estudios de la Circulación del Conocimiento (CECIC), da Universidad Nacional de Cuyo, Argentina, coordenado pela Profa. Dra. Fernanda Beigel.